

**MARINHA DO BRASIL**  
**ESCOLA DE GUERRA NAVAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS**

**FELIPE ABREU SALLES**

**FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE MILITARES AFRICANOS:**  
**Estudo Comparativo entre os Modelos Francês e da Marinha do Brasil**

**Rio de Janeiro**  
**2016**

**FELIPE ABREU SALLES**

**FORMAÇÃO TREINAMENTO DE MILITARES AFRICANOS:**  
Estudo Comparativo entre os Modelos Francês e da Marinha do Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.

Área de concentração: Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Orientador: Prof. Dr. CMG (Ref<sup>o</sup>) José Augusto Abreu de Moura (PPGEM/EGN)

**Rio de Janeiro**  
**2016**

FELIPE ABREU SALLES

**FORMAÇÃO TREINAMENTO DE MILITARES AFRICANOS:  
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MODELOS FRANCÊS E DA MARINHA DO  
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.

Área de concentração: Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Aprovada em 30 de março de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. CMG (Ref.) José Augusto Abreu de Moura - PPGEM/EGN - Orientador  
CPF: 093.284.327-15

---

Prof. Dr. Márcio Rocha – INEST/UFF  
CPF: 969.413.306-30

---

Prof. Dr. Nival Nunes de Almeida – PPGEM/EGN  
CPF: 711.482.567-68

## **Dedicatória**

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Carlos Augusto e Sonia, por terem, de cabeça pensada, aberto as portas do mundo, para mim e para minhas irmãs, quando nós ainda éramos crianças, literal e figurativamente; à minha esposa Christiane que suportou estoicamente todas as minhas ausências do lar, quando viajei em pesquisa e/ou a trabalho nestes últimos dez anos e; aos meus filhos, Morgana e Marco Aurélio, a quem espero ter tido a capacidade de transmitir, ao menos parte, a minha curiosidade e fascinação pelo nosso tão imenso Mundo, espaço de uma geografia belíssima; coberto de países e povos com histórias tão surpreendentes e improváveis que chegam a parecer histórias de ficção.

## Agradecimentos

Um trabalho como este não seria possível sem a colaboração de tantas pessoas que tomaram tempo de suas agendas ocupadas para ajudar este “marinheiro de primeira viagem” a navegar os mares turbulentos, e em muitos momentos assustadores da vida acadêmica. Aos professores e colegas que nas salas de aula e nos corredores me explicaram as muitas vezes conflitantes visões dos teóricos das relações internacionais. Ao Prof. Williams Gonçalves que elegantemente demonstrou, com seu próprio constante exemplo, que opiniões políticas divergentes não precisam, necessariamente, atrapalhar a interação acadêmica professor-aluno, ou o processo de aprendizado na Academia. Na França devo reconhecer a colaboração do Cte Christian Queffelec da DCSD; do grande amigo de aventuras “africanas”, CMG Luiz Roberto Valicente, ex-adido naval brasileiro em Paris e do Cte Paulo Ozório, que gentilmente me “escoltou” na minha visita à Biblioteca da École Militaire. Agradeço também à ex-professora da École Speciale Militaire de Saint-Cyr, Amandine Gnanguenon, atualmente pesquisadora do *Institute of Security Studies Africa* (ISS) em Dakar, que telefonicamente me guiou e franqueou o meu acesso a muito material acadêmico francês pertinente às ENVR. Agradeço ainda ao Prof. André Beirão, primeiro Coordenador do PPGEM, que, numa tarde de 2013, antes mesmo de eu fazer a primeira prova da seleção, me garantiu que o curso pós-graduação da EGN existia justamente para atrair gente dos perfis mais variados. Até mesmo um administrador velho, de fora da Marinha do Brasil, que no máximo, até então, havia se dedicado a escrever um blog temático de Defesa na Internet. Finalmente, eu preciso agradecer à Marinha do Brasil, instituição que abriu as suas portas para que um curioso, que sempre foi mais interessado em aeronaves do que navios pudesse descobrir a maravilha e a fascinação que são o alicerce do mundo naval. Bravo Zulu a todos!

*From their experience or from the recorded experience of others (history), men learn only what their passions and their metaphysical prejudices allow them to learn.*<sup>1</sup>

Aldous Huxley

*Human beings, who are almost unique in having the ability to learn from the experience of others, are also remarkable for their apparent disinclination to do so.*<sup>2</sup>

Douglas Adams

*Experience is a dear teacher, and only fools will learn in no other.*<sup>3</sup>

Benjamin Franklin

---

<sup>1</sup> “A Case of Voluntary Ignorance,” publicado originalmente em Esquire Magazine (October 1956), e re-impresso em Collected Essays (1959)

<sup>2</sup> *Last Chance to See*. Com Mark Carwardine. 1990. Disponível em: <http://ir.nmu.org.ua/bitstream/handle/123456789/135430/a92d0a8719bf4b5d2cecbef600a30a07.pdf?sequence=1>

<sup>3</sup> *Poor Richard's Almanac* em Trent and Wells, eds. *Colonial Prose and Poetry*. 1901 Vol. III. *The Growth of the National Spirit: 1710–1775* Disponível em: <http://www.bartleby.com/163/312.html>

## Resumo

Desde 1994 a Marinha do Brasil já formou milhares de militares da Marinha da Namíbia dentro do programa para a criação desta força a partir do zero, o que tornou esta cooperação uma das mais exitosas já realizadas entre o Brasil e a África. É necessário, por isso, determinar se os modelos atualmente utilizados têm a propensão para seguir sendo adequados no futuro, especialmente se forem firmados novos acordos de cooperação militar semelhantes, naquele continente. No caso da Namíbia, a Marinha do Brasil emprega dois modelos de formação/treinamento: um é realizado no Brasil, onde os namibianos frequentam as escolas do Sistema de Ensino Naval, às expensas de seu governo; o outro, para a formação de soldados do recém criado Corpo de Fuzileiros Navais namibiano, é realizado na Namíbia, por fuzileiros brasileiros para lá deslocados e pagos pela Marinha do Brasil. Esta pesquisa comparou os custos e a quantidade de pessoal formado entre os dois modelos e com o modelo francês das Escolas Nacionais de Vocação Regional, utilizado desde 1997 para a formação de militares e policiais africanos, composto por 16 estabelecimentos distribuídos em vários países da África. Concluiu-se que o sistema brasileiro que emprega o sistema de ensino naval é o de melhor custo/benefício, mas o sistema francês poderá ser emulado em alguns aspectos, se a escala desse tipo de cooperação for ampliada.

Palavras-Chave: Brasil. ENVR. África. Treinamento Militar.

## **Abstract**

Since 1994 the Brazilian Navy has trained thousands of Namibian Navy personnel under a joint program to develop all aspects of this very young Navy, making this one the most successful cooperation efforts ever held between Brazil and an African country. For this reason it becomes important to determine if the training models used so far have what is needed to remain adequate and efficient in the future, especially in the case other similar-scale international training agreements are signed by Brazil in that continent. Currently two distinct models for education/training are being used by Brazil for the education of Namibian sailors and officers. One is fully funded by the Namibian Navy and uses the Brazilian Navy's Naval Education System (SEN) schools and training centers located in Brazil, while in the other, alternatively, Brazilian Military instructors paid by the Brazilian Navy give basic training to the Namibian Navy Marine Corps soldiers in Namibia itself. By comparing the average costs per student per year measured for each particular model this research work attempts to discern in the end which one of them proves to be the most efficient. This research compared the costs and number of graduates in both Brazilian models comparing them to the French-created Regionally-Oriented National Schools (ENVR in the original acronym). In use since 1997 in Western and Central Africa, the 16 ENVRs are the nodes in a network of military schools that besides training local military and police students also receives trainees from neighboring countries creating an innovative regional cooperative system. The research concluded that the training held in Brazil is the most cost effective option but the ENVR model might eventually be emulated if the scale future Brazilian-African military cooperation grows.

Keywords: Brazil. ENVR. Africa. Military Training.



## Listas de Ilustrações

Figura 1 Localização das ENVR na África .....	46
Figura 3 Mapa étnico-tribal da África - Os grupos africanos antes da colonização europeia do Século XIX. ....	85
Figura 4 - Resultado da repartição da África pelas potências europeias após a Conferência de Berlim.....	86
Figura 5 – Mapa da África Ocidental Francesa (AOF) de 1936. ....	87
Figura 6 - MAPA IDENTIFICANDO OS PAÍSES MEMBROS DA ECOWAS E DA ECCAS .....	98
Figura 7 A Namíbia na África .....	120
Figura 8 Mapa da Namíbia .....	120

## **Listas de Tabelas**

Tabela 1 Número de alunos formados no Sistema de Ensino Naval (SEN).....	52
Tabela 2 Características dos três modelos de treinamento .....	62

## Lista de Abreviaturas e Siglas

**AAPS** *Architecture Africaine de Paix et de Sécurité* (Arquitetura Africana de Paz e Segurança)

**ABC** Agência Brasileira de Cooperação

**ACNBN** Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia

**AEF** *Afrique Équatoriale Française*

**ANAD** *Accord de Non Agression et de Défense*

**AOF** *Afrique Occidentale Française*

**APF** *Africa Peace Facility*

**ASW** *Anti-Submarine Warfare* (Guerra Antissubmarino)

**BNWB** Base Naval de *Walvis Bay*

**CAAML** Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão

**CEDEAO** Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (ECOWAS em inglês)

**CEEAC** Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS em inglês)

**CENPEM** Catálogo de Cursos e Estágios do Ensino Naval para Pessoal Extra Marinha

**C-EMOI** Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários

**C-EMOS** Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores

**CFN-Nam** Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia

**C-FOMA** Curso de Formação de Oficiais de Marinhas Amigas

**CIAA** Centro de Instrução Almirante Alexandrino

**CIAAN** Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval

**CIAMA** Centro de Instrução Almirante Átila Monteiro Aché

**CIAMPA** Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves

**CIASC** Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo

**CIAW** Centro de Instrução Almirante Wandenkolk

**CPAEN** Concurso Público de Admissão à Escola Naval

**CSID** *Collège Supérieur Interarmées de Défense* (Escola Superior Conjunta da Defesa)

**C-SUP** Curso Superior

**CLCNUDM** Comissão de Limites da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar

**CNUDM** Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar

**CPADD** *Centre de Perfectionnement aux Techniques de Déminage et de Dépollution*  
(Centro de Aperfeiçoamento em Técnicas de Desminagem e Despoluição)

**C-PEM** Curso de Política e Estratégia Marítimas

**CPLP** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CPPJ** *Centre de Perfectionnement de la Police Judiciaire* (Centro de  
Aperfeiçoamento da Polícia Judiciária - investigativa)

**CPTMO** *Centre de Perfectionnement aux Techniques de Maintien de l'Ordre* (Centro  
de Aperfeiçoamento nas Técnicas de Manutenção da Ordem)

**CSNU** Conselho de Segurança da ONU

**DHN** Diretoria de Hidrografia e Navegação

**DCSD** Direction de la Coopération de Sécurité et de Défense (França)

**DEnsM** Diretoria de Ensino da Marinha

**EAI** École d'Application de l'Infanterie

**EAM** Escola de Aprendizes-Marinheiros

**EAS** *École d'Application du Service de Santé* (Escola de Aplicação do Serviço de  
Saúde)

**EC** Exercício na Carta

**ECOMOG** (Economic Community of West African States Monitoring Group)

**EEM** *École d'Etat-Major* (Escola de Estado Maior)

**E-IMET** *Extended IMET*

**EGN** Escola de Guerra Naval

**EGT** École de Génie-Travaux de Brazzaville (Escola de Engenharia Militar)

**EMA** *École Militaire d'Administration* (Escola Militar de Intendência)

**EMA** Estado Maior da Armada

**EMCFA** Estado Maior Conjunto das Forças Armadas

**EMGEPRON** Empresa Gerencial de Projetos Navais

**EMP** *École de Maintien de la Paix* de Bamako (Escola de Manutenção da Paz)

**EMTO** *École Militaire Technique de Ouagadougou* (Escola Militar-Técnica)

**EN** Escola Naval da Marinha do Brasil

**EN** École Navale de Bata (Escola Naval)

**EMN** Ensino Militar Naval

**END** Estratégia Nacional de Defesa

**ENVR** *Écoles Nationales à Vocation Régional* (Escolas Nacionais de Vocação  
Regional)

**EOGN** *École des Officiers de la Gendarmerie Nationale* (Escola de Oficiais da Policia Nacional)

**EPPAN** *École des Personnels Paramédicaux de Niamey* (Escola de Pessoal Paramédico)

**ESSAL** *École du Service de Santé de Lomé* (Escola do Serviço de Saúde)

**EUA** Estados Unidos da América

**FAA** *Force Africaine en Attente* (Força Africana Permanente)

**FAC** *Force en attente de la CEDEAO* (Força Permanente da CEDEAO)

**FFAA** Forças Armadas

**FN** Fuzileiros Navais

**FT** Exercício com Força no Terreno

**FTCC** Força Tarefa Conjunta e Combinada

**GAT** Grupo de Apoio Técnico

**HNMD** Hospital Naval Marcílio Dias

**IMET** *International Military Education and Training* (Educação e Treinamento Militar Internacional)

**ISEPC** *Institut supérieur d'études de protection civile* (Instituto Superior de Estudos em Defesa Civil)

**LPa** Lancha Patrulha

**MAE** Ministère des Affaires Étrangères et du Development International (Ministério das Relações Internacionais da França)

**MB** Marinha do Brasil

**MD** Ministério da Defesa do Brasil

**MNBN** Missão Naval Brasileira na Namíbia

**MRE** Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty

**MoD** Ministério da Defesa da Namíbia

**NPa** Navio Patrulha

**NDF** Forças de Defesa da Namíbia – *Namibian Defence Force*

**NDU** *National Defense University*

**NN** Marinha da Namíbia – *Namibian Navy*

**NW** Ala Naval da Namíbia - *Namibian Defence Force Naval Wing*

**ONG** Organização não-governamental

**ONU** Organização das Nações Unidas

**OTAN** Organização do Tratado do Atlântico Norte

**OUA** Organização da Unidade Africana

**PAMD** *Protocole d'Assistance en Matière de Défense*

**PANVR** *Pôle Aéronautique National à Vocation Régionale* (Polo Aeronáutico Nacional de Vocação Regional)

**PEI** Política Exterior Independente

**PDN** Política de Defesa Nacional

**PMT** *Professional Military Training* (programa norte-americano)

**PNA** *Protocole de Non Aggression*

**RECAMP** *Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix* (Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz)

**RI** Relações Internacionais

**SEN** Sistema de Ensino Naval

**SWAPO** Organização do Povo da África do Sudoeste - *South West Africa People's Organization*

**TIAR** Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

**TNP** Tratado de Não Proliferação de Armas Atômicas

**UA** União Africana

**UE** União Europeia

**UNAVEM** Missão de Verificação da ONU em Angola

**ZOPACAS/ZPCAS** Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
Capítulo 1: A TEORIA DE JOSEPH NYE Jr. ....	27
Capítulo 2: EDUCAÇÃO E TREINAMENTO MILITAR INTERNACIONAL .....	33
<b>2.1 O treinamento de militares estrangeiros pelos EUA .....</b>	<b>34</b>
<b>2.2 O Brasil como Recipiente de Treinamento Militar Estrangeiro .....</b>	<b>39</b>
<b>2.3 Autossustentabilidade e Aceitabilidade .....</b>	<b>41</b>
Capítulo 3: AS ÉCOLES NATIONALES A VOCATION REGIONALE – ENVR ...	44
<b>3.1 Os objetivos e a distribuição das ENVR na África.....</b>	<b>44</b>
<b>Formação de Manutenção Da Paz .....</b>	<b>46</b>
<b>Formação em Segurança Interna:.....</b>	<b>46</b>
<b>Escolas de Formação Militar de Saúde: .....</b>	<b>47</b>
<b>Formação Militar Técnica ou Especializada: .....</b>	<b>47</b>
<b>Escolas de Formação Militar Generalista: .....</b>	<b>47</b>
<b>3.2 Uma Força de Integração.....</b>	<b>47</b>
<b>3.3 O Custo/Benefício das ENVR .....</b>	<b>49</b>
Capítulo 4: TREINAMENTO MILITAR AFRICANO PELO BRASIL: NAMÍBIA .	50
<b>4.1 Namíbia: Uma Quebra de Paradigmas .....</b>	<b>53</b>
<b>4.2 O custo/benefício do modelo SEN .....</b>	<b>55</b>
<b>4.3 Treinamento “Brasileiro” Para FN Namibianos na África .....</b>	<b>55</b>
<b>4.4 O Custo/Benefício do treinamento de FN na Namíbia.....</b>	<b>57</b>
<b>4.5 Suporte Administrativo às Escolas da MB: Treinamento de Estrangeiros</b>	<b>57</b>
Capítulo 5: AS COMPARAÇÕES DO QUOCIENTE CUSTO/BENEFÍCIO .....	61
Capítulo 6 – CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS .....	65
<b>6.1 Limites para a expansão do modelo SEN .....</b>	<b>65</b>
<b>6.2 A Conveniência do Custo Marginal no SEN versus o Benefício dos Custos Compartilhados nas ENVR .....</b>	<b>66</b>

6.3 Considerações Estruturais: A Descoordenação como Base do Sistema Brasileiro .....	67
6.4 As Diferentes Formas de Flexibilidade Embutidas em Cada Modelo .....	70
6.5 Comparações com a Teoria de Nye Jr. ....	71
CONCLUSÃO .....	75
APÊNDICE A - A FRANÇA NA ÁFRICA: DO SÉC. XVII ATÉ 2013 .....	78
1 Introdução .....	78
2 A Trajetória Francesa na África .....	79
3 A África Francesa .....	80
4 O Império Colonial Francês .....	81
5 O Entorno Geopolítico Europeu da França .....	83
6 A Conferência de Berlim (1884-5) e a “Divisão da África” .....	84
7 O Império Colonial Francês e a Primeira Guerra Mundial.....	86
8 A Segunda Guerra Mundial: O Regime de Vichy e as Colônias Africanas ...	87
9 Uma Preparação Para a Independência das Colônias Africanas.....	88
10 Mudando Para Não Mudar .....	89
11 Os “Pés Pretos”: a Dolorosa e Longa Crise da Argélia.....	91
12 Uma Onda de Independência .....	92
13 O Papel Francês na Defesa e na Segurança dos Estados Africanos.....	96
14 A Nova África Globalizada e Regionalmente Integrada.....	97
15 Um Novo Contexto Europeu para a França a Partir de 1991 .....	100
16 Os Desafios Locais e Globais da França pós Queda do Muro de Berlim ...	102
17 Expansão e Contração Simultâneas na África.....	104
18 A Reorganização da Estrutura de Cooperação Militar Francesa.....	106
19 RECAMP: Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix .....	108
20 De Volta ao Combate.....	109
21 Conclusão .....	110



APÊNDICE B - O Brasil e a África .....	113
<b>1 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) .....</b>	<b>118</b>
<b>2 Os Exercícios “Felino” .....</b>	<b>118</b>
<b>3 A Cooperação Naval entre o Brasil e a Namíbia .....</b>	<b>119</b>
APÊNDICE C - O SISTEMA DE ENSINO NAVAL (SEN) DA MB .....	125
<b>1 Os Cursos do Centro Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) .....</b>	<b>125</b>
<b>2 A Escola de Guerra Naval (EGN) .....</b>	<b>126</b>
<b>3 O Curso de Graduação da Escola Naval .....</b>	<b>126</b>
<b>4 A Formação de Praças .....</b>	<b>128</b>
ANEXOS .....	130
<b>Anexo A - As Principais Intervenções Militares Francesas na África da Descolonização até 1998 (PASCALLON, p 26-27) .....</b>	<b>130</b>
<b>Anexo B - As Escolas Nacionais de Vocação Regional .....</b>	<b>132</b>
1 Formação em Manutenção da Paz: .....	132
1.1 A Escola de Manutenção da Paz em Bamako no Mali (École de Maintien de la Paix / EMP) - Bamako (Mali).....	132
2 Formação em Segurança Interna: .....	132
2.1 Curso de Aplicação de Oficiais de Polícia (Cours D’application des Officiers de Gendarmerie / CAOG) – Ouakam (Senegal) .....	132
2.2 Centro de Aperfeiçoamento da Polícia Judiciária (Centre de Perfectionnement de la Police Judiciaire / CPPJ) – Porto Novo (Benim) .....	132
2.3 Centro de Aperfeiçoamento em Técnicas de Manutenção da Ordem (Centre de Perfectionnement aux Techniques de Maintien De L’ordre / CPTMO) Awaé (Cameroun).....	133
2.4 Centro de Aperfeiçoamento em Ações Pós-Conflito de Desminagem e de Despoluição (Centre de Perfectionnement aux Actions Postconflictuelles de Déminage et de Dépollution / CPADD) – Ouidah (Benim) .....	133
<b>3 Escolas de Formação Militar de Saúde: .....</b>	<b>133</b>

3.1 Escola do Serviço de Saúde das Forças Armadas (École du Service de Santé des Armées / ESSAL) – Lomé (Togo) .....	133
3.2 Escola de Pessoal Paramédico das Forças Armadas (École des Personnels Paramédicaux des Armées / EPPAN) – Niamey (Níger) .....	134
3.3 Escola de Aplicação do Serviço de Saúde Militar (École D’application du Service de Santé Militaire / EAS) – Melen (Gabão) .....	134
<b>4 Formação Militar Técnica ou Especializada.....</b>	<b>134</b>
4.1 Escola Militar de Administração (École Militaire D’administration / EMA) – Koulikoro (Mali).....	134
4.2 Escola Militar Técnica (École Militaire Technique / EMTO) – Ouagadougou (Burkina Faso) .....	134
4.3 Escola de Engenharia Militar de Construção (École de Génie-Travaux / EGT) – Brazzaville (Congo).....	135
4.4 Polo Aeronáutico Nacional de Vocação Regional (Pôle Aéronautique National à Vocation Régionale / PANVR) – Garoua (Cameroun).....	135
4.5 Escola Naval - Centro de Instrução Marítima (École Navale - Centre D’instruction Maritime) – Bata (Guiné Equatorial) .....	135
<b>5 Escolas de Formação Militar Generalista: .....</b>	<b>136</b>
5.1 Escola de Estado Maior (École D’état-Major / EEML) – Libreville (Gabon) .....	136
5.2 Escola Superior Internacional de Guerra (École Supérieure Internationale de Guerre / ESIG) Ex-Curso Superior Conjunto de Defesa (Cours Supérieur Interarmées de Défense / CSID) – Yaoundé (Cameroun).....	136
5.3 Escola de Aplicação da Infantaria (École D’application de L’infanterie / EAI) – Thiès (Senegal) .....	137
<b>Anexo C - Primeiro Acordo Brasil-Namíbia de Cooperação Naval (1994).....</b>	<b>138</b>
<b>Anexo D - Segundo Acordo Brasil-Namíbia de Cooperação Naval (2001) .....</b>	<b>143</b>
<b>Anexo E - Entrevista Cte Emilson PAIVA de Faria, CMG (RM1), .....</b>	<b>151</b>
<b>Anexo F - Entrevista Cte Robson Esteves, (CF), Subchefia de Logística do EMA.....</b>	<b>156</b>

<b>Anexo G - Entrevista Coronel de Reboul, Exército Francês. Diretor África subsaariana na DCSD/MAE (texto original em inglês).....</b>	<b>158</b>
<b>Anexo H - Tradução do autor do inglês para o português da entrevista do Coronel de Reboul do Exército Francês - Diretor África Subsaariana na DCSD/MAE .....</b>	<b>162</b>
<b>Anexo I - Entrevista VA Rodrigo de Honkis, Diretor Técnico Comercial da EMGEPRON.....</b>	<b>166</b>
<b>Anexo J - Entrevista Cte Sergio Cysne (CF), Subchefia de Assuntos Internacionais do EMCFA no MD.....</b>	<b>168</b>
<b>Anexo K - Entrevista Cte Luiz Angelo de Carvalho Filippo CMG(RM1-IM), Coordenador da Unidade Operacional de Apoio Logístico da EMGEPRON .....</b>	<b>177</b>
<b>Anexo L - Entrevista CA (NN) Peter Hafeni Vilho, então comandante da <i>Namibian Navy</i>, em 10 de julho de 2012 por CMG Claudio Henrique Mello de Almeida, <i>A Presença da China na Costa Ocidental da África – O Caso da Namíbia: Implicações para o poder naval brasileiro</i>, C-PEM. EGN. Rio de Janeiro: 2012 .....</b>	<b>178</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>185</b>

## INTRODUÇÃO

Programas de formação e treinamento militar internacional tendem a ser de longa duração, com a emulação do país que fornece o treinamento pelo que recebe, e a aproximá-los cada vez mais, com potencial para incrementar e tornar duradouras suas relações em outros campos, como o político, o comercial e o cultural. Esses programas aumentam a influência do fornecedor, irradiando-a aos países próximos, constituindo assim uma forma de projeção de poder, no caso, o atualmente chamado “poder brando” ou “*soft power*”.

O próprio Brasil é um exemplo: No caso da Marinha do Brasil (MB), tendo recebido os influxos fundamentais dos oficiais britânicos (embora não se tratasse de um programa oficial) desde sua criação em 1823 – o primeiro comandante, inúmeros oficiais e praças de sua nascente esquadra eram veteranos da Royal Navy – emulou essa força até o início do século XX, absorvendo práticas, doutrinas e tradições, estas últimas até hoje cultuadas. Posteriormente, a MB emulou a Marinha dos EUA – tendo ela enviado oficiais para serem instrutores da Escola de Guerra Naval em 1914, constituído a Missão Naval Norte-americana, que funcionou entre 1922 e 1977 e, principalmente, cooperado intensamente com a MB durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, quando forneceu meios navais e doutrinas, cooperação esta que continua nos dias atuais. (VIDIGAL, 1985)

No presente, o Brasil desenvolve uma ação similar, agora na posição de fornecedor de treinamento militar a países africanos – tema desta pesquisa – representada pelo programa de cooperação da Marinha do Brasil com a Marinha da Namíbia (*Namibian Navy* - NN).

Exemplo de um benefício desse programa para o Brasil é a possibilidade, repetidamente citada em discursos oficiais, de nos tornarmos exportadores de equipamento militar para nossos parceiros internacionais. Produtos de emprego militar apresentam alto valor agregado, com sua indústria gerando muitos empregos de alta tecnologia, demandando uma complexa cadeia produtiva com benefício indireto, também, para a indústria dual e civil. Além de equipamento e de serviços ligados à área de defesa, esta aproximação no mais alto nível das nações abre oportunidades para a exportação de produtos industrializados e serviços civis do Brasil para a África.

Outros países desenvolvem programas desse tipo e, talvez um dos de maior amplitude em termos de número de países cooperados, seja a França, país que se notabiliza por ter

conseguido manter significativa presença e influência junto às ex-colônias, que ainda hoje ocupam lugar importante na formulação das políticas de governo de Paris. A fim de se aperfeiçoar, o programa francês sofreu diversas modificações ao longo do tempo, adequando-se às diferentes conjunturas estratégicas e econômicas.

Observando este último ponto e considerando que é boa prática realizar periodicamente procedimentos de *benchmarking*, avaliando os programas equivalentes de outros países a fim de identificar e absorver aspectos julgados superiores, e que a sistemática francesa no setor, pelos motivos acima expostos, pode conter aspectos emuláveis, esta pesquisa abordou o modelo de treinamento internacional dirigido à formação dos militares das forças armadas de países africanos, desenvolvido por agências do governo da França, de forma a verificar se o sistema empregado é mais eficaz pelo retorno obtido (em número de alunos formados por ano), e pelo investimento orçamentário realizado, em comparação com os modelos de treinamento empregados pelo programa de formação no Brasil de militares da Marinha da Namíbia. De maneira a delimitar este estudo, compatibilizando os diversos sistemas de treinamento focados, seu recorte temporal é o período pós-Guerra Fria, entre 1990 e 2014. A pesquisa seguiu o método de abordagem indutivo e o método de procedimento Comparativo (LAKATOS ; MARCONI, 2011, p. 92).

A relevância desta pesquisa advém do fato de ela constituir uma contribuição da Academia à prática do *benchmarking*, acima citada, em linha com a perene necessidade de a MB otimizar suas atividades, e pela possibilidade de se encontrar alternativas de redução de gastos - especialmente importantes na atual conjuntura de grave crise econômica que atinge em cheio o orçamento das Forças Armadas, e que também contribuiriam para uma maior aceitabilidade do treinamento por outros países africanos – normalmente de baixo poder econômico – servindo para expandir a influência brasileira naquele continente.

Além disso, o treinamento de militares estrangeiros é um assunto comparativamente pouco explorado no Brasil e no mundo, excetuando-se aquele ministrado pelas agências francesas, sobre o qual há estudos que já resultaram em alterações de modelo. Pelo exposto, estabeleceu-se que o seguinte problema balizaria a pesquisa: “em que aspectos o modelo de treinamento militar francês das Escolas de Nacionais de Vocação Regional (ENVR), empregado na formação de militares das forças armadas de países africanos, difere do modelo de treinamento desenvolvido pela MB para a Marinha da Namíbia?”

Em coerência, como forma de melhor orientar a coleta de dados e as argumentações posteriores, trabalhou-se com a hipótese de que “o modelo de treinamento adotado pela França é superior, por apresentar melhor custo/benefício, quando comparado com os modelos utilizados pela MB”.

O custo/benefício, aspecto determinante do resultado da pesquisa, é função de numerosas variáveis, tais como investimento orçamentário, número de alunos formados, qualidade da formação, nível intelectual e tecnológico da formação, número de formandos em cada nível, finalidades da formação, etc.; e, pelo método de procedimento aqui empregado – o Comparativo – elas deveriam ser comparadas correspondentemente aos três modelos pesquisados, o francês e os dois da MB.

Nesses casos, Lijphart nos orienta a focar nas variáveis-chave, acrescentando que, nas análises comparativas, deve-se evitar o perigo de ser "afogado" (*overwhelmed*) pelo grande número de variáveis e, como resultado, perder a possibilidade de descobrir relações controladas, restringindo judiciosamente o estudo às mais importantes - variáveis-chave.

Empregando essa orientação, decidiu-se representar a razão custo/benefício, pela razão entre o investimento orçamentário realizado e o número de alunos formados, ambos em base anual, considerando estes valores variáveis-chave.

Foi considerado que por variável independente (‘X’ ou ‘VI’), conforme Marconi e Lakatos (2000, p. 189), define-se a variável que:

“influencia, determina ou afeta outra variável; é o fator determinante, condição ou causa para certo resultado, efeito ou consequência; é o fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenômeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado.”

Conforme Jung (2009), as variáveis independentes correspondem “àquilo em função do qual se deseja conseguir realizar previsões e/ou obter resultados”.

Por variável dependente (‘Y’ ou ‘VD’), conforme Marconi e Lakatos (2000, p. 189), define-se a variável a ser explicada ou descoberta, em virtude de ser influenciada, determinada ou afetada pela variável independente - “é o fator que aparece, desaparece ou varia à medida que o investigador introduz, tira ou modifica a variável independente; a propriedade ou fator que é efeito resultado, consequência ou resposta a algo que foi manipulado (variável independente).”

Também conforme Jung (2009) as variáveis dependentes “são aquelas cujo comportamento se quer verificar em função das oscilações das variáveis independentes, ou seja, correspondem àquilo que se deseja prever e/ou obter como resultado”.

Assim foram estabelecidas as variáveis abaixo, cuja relação é assimétrica, a serem determinadas para cada um dos modelos pesquisados, a fim de subsidiar uma posterior comparação:

VII - valor do investimento anual realizado no programa (em cada um dos modelos);

VI2 - número anual de alunos formados (em cada um dos modelos); e,

VD – Relação custo/benefício do programa (em cada um dos modelos).

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é comparar o modelo de treinamento militar francês, empregado na formação de militares das forças armadas de países africanos, com os modelos de treinamento desenvolvidos pela MB para a Namíbia, tendo como referência, principalmente, os resultados obtidos no quantitativo de alunos formados anualmente, e também os investimentos financeiros realizados.

Em decorrência, os objetivos específicos foram os seguintes:

a) analisar o modelo de treinamento militar adotado pela França e empregado na formação de militares das forças armadas de países africanos;

b) analisar os modelos de treinamento militar adotados pela MB e empregados na formação de militares da Marinha da Namíbia; e,

c) Comparar os modelos adotados pela MB e pela França em termos do quantitativo de militares formados e recursos financeiros investidos.

Diversas Técnicas foram usadas utilizadas nesta pesquisa, como entrevistas, a consulta a documentos oficiais, a livros e trabalhos acadêmicos, restringindo-se, porém, a busca a fontes oficiais e acadêmicas do Brasil e da França.

O marco teórico consiste principalmente na teoria de Joseph Nye, que cunhou os conceitos de *hard power*, *soft power* e *smart power*, como exposto mais adiante.

A estrutura deste relatório de pesquisa consta da presente Introdução, seis capítulos e a conclusão, além de três apêndices e doze anexos, com o seguinte teor:

O capítulo 1 se destina a expor a revisão bibliográfica sobre o assunto e o arcabouço teórico, aprofundando a teoria de Joseph Nye, já mencionada, descrevendo como seus conceitos afetam o treinamento de militares africanos pelo Brasil e pela França. Apresenta também uma breve conceituação de treinamento militar internacional, mostrando do que ele se compõe e, genericamente, os benefícios que podem ser obtidos pelos países participantes.

O capítulo 2 é dedicado a discutir diversos aspectos e características do treinamento militar internacional, a fim de fornecer mais alguns subsídios para uma comparação qualitativa complementar à que constitui o objetivo principal desta dissertação. Nele será abordada a forma de operar do sistema IMET dos EUA, vendo a experiência histórica brasileira com o treinamento militar realizado por outros países e discutindo o princípio de administração pública que garanta a estabilidade dos planos de prestação de serviço de treinamento de militares estrangeiros no Brasil. Esse tipo de treinamento é ainda analisado, destacando-o de termos mais genéricos como “cooperação militar internacional” e de “assessoria militar internacional”, dando exemplos de onde este tipo de parceria foi utilizado no passado. Na conclusão, elementos desta exploração multifacetada auxiliarão na identificação das vantagens e restrições dos três sistemas em análise.

O capítulo 3 se destina a determinar o valor médio dos investimentos anuais da França e o número de militares africanos formados anualmente em seu programa de treinamento, calculando seu quociente, que vem a ser comparado com o do Brasil no capítulo 5. Contém, adicionalmente, uma breve descrição das mudanças sofridas pelo modelo francês no pós-Guerra Fria, as raízes e as consequências sobre seus resultados.

O capítulo 4 realiza o mesmo para a MB, apurando o valor médio dos investimentos anuais e o número de militares namibianos formados anualmente em seus programas de treinamento, calculando seus quocientes, que vêm no capítulo posterior a ser comparados com o da França. Este capítulo 4 contém, adicionalmente, um breve histórico do programa com as mudanças eventualmente sofridas desde seu início, e as consequências sobre seus resultados.

Tendo os três sistemas sido detalhadamente descritos, o Capítulo 5 tem por tarefa comparar os quocientes investimento orçamentário (média anual) dividindo-os pelo número de alunos (média anual) de ambos, tecendo considerações sobre as possíveis vantagens e limitações apresentadas por cada um deles e extraindo conclusões mais próximas aos aspectos estudados.



Na Conclusão, as conclusões alcançadas no capítulo anterior são obtidas, expandidas e outras conclusões adicionais são reveladas. São também abordados aspectos mais remotamente ligados ao assunto que são pertinentes às conclusões obtidas, bem como eventuais críticas e/ou propostas para enfrentar os óbices ou aproveitar as oportunidades vislumbradas.

O APÊNDICE A explica brevemente como se deu a marcante presença francesa na África, apontando suas principais características em comparação às dos principais rivais coloniais. Será mostrado como os contextos intraeuropeus influíram preponderantemente para o desenvolvimento francês na África e como essa relação franco-africana se transformou ao longo dos anos. Descreve-se, assim, a importância econômica e geopolítica que aquele continente representou ao longo dos anos para a França. Ao abordar o caso da França na África, serão cobertos o surgimento, evolução e o ocaso do seu império colonial nesse continente, passando pela onda de independências das colônias, no início da década de 60, terminando na década de 90, incluindo nesta leitura o complicado ambiente bipolar da Guerra Fria.

O APÊNDICE B faz análoga digressão histórica sobre a influência do Brasil na África, desde o ciclo do tráfico negreiro até a nova parceria criada após a independência dos países de língua portuguesa. Aborda também a formação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em 1986 e, em especial, o engajamento brasileiro naquele continente após fim da Guerra Fria onde se destaca a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996 e que culmina com as múltiplas iniciativas de integração, que constituiu a característica da política Sul-Sul dos governos Lula e Dilma.

Cabe ao APÊNDICE C descrever de maneira mais detalhada o Sistema de Ensino Naval (SEN) da Marinha do Brasil elencando as características e peculiaridades de suas diversas escolas de ensino especializado.

Finalmente, os anexos A a L apoiam a pesquisa ao ajudarem a descrever, com maior detalhe, o importante histórico de intervenções militares francesa na África; as peculiaridades das Escolas Nacionais de Vocação Regional e a evolução dos termos do acordo firmado entre o Brasil e a Namíbia através de seus documentos mais importantes. Focando nos modelos brasileiros, devido à falta de documentos governamentais de mais alto nível que normatizem o funcionamento da parceria de treinamento militar entre o Brasil e os países africanos optou-se

por realizar entrevistas com pessoas centrais e de amplo conhecimento sobre os temas tratados para poder cobrir as lacunas identificadas.

## Capítulo 1: A TEORIA DE JOSEPH NYE JR.

Antes de entrar na teoria de Joseph Nye, à guisa de revisão bibliográfica, é importante colocar que o assunto do treinamento de militares africanos é bem pouco estudado, como já exposto, no Brasil e no exterior. Vários pesquisadores africanos como Possio (2007) e Houlokou (2013) estudaram o tema das Escolas Nacionais de Vocação Regional, mas normalmente dentro de preocupações mais amplas como, por exemplo, a história da presença militar francesa na África ou a evolução da cooperação francesa com os países africanos em toda sua amplitude. Para os países africanos, as ENVR são uma entre várias engrenagens da “máquina” geopolítica francesa, que é muito maior e mais complexa que meras escolas.

Voltando ao tema deste capítulo, ao longo dos últimos 25 anos, o professor da universidade de Harvard, Joseph Nye Jr. vem, em vários livros e artigos, se dedicando a expandir, no contexto das ciências humanas, seu estudo sobre a natureza e as características do “poder”, um conceito que diversos teóricos já haviam buscado caracterizar antes dele<sup>4</sup>.

Para Nye, o “*power*” se divide em duas categorias, o *hard power* e o *soft power*. O primeiro é composto pelo poder militar, as forças armadas, usadas como meio de coação de outros Estados e pelo dinheiro, o poder econômico, que seria o meio capaz de “comprar apoios” de outros países.

O *soft power*, a segunda categoria de poder, seria, segundo Nye, por sua vez: “a habilidade de conseguir que outros ajam de maneiras que são contrárias à suas preferências e estratégias iniciais” (NYE, 2011, p.11), ou mais simplesmente: “a habilidade de se atingir os objetivos por meio da atração e não pela coerção” (NYE, 2011, p. x).

Se o *hard power* é a capacidade de aplicar coerção sob a forma de ameaças e indução (as proverbiais “Varas” e “Cenouras”<sup>5</sup>), por outro lado, haveria outro tipo de poder, o *soft power*, conhecido, normalmente, em português por “poder brando”. Este poder traduziria a capacidade da cultura e dos valores nacionais de um Estado para “seduzir” outros países e

---

<sup>4</sup> É importante notar que o verbete *Power* em inglês, ambigualmente, admite duas possíveis traduções no português, cada uma com significados distintos: “Poder” e “Força”, sendo a primeira opção usada nas traduções brasileiras do trabalho de Nye.

<sup>5</sup> Tradicional metáfora por onde um cavalo atrelado a uma carroça pode ser convencido a se mover por uma chicotada (a “vara”) ou por uma “canoura” colocada diante dele.

seus nacionais para que eles façam, voluntariamente, aquilo que se deseja deles no cenário global. Nye lembra, no entanto, que não necessariamente uma projeção de *soft power* será automaticamente benigna, citando como exemplo a prática da propaganda<sup>6</sup> política. Quando ambos estes poderes fossem empregados, de maneira conjunta e coordenada, de uma forma equilibrada (NYE, 2005), isso se constituiria no chamado *smart power*, ou seja, a capacidade de usar o poder “certo” e na proporção mais adequada, em cada ocasião que se apresente. Usá-los de forma trocada e/ou na hora errada, ao contrário, ameaçaria conduzir uma situação para resultados frustrantes.

O *hard power* militar é considerado uma ferramenta natural para o governo dos EUA e de alguns outros países. Mas um aspecto que precisa ser considerado é que no Brasil ele não é entendido assim. Inclusive, não é suficiente a um país meramente dispor dos meios militares, como navios, aeronaves, mísseis, etc. para realmente este país possuir *hard power*. É preciso, para começar, que estes meios estejam em condição de serem usados, que seus militares saibam como usar adequadamente seu armamento, e ainda é indispensável que exista a vontade política do Estado ou a sua propensão a usar a força como forma de solução de controvérsias. Sem isso não existe *hard power* militar. O segundo componente do *hard power* é o econômico, uma vertente menos evidente, mas igualmente eficaz de poder nacional.

As forças militares são, como mencionado anteriormente, a principal fonte de *hard power*, mas este mesmo recurso pode, ainda, em alguns momentos, também contribuir para a projeção do *soft power* nacional.

Forças militares bem administradas podem ser uma fonte de prestígio, de programas de cooperação e de treinamento entre forças militares, podendo, por exemplo, estabelecer redes transnacionais que aumentam o *soft power* de um país. O desempenho impressionante das forças militares dos Estados Unidos ao prover ações humanitárias depois do tsunami do Oceano Índico e do terremoto do sudeste asiático em 2005, ajudaram a restaurar a atratividade dos EUA; o papel das forças militares americanas subsequentemente ao recente terremoto e tsunami japonês gerou um efeito semelhante. (NYE, 2011b)<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> O termo “Propaganda” não é usado aqui como sinônimo de “publicidade”, mas se refere às campanhas usadas, em especial, pelos governos nazistas e soviéticos, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, via rádio e jornais de cinema, para tentar influenciar a opinião pública de outros países.

<sup>7</sup> “A well-run military force can obviously be a source of prestige, and military-to-military cooperation and training programs, for example can establish transnational networks that enhance a country’s soft power. The U.S. military’s impressive performance in providing humanitarian relief after the Indian Ocean tsunami and the South Asian earthquake in 2005 helped restore the attractiveness of the United States; the military’s role in the aftermath of the recent Japanese earthquake and tsunami is having a similar effect.”. Tradução livre do autor

No trecho do seu artigo na revista *Foreign Policy* citado acima, Nye busca mostrar para um público essencialmente norte-americano, que, ao negligenciar o seu próprio *soft power*, em prol do emprego do seu *hard power*, seu país comete um grande erro. Especialmente no caso dos EUA que com seu preponderante *hard power* militar, tem um histórico de buscar resolver suas questões internacionais, primariamente, por meio dele.

Nye, inadvertidamente, acaba passando outra mensagem importante para países que, como o Brasil, têm, inversamente aos EUA, um histórico de quase não depender do *hard power* militar para dirimir a mesma classe de questões. Mais do que unicamente iniciar guerras ou, inversamente, defender as fronteiras nacionais, as forças armadas nacionais podem muito bem ser usadas como parte de uma iniciativa de emprego do *soft power* nacional buscando, desta maneira, alavancar os seus objetivos geopolíticos ao redor do planeta.

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro. País em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar. Estratégia Nacional de Defesa. (BRASIL, 2008, p. 8)

O trecho da Estratégia Nacional de Defesa pinçado acima comprova que o Brasil tem a peculiaridade de ter decidido, unilateralmente, abrir mão dessa possibilidade, ao explicitar na Constituição (BRASIL, 1998, Artigo 4º parágrafos III, IV e V) e em outros documentos oficiais sua decisão de não usar a força para pressionar outros países. Com isso em mente, a questão-chave colocada para o Brasil passa a ser: quem voluntariamente abre mão de ter *hard power* militar, conforme definido por Nye, pode ter *Smart Power*, se esse é um de seus componentes básicos?

Será que é possível conceber um *smart power* brasileiro composto unicamente de *soft power*? Isso não está totalmente claro na literatura analisada. Confirmando-se que o treinamento militar internacional é realmente uma forma de *soft power*, isso colocaria o Brasil em destaque na sua região, pois esse tipo de capacidade não é espelhado, na mesma escala, por nenhum de seus vizinhos sul-americanos.

Como cientista político, Nye é um dos fundadores da corrente de pensamento de Relações Internacionais conhecida como Neoliberalismo, uma contraposição ao Neorealismo<sup>8</sup> de John Mearsheimer e Kenneth Waltz.<sup>9</sup> Nye se auto apresenta numa entrevista do site Theory-Talks:

Eu entrei na área de RI através de uma porta lateral, pode-se dizer. Eu estava interessado em como a racionalidade econômica e a ideologia política interagiam na estruturação dos mercados na África recém-independente. Eu fiz minha dissertação na África sobre o “Pan-africanismo e a integração na África oriental” (hoje isso seria chamado de uma análise construtivista) Eu cheguei em RI através da integração regional e isso me levou para uma pesquisa mais ampla sobre atores transnacionais e a interdependência. (THEORY TALKS)<sup>10</sup>

Ex-vice embaixador dos EUA na ONU durante o governo Reagan, o neoconservador Ken Adelman escreveu uma forte crítica aos conceitos de Nye na revista americana *Foreign Policy*. Segundo ele, estatísticas levantadas por seu escritório apontavam que Egito, Paquistão, etc., países posicionados entre os maiores recipientes de ajuda internacional dos EUA, não seriam mais propensos a votar na ONU segundo com o interesse os EUA, do que seus rivais históricos, como Cuba, um país que não recebia qualquer ajuda interacional dos EUA.

A conclusão é clara, o relacionamento entre “a habilidade dos Estados Unidos de influenciar positivamente eventos no exterior” como coloca Nye e a quantidade de ajuda de ajuda norte-americana que um país recebe é na melhor das hipóteses pouco clara. [...] 30 bilhões de dólares por ano [de ajuda internacional] pode, no final das contas, não constituir muito poder.<sup>11</sup> (ADELMAN, 2011)

O *soft power* de Nye, como conceito, realmente não agradou aos realistas. Durante o governo George W Bush, seu secretário de estado, Donald Rumsfeld<sup>12</sup>, ao ser questionado sobre o conceito teria respondido ao próprio Nye, que: “Eu não sei o que é *soft power*” Confortáveis com o emprego do *hard power*, os neoconservadores do período George W.

---

<sup>8</sup> Também conhecido por “Realismo Estrutural”

<sup>9</sup> A partir de seus trabalhos com Robert Keohane, da Universidade de Chicago, sobre Interdependência Complexa.

<sup>10</sup> I came into IR through a side door, so to speak. I was interested in how economic rationality and political ideology interacted in the structuring of markets in newly independent Africa. I did my dissertation in Africa on “Pan Africanism and East African Integration.” (Today it might be called constructivist analysis.) I came into IR through regional integration theory, and that led to broader work on transnational actor and interdependence. No original em inglês, tradução livre do autor.

<sup>11</sup> “The conclusion seems clear: the relationship between “the United States’ ability to positively influence events abroad,” as Nye puts, and the amount of foreign aid a country receives is unclear at best [...] 30 billion a year - may not constitute power at all.” No original em inglês, tradução livre do autor.

<sup>12</sup> De 20 de janeiro 2001 a 18 de dezembro de 2006

Bush<sup>13</sup> duvidavam da capacidade do *soft power* para afetar a política de outras nações, da forma e no momento desejados.

Os defensores do Liberalismo, por sua vez, salientam que quando Nye reconheceu a utilidade do *hard power* como um dos componentes-chave do *smart power*, ele conflitou com a visão liberal clássica que trata a guerra como um “problema” nas Relações Internacionais e não como uma “ferramenta”. Devido à sua experiência profissional como vice-secretário de Defesa no governo Clinton, Nye viria a declarar que ele seria “o último a negar a continuada importância do poder militar” o que inseriu um grau de ambiguidade nas suas ideias originalmente liberais. “Nosso papel militar é essencial à estabilidade global. E as forças armadas são parte de nossa resposta ao terrorismo” (NYE, 2002, XV).

Samuel Huntington em seu livro “Clash of Civilizations” contesta as visões de Nye dizendo que:

O que, no entanto, faz uma cultura e ideologia atraentes? Elas se tornam atraentes quando são vistas como enraizadas no sucesso material e na influência. *Soft power* só é poder quando ele existe sobre uma fundação de *hard power*. Ampliações no *hard power* econômico e militar produzem uma autoconfiança aumentada, uma arrogância e a crença na superioridade da própria cultura, ou *soft power*, comparado com aqueles dos demais povos e assim aumentam vastamente sua atratividade para os outros povos.<sup>14</sup> (HUNTINGTON, p.92)

Por sua vez, num trabalho em que ele compara o *soft power* de Nye com o novo conceito de *nation branding*, o pesquisador Ying Fan (FAN, 2010), da britânica Brunel University, revolve a obra do americano expondo inúmeras inconsistências, como a existência de diversas definições divergentes do que seria o *soft power* e de que elementos exatamente ele seria composto. O Próprio Nye responde que realistas clássicos como Maquiavel e Morgenthau compreendiam a dimensão [que ele chama de *soft power*], mas em sua busca por parcimônia o realismo estrutural<sup>15</sup> se restringiu<sup>16</sup> (THEORY TALK, 2008) a uma visão truncada e empobrecida do poder (KEOHANE, 1986, p.20). Fan vai além e chama a atenção do que conceitos semelhantes existem no trabalho de Carr, e, também milhares de anos antes,

---

<sup>13</sup> De 2001a 2009

<sup>14</sup> “What, however, makes culture and ideology attractive? They become attractive when they are seen as rooted in material success and influence. Soft. power is power only when it rests on a foundation of hard power. Increases in hard economic and military power produce enhanced self-confidence, arrogance and belief in the superiority of one’s own culture or soft power compared to those of other peoples and greatly increase its attractiveness to other peoples” No original em inglês, tradução livre do autor.

<sup>15</sup> Também chamado de Neorealismo

<sup>16</sup> John Gerrard Ruggie criticando as ideias de Kenneth Waltz, segundo Keohane.

nos textos dos pensadores chineses clássicos como Lao Tze, Confúcio, Sun Tzu e Meng Ke (Mêncio). Ying Fan argumenta que comparado com o *hard power*, o *soft power* apresenta um número de atributos característicos. Ele é relativo, intangível e baseado no contexto. Devido às suas fontes diversificadas, “o *soft power* é difícil de medir e de controlar”. Outro ponto que ele marca é que “a cultura não é *soft power* por si só, mas, sim, apenas uma fonte potencial de *soft power*. Se um ativo cultural pode ser convertido em *soft power*, isso dependerá de outros fatores [de cada país, como:] capital, estrutura política, capital social e estrutura social”.

A crítica à teoria do *soft power*, para Ying Fan, gira ao redor de três coisas: sua definição, suas fontes e suas limitações. Ele também não está convencido de que existe alguma relação entre a onipresença da cultura americana e sua real influência. “Centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo vestem, ouvem, comem, veem e dançam ativos culturais americanos, mas eles não identificam estes itens de uso pessoal do seu dia-a-dia com um alinhamento ideológico com os Estados Unidos”.

Fan enxerga que a versão “nyeana” do *soft power*, a que se apoia no afeto e no desejo, seria “muito simplória e irreal, devido às emoções humanas serem complicadas e muitas vezes ambivalentes.” Permitindo que segundo sua visão, amor e o ódio coexistam ao mesmo tempo, e que dentro de um mesmo grupo, pessoas possam “gostar de alguns aspectos dos ideais norte-americanos, mas odiar outros”.

Ecoando Huntington e, tangencialmente, tocando no caso de países como o Brasil, Fan, afirma ser difícil imaginar um país com muito *soft power*, sem a existência prévia de *hard power* para dar-lhe lastro. Para ele, isso seria comprovado pelo fato de os EUA, possuindo imensas reservas de poder, ter que exibir tanto *hard* como *soft power*.

A noção de Nye de *soft power* é em grande parte muito etnocêntrica e condescendente, já que isso se baseia em ideias falsas de superioridade da cultura norte-americana que por isso deve ser gostada e adotada por outras nações e que os ideais e cultura ocidentais seguirão a definir as regras do mundo (YING FAN, apud, The Guardian, 2004). Valores centrais ocidentais como a de democracia, liberdade e consumismo, independente de seu grau de atratividade ou mesmo admiráveis à primeira vista, talvez não sejam necessariamente adequados ou alcançáveis (YING FAN, apud Hunter, 2006).

Tendo analisado neste capítulo os aspectos teóricos da pesquisa, passaremos em seguida a explorar o que é o treinamento militar internacional e como isso é usado como ferramenta para alavancar os objetivos dos países que oferecem os cursos.



## Capítulo 2: EDUCAÇÃO E TREINAMENTO MILITAR INTERNACIONAL

Inicia-se este capítulo com uma breve conceituação formal de três termos usados reiteradamente nesta pesquisa. Segundo o Glossário das Forças Armadas publicado pelo Ministério da Defesa do Brasil:

ADESTRAMENTO – 1. (MB/FAB) Atividade destinada a exercitar o homem, quer individualmente, quer em equipe, desenvolvendo-lhe a habilidade para o desempenho eficaz das tarefas para as quais já recebeu a adequada instrução, e a capacitar as unidades a operarem eficazmente em conjunto. [...] <sup>17</sup>.

FORMAÇÃO – [...] 3 Fase do ensino militar, que tem por finalidade qualificar e habilitar, dentro de cada nível educacional, os militares e civis das Forças Armadas para o exercício de cargos e funções, inerentes aos postos, graduações e classes iniciais dos diversos quadros, especialidades e categorias funcionais de pessoal. [...]

TREINAMENTO – 1. Processo de ensinar habilidades específicas a serem executadas sob condições pré-definidas. 2. Conjunto padronizado de procedimentos, orientado para o desenvolvimento de habilidades e práticas que o instruendo deve conhecer e dominar, visando à execução aprimorada de uma ou mais tarefas. (GLOSSÁRIO, 2007)

Com isso devidamente tipificado, percebe-se que devido à complexidade inerente da preparação do militar, serão inúmeros os momentos em que ele passará por algum período de ensino durante sua carreira. Cada um destes sendo particular, em sua natureza e em suas características como descrito acima. Para simplificar o texto desta pesquisa, adotaremos o termo “treinamento” de maneira mais genérica, abrangendo todos os três conceitos acima. Com isso definido seguimos em seguida para compreender o que constitui o treinamento militar internacional.

O conceito básico que em geral lastreia os programas de cooperação internacional visando o treinamento de pessoal militar é o de que, através desse treinamento, haverá uma aproximação entre os dois países, que os alunos que cursarem estes cursos sairão desta experiência com uma ligação pessoal perene com o país que prestou o treinamento, absorvendo, além de conhecimento profissional militar, também seus conceitos e valores. No futuro, quando esse aluno ocupar postos cada vez mais relevantes na hierarquia militar do seu

---

<sup>17</sup> Os demais significados destes termos que não são especificamente ligados ao tema tratado ou que não são de uso corrente na Marinha do Brasil foram desconsiderados.

país, é de se esperar que, de alguma forma, ele acabará defendendo ou prestigiando os interesses globais e regionais do país que o treinou. O ampliado poder de influência conquistado seria, assim, uma forma de contrapartida dos custos realizados no treinamento destes militares, justificando os custos do projeto de treinamento alguns anos depois de sua aplicação. Olhado nestes termos, fica evidente o alinhamento deste conceito com o *soft power* de Joseph Nye, discutido no Capítulo 1.

Cada caso de cooperação internacional para treinamento militar pode assumir formatos muito variados, dependendo da maneira com que ela for estruturada. Existem três configurações básicas possíveis: bilateral, multilateral ou regional. Um mesmo par de países, por exemplo, pode se ver envolvido com vários programas, cada um, estruturado de uma maneira distinta. Nenhum formato é, necessariamente, superior ao outro, e nenhum formato, em particular, tende a substituir os demais. Na realidade, o resultado final atingido tende a ser uma composição destes diversos programas com variados formatos.

Abre-se aqui um breve parêntese, deixando momentaneamente os casos específicos da França e do Brasil, para ver como os Estados Unidos da América (EUA), enxerga seus programas internacionais de treinamento militar.

### **2.1 O treinamento de militares estrangeiros pelos EUA**

Nenhum outro país no mundo oferece programas de assistência de defesa na escala global dos EUA, onde apenas no ano de 1995 foram oferecidos cerca de 2000 cursos distintos de treinamento militar. Busca-se aqui, exclusivamente, identificar parâmetros genéricos que permitam construir o entendimento de como funciona o processo, e como é possível extrapolar estes dados para outros países. Buscando uma lógica que suporte esta digressão vale prestar atenção às palavras de Daniel Moran:

Os exércitos contemporâneos da China, França, Brasil, Egito e Estados Unidos apresentam mais similaridades entre si do que com seus próprios ancestrais porque, apesar de diferenças culturais, compartilham um entendimento comum do caráter básico e do uso da força militar. Tal convergência é propiciada, dentre outros fatores, pela ampla difusão de inovações tecnológicas, assim como pelo desenvolvimento econômico e maior interação entre os países e tende a ser mais forte em países vizinhos. (MORAN, 2002, p. 19)

Para ele, o fato de que as forças armadas do mundo se tornem cada dia mais semelhantes entre si, faz qualquer sistema de treinamento criado sob medida para uma força armada em especial, passível de ser empregado com outra força armada, exigindo para isso, poucas modificações curriculares. Desta forma comprova-se que programas de treinamento

militar internacional têm como atuar de forma a “cimentar” as relações (tantos as militares x militares, quanto aquelas que envolvem também os civis) existentes entre dois países.

O maior objetivo dos EUA é o de tentar extrair o máximo retorno geopolítico por meio da manutenção de um acompanhamento constante e preciso sobre a progressão de carreira dos oficiais de outras nações que cursaram seus inúmeros programas de desenvolvimento e treinamento. Se no futuro, houver a necessidade de engajar este militar, agora num posto muito mais importante, a experiência pregressa dele nas salas de aula norte-americanas será usada para restabelecer o contato. Ainda que Cope (1995, p. 25) declare explicitamente que não há como garantir que esse objetivo será sempre alcançado, o *feedback* dos alunos dos cursos entrevistados na sua pesquisa reforça seu resultado positivo.

Focando nos temas navais, Patrick H. Roth em seu estudo *The U.S. Navy and Marine Corps in Latin America: 1776-1994 An interpretative chronology*, consegue em apenas um parágrafo quantificar com precisão o tamanho do retorno político auferido com um único programa entre os muitos que perfazem a ampla política do treinamento militar naval internacional dos Estados Unidos:

1957-94 - U.S. Naval War College. Oficiais das marinhas latino-americanas representaram um terço do corpo discente do primeiro curso internacional no War College. Desde então, aproximadamente 25% dos graduados vêm da América Latina, incluindo 28 que, no futuro, acabarão por comandar suas marinhas.<sup>18</sup> (ROTH, 1994, p. 85)

Em sua avaliação do programa de Treinamento e Educação Internacional dos EUA (IMET), Cope afirma que o programa IMET é um dos *policy instruments*<sup>19</sup> a serem usados pelo país para alcançar seus três objetivos primários<sup>20</sup>: melhorar a segurança, promover a prosperidade nos EUA e promover a democracia globalmente<sup>21</sup>. Sendo uma ferramenta internacional muito poderosa, Cope salienta a importância que o programa de treinamento

---

<sup>18</sup> Tradução livre de: “1957-94 - U.S. Naval War College. Latin American naval officers make up one third of the student body of the first international course at the War College. Since then approximately twenty five percent of graduates are Latin American including 28 who go on to head their navies”.

<sup>19</sup> O termo em português “Política” é usado indistintamente como a tradução dos termos em inglês “Policy” e “Politics”, o que pode gerar alguma ambiguidade. No primeiro caso o termo se refere especificamente às “políticas públicas” e no segundo contexto à “Política” como atividade humana de constante negociação de poder entre os diversos grupos que compõem uma comunidade coletiva.

<sup>20</sup> Conforme estipulado no documento doutrinário norte-americano, *National Security Strategy of Engagement and Enlargement* editado de 1995 no primeiro governo do presidente Bill Clinton <http://www.dtic.mil/doctrine/doctrine/research/nss.pdf>

<sup>21</sup> “Enhancing security, promoting prosperity at home, and promoting democracy worldwide”

tem na área da conquista dos “*Hearts and Minds*”<sup>22</sup> dos alunos estrangeiros, transmitindo-lhes em sua estadia “valores norte-americanos” chaves como a importância do respeito ao regime democrático e aos direitos humanos. Nos EUA o programa IMET é controlado pelo Departamento de Estado<sup>23</sup>, mas estruturado e administrado pelo Departamento de Defesa. Ele apresenta três funções segundo ótica do governo norte-americano:

A educação e o treinamento de [militares] estrangeiros cumpre um papel valioso na promoção de relações mutuamente benéficas e na ampliação do entendimento [existente] entre os Estados Unidos e seus aliados e amigos. Eles também melhoram a interoperabilidade entre as forças armadas no nível operacional e estimulam um maior respeito pela autoridade civil e pelos direitos humanos. (COPE, p. 21)<sup>24</sup>

Nos EUA o treinamento internacional pode ser contratado de três maneiras diferentes, via o sistema FMS<sup>25</sup>, via o IMET, ou ainda via um programa de combate ao tráfico de drogas internacional. O programa duplo permite que se venda o pacote de treinamento para os países mais ricos, provendo-o sem custo, ou com custo subsidiado, para os países que não podem pagar por ele. Neste caso, o treinamento tende a ser para a operação, manutenção e gerência de equipamento militar adquirido.

O financiamento do programa IMET atende aos cursos de Educação Militar Profissional<sup>26</sup> e ao Treinamento Técnico<sup>27</sup> com cursos ministrados no idioma inglês para oficiais, praças e pessoal civil estrangeiro em escolas militares norte-americanas (mas não nas academias das forças), e em várias instituições de ensino. Alunos estrangeiros cursam os mesmos cursos dos alunos militares estadunidenses. O ensino de inglês essencial para uso militar é de responsabilidade do *English Language Center* no *Defense Language Institute*, (DLIELC) e dos laboratórios de língua inglesa. Todos são usados para preparar os alunos para seu período nos EUA, assim como, para manter a prática após seu retorno ao seu próprio país.

---

<sup>22</sup> “Corações e mentes”: Termo difundido universalmente durante a guerra do Vietnam referindo-se à campanha para a sedução/cooptação de civis e militares vietnamitas convencendo-os a cooperar voluntariamente para a realização dos objetivos dos EUA.

<sup>23</sup> Órgão responsável pela diplomacia americana, equivalente ao Ministério das Relações Exteriores.

<sup>24</sup> “Foreign education and training plays a valuable role in promoting mutually beneficial relations and broadening understanding between the United States and its allies and friends. It also improves interoperability among armed forces at the operational level and fosters greater respect for civil authority and human rights”. Tradução livre do autor.

<sup>25</sup> “Foreign Military Sales”: programa de exportação de material militar norte-americano para aliados dos EUA com intermediação das suas FFAA.

<sup>26</sup> PMT - *Professional Military Training*, no original em inglês. Em essência isso seria o conjunto de conhecimentos requeridos para formar um militar melhor e mais competente nas suas atividades.

<sup>27</sup> Treinamento específico para a operação adequada de armas, sistemas, sensores, veículos, etc.

Em 1995, quando o livro foi escrito, ainda existiam alguns cursos que eram dados em espanhol para militares da América Latina e do Caribe. Na visão de Cope, escolas instaladas no exterior inviabilizam, ou pelo menos dificultam, o atingimento dos objetivos do *Informational Program*, a combinação com os programas de ensino de inglês e a “*Informational Experience*”, a vivência pessoal do militar estrangeiro e de sua família quando inseridos dentro do *American Way of Life*. Criando desta maneira uma sinergia tripartite: conteúdo do curso, experiência de imersão e curso de inglês.

As prioridades do governo norte-americano aparecem explícitas no texto de Cope:

Os Estados Unidos deseja ter acesso a estes futuros líderes e deseja que eles tenham um entendimento sólido sobre os Estados Unidos, sua história, cultura e tradições. Em relação a isso, a experiência IMET também encoraja outros a aprenderem mais sobre uma forma de governança democrática e de sociedade civil que os EUA acreditam ser o melhor para o indivíduo e para a comunidade. Tal imersão inclui aprender mais sobre o papel de uma instituição militar dentro de uma democracia<sup>28</sup>

A expectativa geral, segundo Cope, é que idealmente o IMET daria acesso “garantido” no futuro às lideranças militares que foram treinadas nos EUA, sendo assim um importante ativo para: a) melhorar as relações político-militares, b) a capacidade de defesa das forças armadas dos países amigos, e c) promover a interoperabilidade com as forças norte-americanas em operações de assistência humanitária e operações de paz em uma coalisão. Adicionalmente, o treinamento de militares estrangeiros deve ser uma boa introdução, facilitando o bom entendimento dos valores americanos, além, é claro, de promover a familiaridade dos oficiais estrangeiros com o equipamento militar americano e sua doutrina de emprego.

Na atualização de 1991 do programa, quatro novos cursos foram agregados através de um programa complementar chamado *Expanded IMET* (E-IMET): a) Gerência responsável de recursos de defesa; b) Maior respeito e compreensão dos conceitos ‘democracia e poder da lei no mundo civil’, incluindo nisso o conceito de subordinação militar ao poder civil; e c) Sistema de justiça militar em uma democracia e d) Maior compreensão dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

---

<sup>28</sup> “The United States desires access to these future leaders and wishes them to have a sound understanding of the United States and its history, culture, and traditions. In this regard, the IMET experience also encourages others to learn more about a form of democratic governance and civil society that the United States believes is best for the individual and the community. Such immersion includes learning more about the role of a military institution in a democracy.”

Cope salienta que, segundo o entendimento norte-americano, se a escola não for localizada nos EUA e o curso durar menos de oito semanas será impossível extrair o máximo retorno do *Informational Program*. Esta experiência paralela sólida, muito mais do que o treinamento técnico propriamente dito, é o que cimentará o vínculo de longa duração do militar estudante com os Estados Unidos. Por sua vez, o curso de inglês bem dado é chave para o máximo aproveitamento de uma boa “experiência”.

Os adidos militares e oficiais de assistência de segurança, todos ex-alunos do IMET, nas entrevistas realizadas por Cope e seu time, comentaram que a *security assistance education and training*<sup>29</sup> “lhes deu acesso a segmentos até então inacessíveis dos estabelecimentos militares do país onde eles serviram.” Outro comentário afirmava que “ex-alunos do IMET se comportavam diferentemente de seus colegas que não estudaram nos EUA”, disse um adido de defesa dos EUA num país africano. “eles são abertos ao contato com os representantes dos EUA, são mais amigáveis e têm uma compreensão mais ampla de nossa forma de pensar e atuar”. As embaixadas norte-americanas acharam este tipo de abertura “incrivelmente útil”.

Entre os benefícios reportados registra-se um maior entendimento bilateral: Durante a Guerra das Malvinas/Falklands em 1982, os militares norte-americanos conseguiram contato informal com membros da alta oficialidade argentina através dos vínculos pessoais criados durante seus cursos nos EUA.

Estes cursos realizados no exterior podem atuar ainda como uma “área neutra”, um lugar seguro onde vizinhos podem se encontrar e trocar pontos de vistas. Normalmente existem muito poucas oportunidades para oficiais de países vizinhos se encontrarem pessoalmente para trocar ideias. Um oficial general da *Fuerza Aérea Chilena* observou que as “relações com a *Fuerza Aérea Peruana* nunca tinham sido melhores, porque seu colega peruano havia sido promovido para um posto igualmente importante na sua força aérea”.

Interessantemente, a participação nos treinamentos pelo sistema IMET estipula a obrigatoriedade dos formandos trabalharem no sistema de educação e treinamento militar dos seus países por pelo menos dois anos (três no caso de ser treinamento muito avançado). Nas forças armadas Portuguesas, em 1994, por exemplo, ex-alunos do IMET comandavam a

---

<sup>29</sup> Educação e treinamento para assistência de segurança. Tradução livre do inglês pelo autor.

Academia Naval, a Academia da Força Aérea, o Instituto de Estudos Militares Avançados e o Colégio de Defesa da OTAN. Outros ex-alunos do IMET ascenderam a posições de influência dentro das forças armadas e no Ministério da Defesa em Portugal, na Grécia e na Turquia, trabalhando para reorganizar as organizações, as doutrinas, o sistema de gestão, e, ocasionalmente, os processos de tomada de decisão de suas forças segundo padrões calcados nos sistemas usados pela Defesa norte-americana.

Nos EUA o IMET é um multiplicador de forças, desenvolvendo a interoperabilidade entre os diversos contingentes das missões de paz da ONU.

Estudantes norte-americanos também aprenderam muito ao entrarem em contato com seus colegas de outros países. Por isso é que a National Defense University (NDU) expandiu o número de oficiais estrangeiros nos seus cursos, por achar suas contribuições valiosas.

A despeito de estes serem programas bastante maduros, Cope salienta que para melhorá-los ainda mais seria indispensável o envolvimento de outros atores, como os outros ministérios e organizações governamentais dos EUA. Nessa crítica ele cobra ainda uma atitude muito mais proativa dos embaixadores norte-americanos, sem os quais os programas IMET e E-IMET não atingiriam todo seu potencial.

## **2.2 O Brasil como Recipiente de Treinamento Militar Estrangeiro**

A história de muitas das forças armadas de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, tende a exibir ciclos de forte modernização durante períodos de conflito ou, na sua falta, apoiados no trabalho conjunto com missões militares estrangeiras. Existindo por períodos limitados, estas missões são empregadas pelas grandes potências para compartilhar seus conhecimentos militares, atualizando as capacidades operacionais das forças armadas (e em alguns casos policiais), dos países em desenvolvimento, permitindo-os passar a atuar mais próximo do patamar operacional da atualidade.

Nisto o caso brasileiro é emblemático. Logo após a Independência, no período inicial da Armada Imperial Brasileira, coube ao oficial britânico Thomas Cochrane e seus colegas John Taylor, John Pascoe Grenfell, Bartholomew Hayden, George Broome e William Parker atuar nesta função, ainda que na condição de indivíduos e não de representantes oficiais da Royal Navy.

A Marinha Brasileira procurou sempre sua inspiração na marinha inglesa, indubitavelmente a mais poderosa e eficiente força naval existente durante o período que tratamos. À época de nossa Independência, a marinha portuguesa, por força dos problemas políticos e econômicos de Portugal, já perdera a força criadora que a

levava à concepção da caravela e da carraca e à aventura maravilhosa dos descobrimentos, tornando-se sem expressão e, por não ter podido acompanhar a evolução da construção naval que teve lugar no decorrer do século XVIII, tecnologicamente atrasada. Além dos velhos navios da frota portuguesa apreendidos na Guerra de Independência, pouco herdaríamos deles. Os interesses imperialistas ingleses e o estado de dependência de Portugal face à Inglaterra fizeram com que a presença britânica entre nós, assinalada por seus navios de guerra e comércio, fosse intensa e constante. A vinda para o Brasil, no período histórico de formação da Marinha Brasileira de inúmeros oficiais e marujos ingleses, influenciou, de maneira decisiva, essa formação. Na Inglaterra adquirimos a maior parte de nossos navios, de lá vieram a doutrina, as práticas e a tradição. (VIDIGAL, 1982, p. 90-91)

Nas palavras do Almirante Vidigal, o principal historiador naval do Brasil, entende-se como esta interação, em especial, representou uma etapa chave para que a jovem Armada Imperial pudesse modernizar o seu modelo organizacional e cultura operacional defasada, herdados da Armada Real Portuguesa, sua predecessora.

Este não foi o único exemplo de parceria internacional para atualização das forças militares que ocorreu no Brasil. Houve também a Missão Francesa, junto ao Exército Brasileiro, atuando no período entre guerras do século XX e a Missão Naval norte-americana que, instituída em 1922, perdurou por décadas.

Os países que enviavam estas missões militares, haviam vivenciado recentemente conflitos de alta intensidade com emprego das tecnologias e táticas das mais modernos daquela época. Em contraste, o Brasil, passado o período da Guerra da Tríplice Aliança, permitiu-se perder essa experiência bélica atualizada. Isso ocorreu devido ao Brasil se encontrar inserido num entorno regional (com ameaças, interesses externos, vulnerabilidades, etc.) bastante menos ativo do que eram a Europa e algumas outras regiões do globo.

Ainda assim, o Brasil participou dos esforços navais aliados para conter a Alemanha Imperial na Primeira Guerra Mundial e posteriormente contra os países do Eixo na Segunda Guerra Mundial. Em ambos os casos nossa participação se dando como membro de uma ampla aliança de nações, nos levando a focar nossas atividades militares em algumas áreas bem específicas. Este fenômeno de especialização militar limitou o nosso acesso ao resto do moderno “know-how” da guerra que permaneceu nas mãos dos Estados Unidos e de seus demais parceiros mais “seniores” nestas mesmas coalizões.

Conhecimentos operacionais militares modernos tendem a ser desenvolvidos localmente ou aprendidos individualmente, raramente se dando conta, por exemplo, de eventos ocorridos em locais longínquos. O trabalho das missões militares evita que seja



preciso combater guerras e participar de conflitos para um país adquirir suas próprias doutrinas militares de ponta.

A Guerra Antissubmarino (ASW) no âmbito naval foi nosso principal nicho de atuação durante Segunda Guerra Mundial. Esta forma de combate refletia a necessidade de se barrar a atuação dos submarinos do Eixo contra o tráfego cargueiro nas nossas costas. Para isso, a Marinha do Brasil recebeu valiosa instrução nesta área, além de material militar moderno vindo dos EUA. Sem isso, o Brasil não teria capacitação para se contrapor aos *U-boot* alemães.

Encerrado o conflito, a prioridade de treinamento e de fornecimento de meios prosseguiu numa escala maior, agora sob o guarda-chuva do esforço anticomunista da “Solidariedade Hemisférica” prevista no Tratado Inter Americano de Assistência Recíproca – o TIAR<sup>30</sup>. A partir de 1960, o principal exercício de capacitação naval do continente passou a ser a operação UNITAS, que, ano após ano, via o envio de navios da US Navy para efetuar o treinamento das marinhas da América Latina. O exercício era desenvolvido em duas fases distintas, uma ocorrendo na costa do Atlântico e outra na costa do Pacífico. (SOUTHCOM, 2009, p. 11-12)

### **2.3 Autossustentabilidade e Aceitabilidade**

No caso particular deste trabalho pode-se chamar uma política governamental de “autossustentável” se o seu fruto, o retorno político e/ou econômico de sua aplicação, constituir benefícios mensuráveis que compensem os custos, o que poderia tornar factível sua multiplicação “vertical” - cada vez maior junto ao mesmo país parceiro - ou “horizontal”, agregando novos países parceiros ao mesmo tipo de programa. A verdade é que pouco adianta ter um programa governamental de grande impacto, indiferentemente se bi- ou multilateral, muito atraente no papel se seus custos tornarem sua expansão ou mesmo sua mera sustentação, além das capacidades de ser pago pelo governo. Isso é o parâmetro popularmente chamado de “affordability” no idioma inglês.

Naturalmente, a própria noção de um programa ser autossustentável (ou “pagável”) é algo totalmente subjetivo, variando consideravelmente com a disponibilidade financeira de

---

<sup>30</sup> Tratado de defesa assinado 1947 entre os EUA e os países das Américas. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html> Acessado em: 26/01/2016

cada país, em cada momento do tempo. Algo que foi considerado “pagável” em um determinado momento pode deixar de sê-lo posteriormente. Um claro exemplo disso é o grande número de programas de fornecimento de material militar, em especial aeronaves de caça, pela Rússia para a África durante o período da Guerra Fria. Bilhões de rublos de equipamento foram doados sem qualquer expectativa de que aquela parceria gerasse o *hard cash*<sup>31</sup> necessário para compensar aqueles investimentos materiais. Neste caso em especial, entendia-se que o mero retorno político, na forma de alinhamento internacional com a URSS e o afastamento do país recipiente da área de influência ocidental, etc. haveria de compensar o significativo esforço material executado pelo estado soviético.

Não sendo um programa autossustentável, os recursos destinados à sua consecução passam a ficar vulneráveis a cortes e contingenciamentos em função de oscilações econômicas eventuais. Não sendo capaz de ser multiplicado para outros países, seu benefício à nação acaba se diluindo no longo prazo. Nessa pesquisa busca-se determinar se os modelos dos programas estudados encerram em si a desejada capacidade de autossustentação econômica.

O movimento em direção à África no governo Geisel e Figueiredo buscava essa autossustentabilidade ao combinar o pagamento de exportações brasileiras de produtos industrializadas com aquisições petróleo bruto, no caso de Angola e Nigéria. Ao contrário, a recente política de cooperação com países africanos dos dois governos Lula<sup>32</sup> e do primeiro governo Dilma<sup>33</sup>, por seu característico viés ideológico, determinou que a política de cooperação com países africanos mais pobres, a chamada relação “sul-sul”, deveria ser privada de apresentar essa característica de “autossustentabilidade”. O objetivo era se destacar dos modelos de cooperação norte-sul precedentes, aqueles ditos “neocoloniais”, assim a política brasileira recente preocupa-se em não incluir contrapartidas dos países africanos e tende a colocar a totalidade do fardo econômico dos programas sobre o Brasil. Por conta disso, oscilações econômicas como aquelas vistas no fim do segundo governo Dilma, e seu impacto direto na capacidade de investimento do Estado brasileiro, praticamente levaram à interrupção dos programas de cooperação com a África.

---

<sup>31</sup> Moeda conversível internacionalmente em espécie.

<sup>32</sup> 2003-2011

<sup>33</sup> 2011-2015

Tendo começado com uma revisão da teoria de Nye para em seguida tratar de identificar aquilo em que consiste a formação e o treinamento militar, conclui-se a etapa introdutória apontando as dificuldades e os riscos de um país se valer unicamente de políticas para cooperação internacional de curto prazo. Iniciativas que sendo limitadas no tempo acabam se alinhando mais como políticas de Governo do que com mais desejáveis políticas de Estado, o que as faz ter dificuldade para sobreviver a eventuais turbulências pontuais ou a mudanças estruturais no cenário de fundo econômico, local e internacional. Com isso coberto, passaremos no capítulo seguinte a analisar do que consiste em particular o modelo de formação e treinamento militar instalado pela França na África

### Capítulo 3: AS ÉCOLES NATIONALES A VOCATION REGIONALE – ENVR

A última grande mudança na cooperação francesa em direção à África ocorreu a partir da reforma de 1997, uma decorrência direta do vazio de poder global causado pela desintegração do mundo bipolar da Guerra Fria. As estruturas existentes desde a década de sessenta já não atendiam às novas demandas, e a política histórica da França de atuar unilateralmente como garantidor da estabilidade interna e externa dos países francófonos na África (APÊNDICE A e ANEXO A) não era mais sustentável, nem do ponto de vista orçamentário, nem em termos da sua imagem internacional. O novo ambiente exterior exigia, ainda, um maior engajamento também com os países africanos não francófonos<sup>34</sup> e com a Europa Oriental, tudo isso inserido em um cenário de redução orçamentária militar.

Neste contexto desafiador a França decidiu trazer as estruturas do então Ministério de Cooperação para dentro do Ministério dos Assuntos Estrangeiros, unificando sua atuação de cooperação global pela primeira vez desde a independência das ex-colônias na África subsaariana. Outra mudança foi a criação do programa RECAMP<sup>35</sup> para a formação de forças de manutenção de paz africanas dentro de um novo arcabouço de segurança regional e sub-regional africano. Complementando o RECAMP, surgiu a rede de Escolas Nacionais com Vocação Regional, um programa que se encontrava em discussão desde meados da década de 80 e que viria ser institucionalizado após a reforma de 1997. Nascido com uma vocação regional, ao também passar a receber alunos africanos não-francófonos, este programa assumiu uma vocação cada vez mais continental. Nos seus primeiros anos, as escolas usualmente atendem unicamente aos alunos do próprio país, passando a receber alunos estrangeiros assim que o nível de seus cursos atinge, consistentemente, o ambicionado padrão europeu.

#### 3.1 Os objetivos e a distribuição das ENVR na África

A própria Direção de Cooperação de Segurança e Defesa (DCSD) do Ministério de Assuntos Estrangeiros da França na sua revista quadrimestral de divulgação: “*Partenaires sécurité défense*”, descreve as suas Escolas Nacionais de Vocação Regional como sendo “uma

---

<sup>34</sup> Em especial com as maiores e mais promissoras economias africanas: África do Sul, Angola, Egito e Nigéria.

<sup>35</sup> Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz, em português.

ferramenta emblemática da cooperação de segurança e da defesa”. Na “Partenaires” percebe-se claramente o discurso do governo francês (em especial do Ministère des Affaires Étrangères et du Développement International<sup>36</sup>) sobre o papel esperado dos seus programas de parceria militar internacional.

As Escolas Nacionais de Vocação Regional são, assim, apresentadas pelos franceses como “estruturas africanas” criadas para a formação local de alunos militares. Ao mesmo tempo em que sutilmente desenfazem sua própria participação central<sup>37</sup> no sistema de formação, eles enfatizam que este programa representa um esforço dos países anfitriões em favor da paz na sua própria região, e que, em cada um dos cursos ministrados nas ENVR cerca de dois terços dos estagiários (alunos) são oriundos de outros países. Para a DCSD as escolas cumprem um papel adicional de “cadinho”<sup>38</sup>, propiciando uma crescente integração militar regional dos países africanos o que resultaria numa redução do risco de futuros conflitos interestatais naquele continente.

---

<sup>36</sup> “Ministério das relações exteriores e do desenvolvimento internacional”, em português

<sup>37</sup> A despeito de tudo o que os países africanos contribuem individualmente, a verdade é que cabe unicamente à França, por meio da atuação de seus *cooperants* instalados nas ENVRs, assegurar a alta qualidade do ensino. Isso é a base maior da percepção de valor existente no comando das FFAA dos países que a frequentam as ENVRs.

<sup>38</sup> Um metafórico *meltingpot* regional cultural e social

A seguir são apresentados a distribuição das ENVR (no mapa) e os tipos de formação a que se dedicam, sendo que outros detalhes são mostrados no ANEXO B.

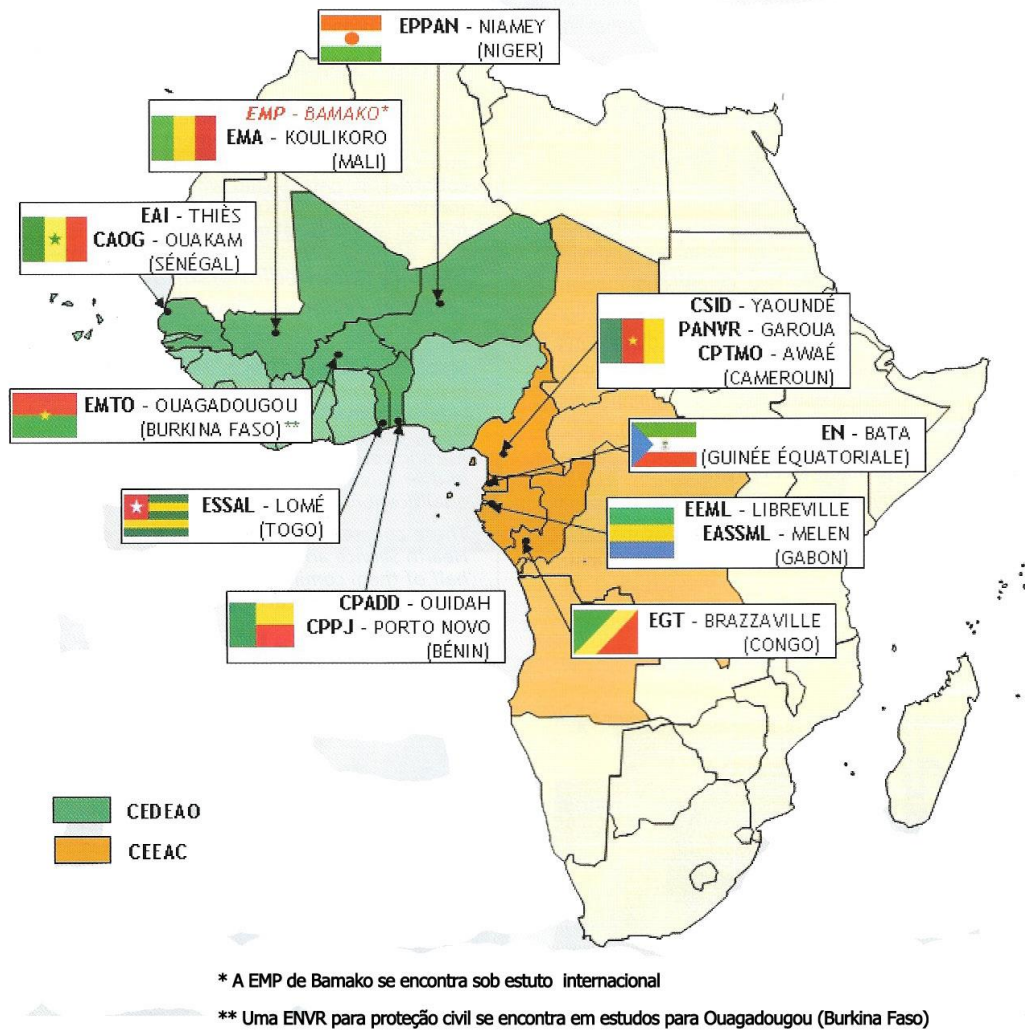


FIGURA 1 LOCALIZAÇÃO DAS ENVR NA ÁFRICA

### Formação de Manutenção Da Paz

- Escola de Manutenção da Paz em Bamako no Mali (École de Maintien de la Paix / EMP)

### Formação em Segurança Interna:

- Curso de Aplicação de Oficiais de Polícia (Cours d'Application des Officiers de Gendarmerie / CAOG) – Ouakam (Senegal)

- Centro de Aperfeiçoamento da Polícia Judiciária<sup>39</sup> (Centre de Perfectionnement de la Police Judiciaire / CPPJ) – Porto Novo (Benim)
- Centro de Aperfeiçoamento em Técnicas de Manutenção da Ordem (Centre de Perfectionnement aux Techniques de Maintien de l'Ordre / CPTMO) – Awaé (Cameroun)
- Centro de Aperfeiçoamento em Ações Pós-Conflito de Desminagem e de Despoluição (Centre de Perfectionnement aux Actions Postconflictuelles de Déminage et de Dépollution / CPADD) – Ouidah (Benim)

#### **Escolas de Formação Militar de Saúde:**

- Escola do Serviço de Saúde das Forças Armadas (École du Service de Santé des Armées / ESSAL) – Lomé (Togo)
- Escola de Pessoal Paramédico das Forças Armadas (École des Personnels Paramédicaux des Armées / EPPAN) – Niamey (Níger)
- École d'Application du Service de Santé Militaire / EAS) – Melen (Gabão)

#### **Formação Militar Técnica ou Especializada:**

- Escola Militar de Administração (École Militaire d'Administration / EMA) – Koulikoro (Mali)
- Escola Militar Técnica (École Militaire Technique / EMTO) – Ouagadougou (Burkina Faso)
- Escola de Engenharia Militar de Construção (École de Génie-Travaux / EGT) – Brazzaville (Congo)
- Polo Aeronáutico Nacional de Vocação Regional (Pôle Aéronautique National à Vocation Régionale / PANVR) – Garoua (Cameroun)
- Escola Naval - Centro de Instrução Marítima (École Navale - Centre d'Instruction Maritime) – Bata (Guiné Equatorial)

#### **Escolas de Formação Militar Generalista:**

- Escola de Estado Maior (École d'État-Major / EEML) – Libreville (Gabão)
- Escola Superior Internacional de Guerra (École Supérieure Internationale de Guerre / ESIG) ex-Curso Superior Conjunto de Defesa (Cours Supérieur Interarmées de Défense / CSID) – Yaoundé (Cameroun)<sup>40</sup>
- Escola de Aplicação da Infantaria (École d'Application de l'Infanterie / EAI) – Thiès (Senegal)

### **3.2 Uma Força de Integração**

As Escolas Nacionais de Vocação Regional apresentam ainda impacto real na prevenção de conflitos dentro da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO). Espaços onde militares de países vizinhos cooperam e convivem no seu dia a dia académico, as ENVR já até serviram como ferramenta de desescalada de crise:

---

<sup>39</sup> Na tradição policial francesa a polícia “judiciária” é aquela responsável pelos processos de investigação dos crimes através de métodos científicos.

<sup>40</sup> [http://reffop.francophonie.org/sites/default/files/structures%20de%20formation/presentation\\_esig.pdf](http://reffop.francophonie.org/sites/default/files/structures%20de%20formation/presentation_esig.pdf)

Por conta da sua missão de treinamento, as ENVR reúnem pessoal militar de diferentes países nas mesmas escolas ou centros de treinamento, o que pode vir a contrariar, às vezes, até mesmo os pontos de vista dos níveis hierarquicamente mais elevados dos países envolvidos. A disputa entre o Níger e o Benim pela posse da ilha de Lété ilustra bem essa questão. Enquanto os exércitos dos dois países se enfrentaram<sup>41</sup>, antes da resolução final das Cortes Internacionais de Justiça (ICJ)<sup>42</sup> sobre a disputa fronteiriça em 2005, ambos os países abrigavam em seu território alunos militares da outra nação, no CPADD no Benim ou na EPPAN do Níger. (HOUELOKOU, 2013)

O subtenente<sup>43</sup> beninês Midédji Didier Houelokou escreveu em sua dissertação de graduação da *École Speciale Militaire de Saint-Cyr*<sup>44</sup> que as Escolas Nacionais de Vocação Regional cumpriram tão bem seu papel (secundário) de integração e de prevenção de crises inter-regionais, e que o modelo deveria ser replicado em outras áreas, sejam elas escolas militares ou não.

Ele inclusive pondera que as ENVR teriam potencial para servir de base para uma eventual construção de forças armadas compartilhadas regionalmente. Isso poderia ocorrer dentro do próprio âmbito da CEDEAO, já que tanto a Carta de Fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) quanto a Ata Constitutiva da União Africana (UA), ambas, definem a integração regional como sendo um dos pilares da união africana.

Levando em conta os idênticos desafios de segurança dos países da CEDEAO, dos projetos de integração e dos meios de cooperação em defesa, já instituídos pela organização<sup>45</sup>, o caminho em direção de uma ferramenta comum de defesa e de segurança regional já se encontraria em desenvolvimento. Adicionalmente, no plano continental, a nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança (AAPS) e a Força Africana Permanente (FAA)<sup>46</sup>, seu componente militar, instituídas pela UA em 2002, acabaram tornando-se referência para as diferentes organizações regionais em seus processos de integração de defesa.

---

<sup>41</sup> Nesse exemplo o estranhamento entre os dois países não passou de algumas escaramuças localizadas e tiroteios descoordenados.

<sup>42</sup> *International Courts of Justice*, em inglês. Órgão permanente da ONU baseado em Haia na Holanda criado para dirimir questões legais entre nações.

<sup>43</sup> Segundo tenente.

<sup>44</sup> Principal escola de formação de oficiais do Exército Francês

<sup>45</sup> Como o ANAD (Accord de Non Agression et de Défense - 9 de junho de 1977), o PNA (Protocole de Non Agression - 22 de abril de 1978), o PAMD (Protocole d'Assistance en Matière de Défense - 29 de maio de 1981), o ECOMOG (Economic Community of West African States Monitoring Group - 6-7/08/1990) e a recente FAC (Force en attente de la CEDEAO - 5 de abril de 2012) <http://www.operationspaix.net/2-fiche-d-information-de-l-organisation-cedeao.html> Acessado em 21/01/2016

<sup>46</sup> Force Africaine en Attente, em francês



### 3.3 O Custo/Benefício das ENVR

Na edição número 278 da *Partenaires*<sup>47</sup>, revista online publicada quadrimestralmente pela DCSD, existe uma ampla prestação de contas sobre as atividades realizadas por todo o globo durante o ano de 2013. Naquele momento existiam dezesseis escolas e centros de formação da rede ENVR ativos, oferecendo um total de 60 formações diferentes em todas as áreas ligadas à segurança e a defesa. A cada ano cursam nesta rede 2400 estagiários vindos de cerca de trinta países diferentes, sendo que cerca de 15000 estagiários já haviam sido formados desde o lançamento da rede. Para manter essa rede operacional é necessária uma contribuição francesa anual de 10 milhões de euros, o que remunera o trabalho de 42 *coopérants* (instrutores) dentro das atuais 16 ENVR. (PARTENAIRES 274) (ANEXO H, perg. 1, 6 e 7)

Com estes números extrai-se que o custo/benefício do programa ENVR francês é calculado dividindo €10.000.000,00 por 2400 estagiários formados em 2013 gerando um custo médio de €4166,67 por aluno por ano.

---

<sup>47</sup> Junho de 2014

#### Capítulo 4: TREINAMENTO MILITAR AFRICANO PELO BRASIL: NAMÍBIA

O treinamento de militares namibianos pela Marinha do Brasil se apoia em dois sistemas completamente diferentes entre si. O sistema mais recente é usado apenas para formar os soldados do Corpo de Fuzileiro Navais da Namíbia (CFN-Nam). Este treinamento ocorre na própria Namíbia, se valendo de instrutores brasileiros, pelo menos nessa primeira fase. Mais convencional, o outro sistema que aqui é identificado pela sigla SEN<sup>48</sup> tem sido usado desde o início do ACNBN para treinar no Brasil todos os oficiais e praças da Marinha da Namíbia (NN) além dos oficiais do CFN-Nam. Este sistema, ainda, treina e especializa<sup>49</sup> os soldados FN originalmente formados na Namíbia.

O treinamento realizado no Brasil se apoia no conjunto de escolas e centros de treinamento e adestramento que compõem o Sistema de Ensino Naval (SEN – APÊNDICE B) da MB que foi criado, ao longo dos anos, especificamente para atender às demandas de formação de pessoal da própria Marinha do Brasil. Já existem, no entanto, alguns poucos cursos criados exclusivamente para atender às necessidades dos alunos internacionais como o são o C-FOMA, o C-FOF-NAM, o CFMN-NAM e o Curso Especial de Operações Ribeirinhas para Marinhas Amigas (C-Esp-OpRibMA) onde alunos brasileiros não participam do treinamento. A demanda por cursos militares no Brasil é superior ao número de vagas ofertadas. (ANEXO F, perg. 1)

Enquanto esses militares estrangeiros se encontram no Brasil, eles se encontram sujeitos às leis brasileiras. Se vierem a cometer algum crime estarão, por isso, passíveis de serem presos, ou na melhor das hipóteses, entregues aos seus adidos para repatriação. No caso deles (por não terem status diplomático, sendo unicamente estudantes, e não serem forças militares em missão internacional) não se aplicaria instrumentos como os *Status of Forces Agreements* (SOFA), tratados bilaterais que restringem a exposição dos militares estrangeiros ao sistema jurídico do país anfitrião. (ANEXO J, pergs. 24 e 25) Os alunos vindos da Namíbia não foram os primeiros estrangeiros a cursarem a Escola Naval no Rio de Janeiro, mas em virtude de seu grande número, acabaram sendo o contingente mais expressivo até aqui. Antes dos namibianos, quase sempre os alunos estrangeiros eram oriundos da América Latina. Vinte

---

<sup>48</sup> Por empregar as escolas do Sistema de Ensino Naval da MB

<sup>49</sup> Em cabos, sargentos e suboficiais.

e cinco países diferentes mandam praças para se especializar alunos ao Brasil, inclusive, atualmente, duas sargentos paraguaias estão estudando na Escola de Especialistas da Aeronáutica. (ANEXO F, perg. 2)

Os estrangeiros são matriculados nos mesmos cursos dos alunos brasileiros, sem que haja alterações curriculares para atender especificamente às suas necessidades. Por sua natureza, este modelo gera um benefício marginal uma vez que toda a infraestrutura de educação (o “custo fixo”) é paga pela Marinha do Brasil e o seu uso por um número restrito de estrangeiros, de civis ou de outras forças policiais e bombeiros pode assim ser feito praticamente a custo zero<sup>50</sup>.

Os aspirantes, alunos e estagiários que cursam os cursos e estágios da Marinha do Brasil, mas, que não pertencem aos seus quadros, são conhecidos como pessoal “extra Marinha”. Nos relatórios preparados pela Diretoria de Ensino da MB (DEnsM) para o Estado Maior da Armada (EMA) referentes aos anos de 2000-2014 verifica-se que um total de 1077 militares e civis não pertencentes à MB participaram de cursos e estágios nas escolas da MB. No quadro abaixo, estão identificados na primeira linha os alunos brasileiros, em sua maioria militares do Exército e da Força Aérea Brasileira, mas contando, também, com policiais estaduais, bombeiros e alguns especialistas civis. Na segunda estão os militares namibianos e na última, os militares de todos os demais países amigos.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Custos com hospedagem e com alimentação podem ser vistos como marginais em pequenos números, mas não se este número for muito grande.

<sup>51</sup> Cursaram os cursos da MB neste período militares das forças armadas da África do Sul, Angola, Argélia, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, França, Líbano, Moçambique, Nigéria, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Senegal, Suriname, Uruguai, e Venezuela.

TABELA 1 NÚMERO DE ALUNOS FORMADOS NO SISTEMA DE ENSINO NAVAL (SEN)

<b>Ano</b> <b>Tipo</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
<b>Brasileiros não-MB</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>112</b>	<b>143</b>	<b>286</b>
<b>Namibianos</b>	<b>2</b>	<b>110</b>	<b>256</b>	<b>139</b>	<b>507</b>
<b>Outras nacionalidades</b>	<b>3</b>	<b>50</b>	<b>87</b>	<b>144</b>	<b>284</b>
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>190</b>	<b>455</b>	<b>426</b>	<b>1077</b>

Diversas escolas da Marinha do Brasil estão envolvidas no programa de treinamento de pessoal extra-Marinha.

A Escola Naval (EN) tem o curso de Graduação da Escola Naval (CGEN) com duração de cinco anos que, no caso dos alunos estrangeiros, normalmente, é precedido por um ano de Estágio Especial para Adaptação Acadêmica de Alunos Estrangeiros, também ministrado na EN. A Escola de Guerra Naval recebe oficiais extra-Marinha de outras forças armadas brasileiras no seu Curso de Política e Estratégia Naval (C-PEM) e de marinhas de outros países no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), ambos durando um ano.

O Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), por sua vez, realiza a formação básica dos marinheiros namibianos e também propicia para estrangeiros e brasileiros os subsequentes cursos de especialização e aperfeiçoamento de praças. O Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC) especializa e aperfeiçoa os oficiais e praças dos Fuzileiros Navais. O Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) forma oficiais estrangeiros no C-FOMA, um curso desenhado sob medida para alunos angolanos, mas usado também pela marinha namibiana. (ANEXO I, perg. 2) O CIAW treina e especializa, ainda, futuros oficiais do Corpo da Esquadra, do Quadro Técnico (T-1) e do Serviço Militar Voluntário (RM-2) para a MB. A partir de 2012 o C-FOMA substituiu o anterior Curso de

Formação de Oficiais da Marinha da República da Namíbia (C-FOF-NAM), criado em 1998. O C-FOF-NAM tinha uma proposta mais simples, não contando com um período de estagio embarcado, nem com equipamento usado pela marinha amiga, como o ocorre no C-FOMA.

O Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval (CIAAN) oferece os cursos de especialização para tripulantes e mecânicos de aeronaves<sup>52</sup>. O Centro de Instrução Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA) forma os submarinistas e mergulhadores.

Oficiais e praças da carreira médica, brasileiros e estrangeiros, civis e militares, são especializados em cursos dados no Hospital Naval Marçílio Dias (HNMD).

O Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML) oferece para alunos das outras forças armadas brasileiras e para alunos estrangeiros cursos especializados como o de Guerra Eletrônica para Oficiais e a Diretoria de Hidrografia e Navegação oferta os cursos de sua área, formando brasileiros e estrangeiros.

#### **4.1 Namíbia: Uma Quebra de Paradigmas**

O programa da Marinha do Brasil de treinamento de alunos militares estrangeiros evoluiu suavemente a partir do modelo tradicional de intercâmbio empregado há décadas na Escola de Guerra Naval (EGN) e nas demais escolas. Devido ao grande número de alunos que passaram a receber sua formação profissional no Brasil, porém a parceria com a Namíbia mudaria esse modelo simplificado da MB.

O treinamento de militares namibianos no Brasil iniciou em 1995, foi um curso rápido para a formação de onze oficiais oriundos do Exército Namibiano. Formou-se no CIAW um tenente-coronel, um major, e nove capitães que vieram a ser os primeiros oficiais, e posteriormente os primeiros almirantes na nova Marinha. Em paralelo, o primeiro contingente com oito aspirantes foi enviado à Escola Naval na ilha de Villegagnon, no Rio de Janeiro para cursar por cinco anos.

Outro grupo composto de oficiais e civis já formados em cursos universitários foi encaminhado ao Curso de Formação de Oficiais da Namíbia (C-FOF-NAM), inspirado no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da MB também dado no CIAW. Posteriormente o Curso de Formação de Oficiais das Marinhas Amigas (CFOMA) foi criado para substituir o

---

<sup>52</sup> No período estudado apenas brasileiros realizaram estes cursos.

C-FOF-NAM, passando a receber, também, alunos de outros países. Este novo curso tem 18 meses de duração e se foca nos conteúdos do Ensino Militar-Naval (EMN) e nos do Ensino Profissional (EP). Nos seis meses finais do curso, os alunos estrangeiros embarcam em navios da MB para realizar seu estágio embarcado.

O CFOMA não inclui as matérias das ciências exatas como Cálculo e Física, nem as matérias focadas no Brasil como Português, História, etc. características do curso da Escola Naval, que, por isso, dura um total de cinco anos. A adaptação ao idioma português dos alunos do CFOMA é feito na Escola Naval junto com os aspirantes estrangeiros que posteriormente cursarão a Escola Naval.

A formação de praças estrangeiros no Brasil verificou-se um ponto problemático, já que colocar muitos praças namibianos dentro das quatro Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM) não foi visto como uma boa ideia. Para tanto foi criado no CIAW um curso voltado unicamente para os alunos namibianos, o curso de formação de marinheiros namibiano (C-FMN-NAM).

Diferente do que ocorre nas Instituições de Ensino Superiores civis brasileiras, os candidatos estrangeiros a estudar na Escola Naval e nas demais escolas militares de Graduação<sup>53</sup> não é precisam apresentar o certificado de aprovação no teste de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, o CELPE-Bras<sup>54</sup>.

Para contornar as limitações no domínio da língua portuguesa e também em Cálculo e Física a Marinha instituiu o Estágio de Qualificação para estudantes estrangeiros, com a duração de um ano a ser cursado antes do militar iniciar o seu curso de Formação de Oficiais na Escola Naval. Honorato e Costa (2013, p. 68) contam que 30% dos estudantes estrangeiros da EN<sup>55</sup> não alcançaram o objetivo de concluir o curso de graduação. Em 2013, a Escola Naval contava com cerca de 800 Aspirantes, deste total, vinte e três eram estrangeiros, com idade média de 20 anos, oriundos de Angola, Bolívia, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal e Venezuela. (HONORATO; COSTA, 2013, p. 68) Honorato escreve que a EN, “em seu DNA acadêmico, [tem] um caminhar pelas ciências exatas”, o que explica o grande peso dado às disciplinas de cálculo e física. (HONORATO; COSTA, 2013, p.71)

---

<sup>53</sup> Academia da Força Aérea (FAB) e Academia Militar das Agulhas Negras (EB)

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.celpebras.inep.gov.br/>

<sup>55</sup> 26 dos 87 alunos estrangeiros, desde o início do intercâmbio em 1956 até 2012.

## **4.2 O custo/benefício do modelo SEN**

Nos termos do segundo acordo assinado entre o Brasil e a Namíbia (ANEXO D) todos os gastos de passagens, cursos, hospedagem e alimentação além de valor de custeio para os alunos namibianos no Brasil são arcados em sua totalidade pela Marinha da Namíbia. Sendo assim, os 507 alunos namibianos formados nas escolas da MB entre 2010 e 2014 não geraram para a Marinha do Brasil nenhum gasto.

Com estes números extrai-se que o custo benefício do programa brasileiro de treinamento no Brasil de oficiais e praças se calcula dividindo US\$0,00 por 507 alunos e estagiários formados no quadriênio 2010-14. Isto gera um custo médio de US\$0,00 por aluno por ano. Em 08 de março de 2016 esse montante em dólares norte-americanos (USD ou US\$) equivalia a €0,00.

## **4.3 Treinamento “Brasileiro” Para FN Namibianos na África**

É interessante ver que a necessidade da formação dos soldados dos fuzileiros navais namibianos, ao ser transplantado do Brasil para a África, acabaria subvertendo todo o padrão de treinamento anteriormente estipulado para os militares daquele país no Brasil.

Com o projeto de estabelecimento da Marinha da Namíbia andando satisfatoriamente, em 20 de maio de 2008, foi solicitado o apoio necessário para a criação de um Corpo de Fuzileiro Navais da Namíbia (CFN-Nam). De forma a assegurar sua capacidade de auto sustentação, o Corpo Fuzileiro Navais da Namíbia teria a envergadura uma Companhia para, posteriormente ampliar esse valor para um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros (BtlInfFuzNav) entre 2010 e 2016.

O Corpo de Fuzileiros Navais na Namíbia (CFN-Nam) havia, até então, formado na Marinha do Brasil (na Escola Naval, no CIAA, no CIAMPA e no CIASC) um total de cinco oficiais (sendo necessário formar outros trinta oficiais), seis sargentos (no final de 2008 graduaram outros dez), vinte cabos e vinte e três soldados. O Batalhão de Infantaria Fuzileiros Naval da Namíbia se iniciaria com um núcleo formado por uma Companhia de Comando e Serviços e uma Companhia de Fuzileiros Navais, sendo ampliado conforme a disponibilidade de recursos humanos e materiais.

O Curso de Formação de Soldados (C-FSD) criado na Namíbia seria, por esta razão, “integrado”, ou seja, a primeira unidade criada também conduziria os primeiros cursos. O Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav) namibiano tem como tarefas prioritárias a segurança de instalações em terra e as atividades de inspeção naval nas águas

jurisdicionais da Namíbia. Mas, devido a ser uma unidade pioneira naquela força armada, haveria de apresentar uma organização peculiar, pois contaria em sua estrutura com uma Banda de Música e um Centro de Formação de Recrutas com aproximadamente setecentos militares.

A criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia ocorreu no segundo semestre de 2008, com uma equipe de instrutores brasileiros chegou a *Walvis Bay*, já no início de 2009 para conduzir, junto com o pessoal Fuzileiro Naval da Namíbia, o primeiro Curso de Formação de Soldado (C-FSD) a partir de outubro de 2009, sendo um oficial brasileiro o Comandante do Corpo de Alunos e o encarregado do curso. Esses brasileiros têm seus salários, passagens moradia e gastos de custeio pagos pelo governo brasileiro. O grupo atual é composto por seis oficiais FN e 21 praças, custando cerca de US\$ 3.985.295,11 por biênio, ou seja: US\$1.992.647,55 por ano. No período compreendido entre 2009 até 2015 foram formados aproximadamente 800 soldados fuzileiros navais namibianos, uma média de 133 soldados por ano<sup>56</sup>.

No dia 11 de maio de 2009, o Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) iniciou em *Walvis Bay* o primeiro Estágio Básico de Instrutores de Recrutas para dezenove namibianos, ocasião em que o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia fez a abertura do estágio, a cerimônia de conclusão deste primeiro curso se deu no dia 19 de junho de 2009.

Este primeiro curso de formação de instrutores foi realizado em *Walvis Bay* com auxílio de tradutores locais que falavam português e inglês e, em alguns casos, várias das línguas e dialetos namibianos. Para os soldados fuzileiros navais namibianos ainda é indispensável saber falar português, pois, esta será a língua usada nos subsequentes cursos de carreira a serem cursados no CIASC. No primeiro curso de soldado FN da Namíbia o encarregado era um brasileiro e o auxiliar era um instrutor namibiano. O objetivo é que a partir da décima turma de soldados FN o encarregado já seja um instrutor namibiano e seu auxiliar seja um brasileiro.

---

<sup>56</sup> Nem todos os anos desse período apresentaram cursos de formação de soldados fuzileiros namibianos e, adicionalmente, o número de alunos em cada um deles não foi constante. O número de 133 é um número médio representativo para ser usado em nossos cálculos.



#### **4.4 O Custo/Benefício do treinamento de FN na Namíbia**

A decisão de formar os soldados fuzileiros navais namibianos no próprio país africano obedece uma lógica essencialmente econômica por ser esse o militar de treinamento mais barato e, também, aquele que demanda menores custos de infraestrutura para sua formação. Os fuzileiros da infantaria no ambiente naval se destacam por não demandar obrigatoriamente navios para existir, treinar e operar. Esse curso marca o início da capacidade namibiana de treinamento de seu próprio pessoal por lá, além de comprovar a intenção do Brasil de, por meio de transferência de conhecimento técnico, lhes permitir essa independência.

Com estes números, extrai-se que o custo/benefício do programa brasileiro de treinamento na Namíbia de soldados fuzileiros navais namibianos é calculado convertendo US\$1.992.647,55 para euros<sup>57</sup> o que dá: €1.806.898,39 e em seguida, dividindo esse número por 133 estagiários formados na média a cada ano. Isso produz, neste caso, um custo médio de €13.585,70 por aluno, por ano.

#### **4.5 Suporte Administrativo às Escolas da MB: Treinamento de Estrangeiros**

Por conta das novas necessidades reveladas pelo Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia (ACNBN) foi criado pela Marinha do Brasil um Catálogo de Cursos e Estágios do Ensino Naval Destinados a Pessoal extra-Marinha (CENPEM) que descreve e precifica cada um dos cursos de formação militar prestados pela MB. O CENPEM existe desde o final da década de 1990 (ANEXO E, perg. 5), e lista todos os cursos ofertados a cada ano, identificando os custos para o treinamento de militares estrangeiros. O catálogo do EB se chama Plano de Cursos e Estágios para Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) e o da Aeronáutica é a Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA Nº 37-21. (ANEXO J)

O documento EMA-431 normatiza todo o processo de solicitação de cursos por Organização Militar (OM) estrangeira e de constituição de acordos para capacitação. Junto com ele é empregado o CENPEM, estes dois sendo os condicionantes do treinamento de pessoal que não pertence aos quadros da MB. Apesar disso, não existe ainda uma regra

---

<sup>57</sup> A taxa de conversão usada nesse trabalho é a constante no site do FMI para o dia 08/03/2016 (US\$ 1.10280 por 1 Euro). [https://www.imf.org/external/np/fin/data/rms\\_mth.aspx?SelectDate=2016-03-31&reportType=REP](https://www.imf.org/external/np/fin/data/rms_mth.aspx?SelectDate=2016-03-31&reportType=REP)

geral que determine como se dá o procedimento para a contratação dos treinamentos de marinheiros estrangeiros no Brasil.

Na maioria dos casos o processo é gerenciado via o Estado Maior da Armada (EMA) começando com a publicação da versão atualizada do CENPEM. A distribuição deste catálogo para as marinhas de países amigos ocorre através dos adidos militares e navais do Brasil. Os pedidos dos cursos são encaminhados pelas embaixadas destes países no Brasil, diretamente ao EMA, sendo lá confrontados com as vagas disponibilizadas pelas escolas da MB.

No Ministério da Defesa, a Subchefia de Assuntos Internacionais, do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), entre outras atividades efetua a coordenação das forças armadas com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) para que esta custeie a estadia dos militares estrangeiros que realizam cursos no Brasil. Por esta razão, algumas das marinhas estrangeiras pagam pelos cursos da MB enquanto outras não. Em teoria, o pagamento dos cursos deve ser quitado antes do seu início, porém, segundo o Cte Filippo da EMGEPRON, o não pagamento da matrícula não “impede” o aluno extra-Marinha de iniciar seu curso. (ANEXO K, perg. 4) O Cte Esteves do EMA explicou que em termos de treinamento internacional “se pensarmos em receita, nós [veremos que] temos prejuízo”. O valor cobrado não garantiria assim o ressarcimento dos custos dos alunos estrangeiros.

Um caminho alternativo de gestão dos alunos militares estrangeiros passou a ocorrer através da EMGEPRON, empresa estatal criada pela MB para permitir a comercialização de produtos e serviços navais e de engenharia a países amigos e empresas privadas. Enquanto o CFOMA ainda não fazia parte do CENPEM, coube à EMGEPRON gerenciar este pacote de treinamento junto a Angola e a outros países. Segundo o Cte Luís Angelo de Carvalho Filippo da EMGEPRON: “a decisão de que cursos são gerenciados pela empresa e quais são controlados diretamente pelo Estado Maior da Armada (EMA) é uma prerrogativa do próprio comandante da Marinha”. Em ambos os casos, a postura brasileira segue um viés de não aplicar pressão no país amigo. Oferece-se o catálogo de cursos e a escolha de enviar militares para cursar os cursos ofertados é exclusivamente dos países amigos. Os cursos oferecidos sem custos não são gerenciados pela EMGEPRON. Sendo assim, percebe-se que não existem “vendedores de cursos” no modelo brasileiro. A EMGEPRON gerencia atualmente os alunos angolanos e namibianos, inclusive em sua participação no Programa de Pró-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) do CEPE/EGN, que tem recebido alunos angolanos desde seu

início em 2014. (ANEXO I, perg. 1 e 3) O Almirante Rodrigo, Diretor Técnico e Comercial da EMGEPRON enxerga outra vantagem importante da gestão pela empresa dos cursos do CENPEM:

[...] normalmente os cursos prestados a pessoal extra-Marinha são pagos através de boleto bancário gerando depósito na conta do Fundo Naval. Este fundo, até o governo Fernando Henrique Cardoso gerava um montante de dinheiro extra-orçamentário sobre qual a Marinha tinha poder discricionário, e o usava para custear uma série de atividades e programas. Daquele ponto em diante, o Fundo Naval passou a ser tratado como fundo orçamentário e se perdeu a flexibilidade de emprego do dinheiro. Adicionalmente o valor acumulado no Fundo Naval não mais será abatido do orçamento anual da Marinha do Brasil. (ANEXO I, perg. 1)

Existem várias barreiras para a manutenção e a expansão dos cursos para alunos estrangeiros pelas forças armadas brasileiras. Estas vão desde os custos com o pessoal (pagamento de remuneração das diárias e de passagens aéreas, para instrutores e alunos) quando o curso ocorre fora do Brasil, até os custos institucionais como a capacidade do seu pagamento pelo país amigo. Existe ainda a barreira da língua e o interesse do país amigo em ter seus militares formados pela MB.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, foi utilizada entre 2010 e 2013 pelo MD para pagar, com recursos do MRE, as passagens aéreas e as despesas de alguns dos alunos militares estrangeiros estudando no Brasil. A instabilidade dos recursos nesse programa, no entanto, fez com que o valor acordado de US\$ 6 milhões caísse a apenas US\$ 500 mil no último ano, praticamente inviabilizando o programa do custeio dos militares estrangeiros no Brasil. Para responder aos cortes, o Ministério da Defesa acabou tendo que priorizar, em detrimento dos demais, os alunos dos cursos de formação multianuais, como os de formação de oficiais na Escola Naval, Academia das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea. Na opinião do Comandante Sergio Cysne do MD, o abandono de um aluno estrangeiro bem no meio de um curso mais longo destes por falta de apoio financeiro brasileiro traria, potencialmente, “um grande ônus para a imagem internacional do Brasil”<sup>58</sup>.

Voltando, assim, ao tema de “autossustentabilidade”, a falta de clareza sobre o retorno (político, geopolítico, ou meramente financeiro) esperado, especialmente em momentos de crise como o atual, projeta uma sombra sobre a continuidade dos projetos brasileiros de

---

<sup>58</sup> Em entrevista telefônica com o autor no dia 29 de janeiro de 2016

treinamento militar. As forças armadas brasileiras querem a parceria, a Namíbia e os demais países africanos também a desejam, mas na falta de clareza sobre os retornos mencionados acima, não há nada a fazer, uma vez que sua prioridade dentro do orçamento nacional é relativamente pequena. Caso o governo brasileiro seguisse o exemplo chinês, haveria ainda a condição de receber um pagamento pelos cursos dados de uma forma não monetária, valendo-se de produtos primários do interesse do Brasil via operações de *countertrade*<sup>59</sup>. Isso, inclusive, tendo sido uma prática brasileira regular na década de 80, no comércio com a própria África. (PENHA, 2011, p.174) (ANEXO J, perg. 5)

---

<sup>59</sup> Termo atual para escambo/trocas não-monetárias

## Capítulo 5: AS COMPARAÇÕES DO QUOCIENTE CUSTO/BENEFÍCIO

Foram calculados nos Capítulos 3 e 4 o custo/aluno/ano individual para as ENVR, o modelo de treinamento francês empregado na África, e também para os dois modelos de treinamento de militares africanos usados pelo Brasil. Assim, neste capítulo, estes números serão empregados para comparar, entre si, os três sistemas.

O modelo de formação do CFN-Nam apresenta semelhanças e diferenças quando comparado ao modelo de treinamento para militares namibianos usado no Brasil e àquele usado pelos franceses na África (ENVRs). Atentando para as características do sistema utilizado para treinar fuzileiros navais na Namíbia não é de todo incorreto dizer que este se posiciona em algum ponto entre os dois outros sistemas.

Como apurado no capítulo anterior, cada um dos sistemas apresenta um custo por aluno, por ano, que lhe é característico. Os números frios, no entanto, escondem algumas questões que precisam ser ressaltadas a seguir.

**TABELA 2 COMPARATIVO DE CUSTOS**

	Modelo francês na África (ENVR) 2013	Modelo brasileiro no Brasil (SEN) 2011-2014	Modelo brasileiro na África (CFN- Nam) 2015-16	Modelo brasileiro total (SEN+CFN- Nam)
Custo/Ano	€10.000.000,00	€0,00	€1.806.898,39	€1.806.898,39
Alunos formados	2400	127 <sup>60</sup>	133	260
Custo anual por Aluno formado	€4166,67	€0,00	€13.585,70	€6.949,61

---

<sup>60</sup> Arredondamento do total de 507 alunos namibianos que cursaram o SEN dividido pelos quatro anos da amostra de dados apurada.

No que trata de número de formandos por ano, ambos os modelos de treinamento militar brasileiro disponibilizado para os militares namibianos revelaram-se ser bem distintos, para menor, daquele verificado no modelo francês. O treinamento realizado no Brasil, dentro das escolas do Sistema de Ensino Naval (SEN – APÊNDICE C) da Marinha do Brasil é, nos termos do segundo Acordo de Cooperação Brasil-Namíbia (ANEXO D), totalmente indenizado pela Namíbia. Este aspecto, naturalmente, gera um resultado de custo/benefício ótimo devido a não haver nele nenhuma parcela de custo para a MB pagar.

Adicionalmente aos custos por aluno, é necessário também olhar para o conjunto de pontos positivos e negativos de cada um destes sistemas, conforme exibido na tabela abaixo:

**TABELA 2 CARACTERÍSTICAS DOS TRÊS MODELOS DE TREINAMENTO**

	Modelo brasileiro no Brasil (SEN)	Modelo brasileiro na África (CFN-Nam)	Modelo francês na África (ENVR)
Pontos positivos para os africanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso de alto nível<sup>61</sup></li> <li>• Muitos curso/estágios</li> <li>• Experiência de vivência no exterior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso de alto nível</li> <li>• Baixa exigência<sup>62</sup></li> <li>• Baixos custos para africanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso de alto nível</li> <li>• Muitos curso/estágios</li> <li>• Aulas em francês (no caso de países francófonos)</li> <li>• Baixos custos para africanos</li> </ul>
Pontos negativos para africanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Altos custos para africanos</li> <li>• Aulas em português<sup>63</sup></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aulas em português</li> <li>• Apenas um tipo de curso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alta exigência</li> </ul>
Pontos positivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Influência máxima</li> <li>• Aumenta a projeção de poder do Brasil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Influência reduzida</li> <li>• Baixos custos de implementação e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção da influência na África<sup>64</sup></li> <li>• Baixos custos de</li> </ul>

<sup>61</sup> O fato do Brasil, no caso da Namíbia, e da França no caso dos demais países africanos, serem os responsáveis pela criação destes cursos, pela sua determinação de currículo e pela garantia da qualidade derivada disso, os qualifica como “cursos de alto nível”.

<sup>62</sup> O curso de formação de soldados é introdutório e básico, sendo por isso, qualificado aqui como de “baixa exigência” em relação aos demais cursos, especialmente no que tange recursos humanos (instrutores) e infraestrutura.

<sup>63</sup> Os namibianos não falam português no seu país.

<sup>64</sup> Sistema de escolas multinacionais efetivamente fragmenta o controle e o grau de independência dos países africanos, aumentando sua dependência à rede multinacional e por decorrência, à França.

para Brasil e França	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dinamiza o processo “corações e mentes”</li> </ul>	de manutenção.	implementação e de manutenção
Pontos negativos para Brasil e França	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sobrecarrega infraestrutura MB (SEN)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limita conquistas de “Hearts &amp; Minds”<sup>65</sup></li> <li>Aumenta o grau de independência do parceiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limita conquistas de “Hearts &amp; Minds”</li> </ul>
Observações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizados no Brasil</li> <li>Nacional/Multinacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizados na África</li> <li>Nacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizados na África</li> <li>Multinacional</li> </ul>

Os números exibidos na Tabela 2 acima demonstram sem qualquer dúvida que, desde a perspectiva do país que dá o treinamento, o sistema SEN é o mais vantajoso. Mas o SEN não é empregado apenas para alunos da Namíbia, assim, quando se analisa seu custo por aluno, por ano, no caso de a) países que não arcam com os custos de seus treinamentos, e/ou b) países que não conseguem arcar com os valores de custeio de seus próprios alunos no Brasil, a equação de atratividade se inverte dramaticamente em prejuízo do Brasil.

Os dois sistemas de treinamento usados pelo Brasil, embora analisados separadamente aqui, não constituem verdadeiras alternativas um ao outro, uma vez que os formandos da escola de soldados FN na Namíbia ainda precisam vir ao Brasil para cursar as etapas subsequentes de seu programa de formação militar brasileiro. Encarando a questão desta maneira, como um único sistema de treinamento, pode-se argumentar que o cálculo do custo/aluno/ano deva ser uma combinação dos dois sistemas brasileiros analisados anteriormente. Verifica-se pela última coluna da Tabela 2 que tomando-se o custo para a MB do programa de preparação do CFN da Namíbia e dividindo ele pelo número total de alunos formados (fuzileiros namibianos formados na Namíbia e demais militares namibianos formados pelo SEN) no período de um ano, o custo por aluno passaria a de €1.806.898,39<sup>66</sup>/ (127+133) = €6949,61.

<sup>65</sup> Por se desenrolarem no continente africano, os alunos destes cursos se encontrarão menos expostos aos valores e ideais característicos dos países responsáveis pelo treinamento (Brasil e França).

<sup>66</sup> Este valor representa a metade dos custos bienais do pessoal da MB na Namíbia.

**Isso resulta em um número 67% maior do que o custo por aluno, por ano no modelo francês, o que parcialmente confirma a hipótese da pesquisa já que o sistema francês apresenta um custo por aluno, por ano melhor que o nosso treinamento na Namíbia e também desse calculo combinado alternativo.**



## Capítulo 6 – CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

### 6.1 Limites para a expansão do modelo SEN

A Marinha da Namíbia aprecia o resultado obtido com a formação de seus militares no Brasil, mas considera o “preço elevado pelo treinamento” segundo seu então-comandante Contra-Almirante Peter Hafeni Vilho em 2012, isso se constitui em um óbice na relação existente entre as duas marinhas (ALMEIDA, p. 111). Ele diz que isso se deveu ao fato de que:

[...] o Brasil repassa à Namíbia todos os custos associados e os ajustes de inflação, tanto dos itens novos como de produtos acabados, aumentando, ao mesmo tempo, os preços dos insumos sem informação prévia ao consumidor (Namíbia). Ao se verificar, em mais detalhe, o preço inicial de venda do NS “Brendan Simbwaye” e o preço que a Namíbia efetivamente pagou pelo navio, a diferença é exorbitante! Esta tendência se repetiu na compra das embarcações da classe “Marlim”, cujos preços, anunciado e efetivo, apresentaram uma diferença fora de proporção. (ALMEIDA, p. 111)

Nessa mesma entrevista, o Almirante Vilho diz explicitamente: “O Acordo de Cooperação Naval (ACNBN) está atualmente atingindo o limite de sua duração<sup>67</sup>.” No que suas críticas seguem, reclamando que alguns termos do acordo têm sido “contornados e/ou modificados. Este é o caso do treinamento de oficiais e praças no Brasil”. Ele afirma ainda que o treinamento, realizado no Brasil a “custos reduzidos”, estava atrelado à “condição de que a Namíbia viesse a adquirir navios do Brasil”. Segundo Vilho, as vendas de navios pela indústria brasileira para a Namíbia não ocorreram porque houve muita variação entre os valores originalmente contratados e aqueles que foram efetivamente cobrados pelo Brasil.

Sem proceder à compra de mais navios, a Namíbia começou, a partir de 2006, a [ter que] comprar as vagas pagando valores elevados pela formação de seus oficiais na Escola Naval. Para ele, o custo anual de US\$ 83.141,00, para o curso da EN, e o de US\$ 18.940,00<sup>68</sup>, para o período de adaptação para estrangeiros seria muito caro para um país em desenvolvimento como a Namíbia. (ALMEIDA, p. 111) (ANEXO L)

---

<sup>67</sup> “The Naval Cooperation Agreement is currently bordering on the verge of life span” no original em inglês

<sup>68</sup> Valores estes impressos em negrito no fax enviado.

## 6.2 A Conveniência do Custo Marginal no SEN versus o Benefício dos Custos Compartilhados nas ENVR

O modelo brasileiro do Sistema de Ensino Naval (SEN) e o francês extraem suas maiores virtudes de dois aspectos distintos. No caso brasileiro é o fato de o SEN ser dimensionado e financiado para treinar e especializar dezenas de milhares de oficiais e praças da Marinha do Brasil todos os anos. Essa massa de alunos, e a verba que o sustenta, permite que alunos extra-Marinha em números restritos sejam inseridos no SEN com custo marginal, ou seja, próximo de zero. No instante em que os números de alunos extra-Marinha passarem a ser proporcionalmente grandes em relação ao número total de alunos, seu custo deixará de ser marginal.

O sistema francês das ENVR se apoia, ao contrário, no fato de apresentar uma divisão mais ampla de custos do treinamento entre o governo francês e os governos africanos, seus parceiros. Gastos com a infraestrutura de ensino e com os instrutores africanos não são responsabilidade pelo governo francês, mas sim pelos governos africanos. A localização na África das escolas gera custos de custeio, que ainda que assumidos pelos franceses, são substancialmente menores do que estes gastos seriam na França<sup>69</sup>. (ANEXO H, perg. 9)

### Resultados

Quanto ao retorno obtido pelo Brasil por suas iniciativas de *soft power* nesse programa, pode-se dizer que, como a Marinha da Namíbia paga praticamente todos os custos do treinamento, o investimento do Brasil, neste caso, torna-se marginal. Isto, somada ao substancial legado de *goodwill*<sup>70</sup> e a decorrente aproximação cultural dos marinheiros namibianos com os valores e ideais brasileiros, resulta algo muito positivo para o Brasil. Entretanto, não existindo documentos do governo brasileiro que estipulem quais são os “objetivos” ou o “retorno” que é esperado de tais programas a conclusão decorrente é que, muito provavelmente, sem esses documento de alto nível seja impossível mensurar estes resultados de alguma forma minimamente precisa.

---

<sup>69</sup> Reforçando essa inferência, o Big Mac Index criado pela revista The Economist, índice usado informalmente para medir as variações de poder de compra entre os diversos países, apresenta apenas dois países africanos, a África do Sul e o Egito. Estes apresentam custos locais com uma desvalorização média em relação ao Euro da ordem de 55,7% e 45,9%, respectivamente. <http://www.economist.com/content/big-mac-index>

<sup>70</sup> Boa vontade em português.

O que também está claro é que os aspectos positivos desse tipo de parceria internacional, conforme identificados no Capítulo 2: a construção e a manutenção de relações próximas com os futuros líderes militares africanos; a capacidade de interoperabilidade operacional entre as FFAA brasileiras e suas congêneres africanas<sup>71</sup>; a promoção do respeito e amizade pelo Brasil e a expansão da exportação de produtos de defesa brasileiros para estes países deverão compor estas políticas. (ANEXO E, perg. 10)

No entanto, no caso das ENVR, não foram ainda atingidos os resultados desejados originalmente pelos franceses e demais países da UE, a total independência dos países africanos na gestão de seus próprios meios militares e das crises regionais africanas.

Mas, mesmo assim, o Programa RECAMP e as Escolas Nacionais de Vocação Regional (ENVR), estas, o foco central do nossa pesquisa, tiveram sucesso em seu objetivo de preparar as forças armadas locais e também em reduzir o número de alunos africanos que cursavam as escolas militares francesas. As ENVR conseguiram oferecer o treinamento de qualidade “europeia” para milhares de militares africanos e fizeram isso apresentando custos operacionais num patamar “africano”.

### **6.3 Considerações Estruturais: A Descoordenação como Base do Sistema Brasileiro**

A França dispõe de vários documentos de política exterior que focam na importância da cooperação com a África, desde os Livros Brancos de Defesa até os acordos bilaterais de Defesa<sup>72</sup> assinados pela França com os países da região. No plano multilateral existe ainda o acordo de Cotonou, para promover a cooperação da União Europeia com o Grupo de Países Africanos, Caribenhos e do Pacífico conhecido também como *Africa Peace Facility* (APF).

O sistema francês na África existe sob um arcabouço histórico e legal que prioriza a presença e a manutenção do poder de influência francesa naquele continente como um dos pilares da política exterior do país. Entendido como uma questão de Estado, isto tem sido uma constante desde meados do século XIX, independentemente do viés ideológico do grupo que se encontrasse no poder. Mesmo com isso, a partir de 1997, a França se viu obrigada a reorganizar os órgãos que cuidavam da cooperação internacional, extinguindo o Ministério da

---

<sup>71</sup> Isto seria uma natural expansão continuada do programa “Felino” existente hoje entre as forças armadas do Brasil, de Portugal e dos demais países da CPLP.

<sup>72</sup> Muitos dos quais são mantidos como documentos secretos.

Cooperação e do Desenvolvimento e transferindo suas atribuições ao Ministério dos Assuntos Estrangeiros. Esse movimento visava reduzir o número de agentes envolvidos na cooperação internacional simplificando e reduzindo seus custos.

Os modelos de treinamento da MB para a Marinha da Namíbia, ao contrário, evidenciam uma natureza muito mais, recente, *ad hoc* e operacional do que o apresenta o sistema francês pós-1997. Sem dispor de uma política histórica semelhante que o guie, nem de orçamento regular adequado para dar-lhe lastro e substância, o sistema brasileiro apresenta ineficiências e redundâncias deixando Marinha, Exército, Ministério da Defesa e das Relações Exteriores trabalharem de maneira paralela e descoordenada. (ANEXO E, perg. 12 e 13) Os raros casos que por ventura apresentam algum grau de coordenação dentro do ambiente brasileiro, tendem a ocorrer mais por conta de iniciativas pessoais dos diversos gestores envolvidos do que de qualquer clara e estruturada atribuição de tarefas para os vários órgãos componentes do Estado identificados acima. Ironicamente, acabaria sendo a busca de verbas para a consecução das tarefas, um dos maiores motivadores do insipiente processo de coordenação entre os atores como citado acima.

Independentemente de sua ideologia política, os grupos políticos de linha desenvolvimentista (de direita, nos governos Geisel<sup>73</sup>, Médici, Figueiredo, Sarney e Collor; ou de esquerda, nos governos Jânio, Jango, Lula e Dilma) priorizaram a aproximação com a África e demais países em desenvolvimento nas relações estrangeiras do Brasil. Apenas durante o governo Fernando Henrique Cardoso verificou-se uma perda de interesse por este continente com a das ligações e trocas econômicas com as maiores economias ocidentais numa relação denominada “Norte-Sul”.

Apesar da importância da costa ocidental da África ser mencionada na PND, END e Livro Branco, atualmente não existem documentos oficiais do governo brasileiro focados no treinamento de militares estrangeiros, seja no nível presidencial, do Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores ou, mesmo do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. O processo de aproximação militar com os países africanos carece de uma visão de longo prazo nos planos bilateral, multilateral sub-regional e multilateral-regional. Hoje, os órgãos da administração pública brasileira atuam, grosso modo, de maneira desvinculada e em

---

<sup>73</sup> Geisel promoveu aproximação com a África, reconhecendo o governo independente esquerdista de Angola em 1975.

paralelo. As forças militares realizam suas atividades sem interagir com as demais atividades de cooperação do governo brasileiro na África que normalmente se estruturam sob o guarda-chuva do Ministério das Relações Exteriores.

A falta de objetivos claros para as iniciativas de treinamento torna impossível julgar se os programas brasileiros de cooperação militar são satisfatórios e se existem condições autossustentadas para que eles sigam adiante, de forma continuada, no longo prazo. Sem documentos que tracem estas definições, quaisquer avaliações passam a ser exercícios subjetivos, variando de acordo com a disponibilidade orçamentária do momento, e com o ponto vista individual do avaliador que se debruçar sobre o tema.

No MD existe uma Instrução Normativa que norteia, internamente, os procedimentos a serem cumprido durante as reuniões bilaterais de cooperação internacional, mas nada além disso. Programas, como os de treinamento militar com a Marinha da Namíbia, nascem, assim, de “baixo para cima”, iniciados a partir de documentos bilaterais, e assinados pelos políticos brasileiros com seus equivalentes africanos durante visitas oficiais. A partir das quais, as forças armadas brasileiras se movem para acomodar os compromissos acordados, os chamados Acordos Quadro de Cooperação em Defesa, (ANEXO J, perg. 2) sem ter nenhuma indicação governamental de onde virão os fundos para suportar cada um destes novos programas de treinamento internacional.

Um bom exemplo disso é o fato dos subsídios de custeio dos alunos não-namibianos que estudam no Brasil, se encontram ameaçados a partir de 2016 pela falta de orçamento no MRE e no Ministério da Defesa. No MD, a Subchefia de Assuntos Internacionais do EMCFA, trata do tema, mas se limita a efetuar a coordenação das FFAA com a ABC/MRE para que esta custeie a estadia dos alunos dos países mais carentes.

A grande autonomia na base da pirâmide, no entanto, acaba por embutir ineficiência no sistema, um potencial para gerar danosos ruídos na relação do Brasil com seus países parceiros. Recentemente, quando o Exército Brasileiro começou a oferecer cursos gratuitos para o Exército namibiano, isso levou os namibianos a questionarem a razão da MB insistir em cobrar pelos seus próprios cursos e treinamentos.

Os programas brasileiros de treinamento de militares estrangeiros até aqui se apoiaram unicamente em intenções vagas expressas em atas, relatórios e acordos bilaterais ou multilaterais, pelos quais as FFAA devem atender “dentro de suas possibilidades” a formação

e adestramento de militares estrangeiros no Brasil, o que não é uma postura condizente como o status mundial do Brasil.

#### **6.4 As Diferentes Formas de Flexibilidade Embutidas em Cada Modelo**

Tanto os sistemas brasileiros como o francês apresentam formas de flexibilidade que lhes são características.

SEN: Bom pelo número de cursos/Ruim pela dificuldade de expansão

Como o SEN existe primariamente para atender às necessidades da MB e de seus alunos brasileiros, ele não é particularmente maleável para alunos estrangeiros. Uma mudança mais profunda no sistema<sup>74</sup> visando unicamente atender às necessidades específicas de alunos estrangeiros ou de nações amigas, em detrimento das necessidades da própria MB dificilmente será implementada. Por isso, ele se torna engessado ao não ser potencialmente interessante para a Marinha do Brasil, arriscar ou comprometer os objetivos centrais para o seu próprio sistema de treinamento. Adicionalmente, a MB é uma marinha já desenvolvida que é capaz de ofertar aos seus oficiais e praças no Brasil praticamente todos os cursos necessários para seu desenvolvimento de carreira. Um leque tão grande de cursos e estágios como este, certamente se encontraria fora do alcance econômico e material de marinhas mais novas ou de menor porte. É justamente isso, um dos aspectos que torna o Brasil um parceiro valioso no que tange ao treinamento militar para estas mesmas marinhas menores.

ENVR: crescimento fácil: em termos de alunos, cursos, escolas

A rede das Escolas Nacionais de Vocação Regional apresenta um modelo capaz de se adaptar facilmente às novas demandas, bastando o aumento de um ou vários de seus elementos componentes, o número de escolas, de cursos ou de alunos por curso. Uma nova escola pode nascer dentro de um país que já é um parceiro da França neste programa. ou em um país que deseje se incluir na rede de ENVRs. Dentro da CEDEAO, a Cote d'Ivoire e a Guiné Conacry, não têm hoje ENVRs, o mesmo caso da Nigéria, Libéria, Gana, Gâmbia e Serra Leoa que são países anglofônicos e a Guine Bissau que tem o português como seu idioma oficial. Na África central, nem o Chade nem a Republica Centro-Africana têm

---

<sup>74</sup> Por exemplo, cursos de formação em línguas exóticas, a multiplicação do número de países mandando alunos para formação no SEN, a multiplicação do número de alunos por cada marinha amiga, etc.

ENVRs. Na RDC, Ruanda e Burundi, países também francófonos, não existem ainda Escolas Nacionais de Vocação Regional.

### Modularidade e Multilateralização

Outro importante benefício deste novo modelo de treinamento internacional, inclusive já comprovado pelos franceses, é sua modularidade. Antes da guerra civil na Côte d'Ivoire em 2002, havia naquele país três importantes ENVR, incluindo a grande escola de forças de paz de Zambakro. Quando a falta de segurança interna inviabilizou o adequado funcionamento das escolas ivorianas elas foram fechadas e substituídas, com relativa facilidade, por novas escolas localizadas em países vizinhos. Qualquer crescimento da demanda pelos cursos militares ou policiais, seja pelo aumento do número países participantes, ou no de alunos matriculados, ou do número de cursos ofertados, pode ser compensado pelo aumento de vagas nas escolas existentes, ou, alternativamente, pela criação de novas ENVRs.

Uma estratégia francesa complementar que reduz custos, ao mesmo tempo em que aumenta o valor percebido pelos países associados africanos, é a multilateralização de algumas destas escolas. Neste caso, a escola passa a contar com importante apoio (pessoal e/ou financeiro) dos demais países da Comunidade Europeia, enriquecendo o currículo.

### 6.5 Comparações com a Teoria de Nye Jr.

Para o Brasil, o *smart power* se resume praticamente ao *soft power*, pois seu *hard power* militar é pequeno e ostensivamente defensivo, e o econômico se encontra debilitado pela crise. A França, ao contrário, usa os dois na África como lhe convém.

Como visto, o teórico neoliberal Joseph Nye Jr. entrou na seara dos estudos do poder nacional através de sua pesquisa sobre a “interdependência complexa<sup>75</sup>” ao lado de Robert Keohane. Seu conceito do *soft power* surgiu da preocupação de Nye em refutar aqueles que declaravam o ocaso próximo do poder norte-americano após o final da Guerra Fria. Por esta razão o trabalho de Nye se foca na situação peculiar dos EUA e como seu imenso cabedal de

---

<sup>75</sup> Teoria que alega que a relação entre dois países não é algo monolítico, mas, sim, composta por muitas interrelações componentes que unem os respectivos órgãos governamentais, empresas associações, sindicatos ONGs, etc. Essa variedade de conexões (com interesses absolutamente individuais e particulares) ajuda a explicar porque a relação entre estes países não se comporta da maneira a princípio esperada. Um exemplo é a dificuldade de certas entidades do governo norte-americano (como a US Navy) de colocar a China Popular no mesmo papel de antagonista-mor que antes pertencia à URSS. Como a China diferente da URSS é um importante parceiro industrial e financeiro dos EUA estes setores que se beneficiam desta s relações contrapõem-se aos que querem elevar o nível de agressividade do discurso oficial.

*soft power*, de alguma forma, afastaria o risco desta decadência. Quando Nye menciona outros países geralmente ele se foca em grandes nações com histórico de ter forças armadas capazes e tradicionais. Ele assim não se detém no caso de países como o Brasil que são relativamente grandes e ricos, mas, que não professam a ideia de manter e usar forças armadas modernas de grande porte. O Brasil, uma vez em melhores condições econômicas, poderia vir a usar o lado econômico do *hard power* para obter seus objetivos, como já fez no passado (VISENTINI, 2008, p.177) <sup>76</sup>.

O não emprego do *hard power* militar no caso brasileiro tem muito mais a ver com uma decisão própria e auto imposta na direção de não coagir países menores e mais fracos desta maneira, do que pela real falta de meios militares dissuasórios. Além disso, o Brasil não se viu, recentemente, tendo que enfrentar questões estrategicamente graves que exigissem soluções rápidas, situação onde o uso de *hard power* militar seria uma alternativa justificada e/ou útil.

Se o *smart power*, como diz Nye, é uma forma (ou estratégia) de se usar simultaneamente o *soft* e *hard power* (mesmo que este seja proporcionalmente pequeno e exclusivamente econômico) pode-se argumentar que o Brasil atual já teria alguma capacidade de empregar o seu *smart power*, mesmo que de um forma ainda bem modesta e pouco mais eficaz do que apenas o *soft power* atual.

Em contraposição, a utilização pela França de seu considerável *hard power* é histórica e formalmente afirmada e defendida no Livro Branco de 1994<sup>77</sup>. Isso faz da França um país capaz de extrair bastante retorno de seu próprio *smart power*.

A Estratégia francesa evoluiu ao longo do tempo. No Livro Branco de 1972 ela se centrava na dissuasão nuclear. No Livro de 1994, e em seguida com a decisão de profissionalização das nossas forças em 1996, a capacidade de ação exterior convencional foi colocada no centro da nossa doutrina e de nossos meios. O Livro Branco de 2008 foi marcado pela extensão de nossa estratégia à segurança nacional. Hoje, a evolução do contexto internacional e de segurança impõe uma ampliada convergência entre as cinco grandes funções estratégicas introduzidas em 2008,

---

<sup>76</sup> Quando em 1982 Guiana e Suriname foram convencidos pelo Brasil a não montar um programa de treinamento com militares cubanos.

<sup>77</sup> No livro branco de 2013 a intervenção é uma das suas cinco “grandes funções estratégicas” e existe para “atender a três objetivos: garantir a proteção dos franceses localizados nos exterior, defender os interesses estratégicos franceses e dos seus aliados e exercer responsabilidades internacionais”. (FRANÇA, 2013, p.82)



seguindo plenamente válidas: conhecimento e antecipação, dissuasão, proteção, prevenção e intervenção.<sup>78</sup> (FRANÇA, 2013 p. 69)

O modelo de treinamento de militares namibianos via o SEN mostrou-se imbatível em termos de custo por aluno. Isso ocorreu devido ao ressarcimento completo de seus custos pela Marinha da Namíbia, algo que outros países africanos afirmam não ter condições de reproduzir. Os próprios namibianos, inclusive, reclamam dos valores cobrados pela MB por seus cursos.

Na análise acima se percebe que existem dúvidas de que o sistema baseado no SEN possa ser usado satisfatoriamente, nos mesmos moldes usados com a Namíbia, em hipotéticos casos futuros. Isso devido aos seus custos e às suas limitações de origem no que tange a sua possibilidade de adaptação aos requerimentos de hipotéticos parceiros estrangeiros.

O sistema de treinamento de soldados FN realizado na Namíbia, por sua vez, mostra o benefício da redução de custos (por se localizar na África) e o da divisão de custos com o parceiro africano, mas ele se encontra muito longe de indicar que os demais cursos do SEN possam igualmente ser trasladados à África num horizonte curto de tempo. Escolas mononacionais como esta na criada Namíbia se aplicam muito bem aos cursos mais genéricos, com nível de especialização baixa e um número de alunos grande e consistente ano após ano. Para cursos mais especializados, que normalmente apresentam turmas reduzidas, ele não funciona bem.

Foi ainda identificado que, no que tange esta classe de parcerias, a política de treinamento militar brasileira se apresenta inconsistente e descoordenada. Por consequência fica dificultada a obtenção dos máximos benefícios e os menores custos passíveis de serem extraídos destes programas.

---

<sup>78</sup> La stratégie française a évolué dans le temps. Dans le Livre blanc de 1972, elle était centrée sur la dissuasion nucléaire. Dans celui de 1994, puis lors de la décision de professionnalisation de nos forces en 1996, la capacité d'action extérieure conventionnelle a été placée au cœur de notre doctrine et de nos moyens. Le Livre blanc de 2008 a été marqué par l'extension de notre stratégie à la sécurité nationale. Aujourd'hui, l'évolution du contexte international et sécuritaire impose une convergence accrue entre les cinq grandes fonctions stratégiques identifiées en 2008, qui restent pleinement valables : connaissance et anticipation, dissuasion, protection, prévention et intervention. Tradução do autor.

Por outro lado, a experiência das ENVR francesas pode vir a ser uma alternativa potencialmente boa para uma eventual expansão do modelo de treinamento do CFN-Nam em direção a outros países, agora em bases multinacionais. Foi mostrado neste trabalho que os valores absolutos despendidos anualmente pelo governo francês em treinamento militar no continente africano não são demasiado elevados, mas inversamente, o expressivo número de militares locais formados no período, aponta para a possibilidade da emulação do modelo da ENVR pelo Brasil em projetos futuros. A parcela do custo do programa francês em mãos africanas não é apresentada de forma transparente, da mesma forma que a parte francesa, mas a manutenção ininterrupta das operações das ENVR, ano após ano, aponta que seus custos, quaisquer que sejam, são atraentes para os países africanos também.

Existe grande quantidade de informação disponibilizada sobre as ENVRs pelo governo francês, no entanto, o mesmo não ocorre do lado de seus parceiros africanos. Por isso mais estudos são necessários para que se ter um entendimento completo dos mecanismos e potencialidades desta configuração particular de ensino internacional.

## CONCLUSÃO

Este capítulo casa os objetivos traçados na introdução com a pesquisa realizada mostrando que a hipótese deste trabalho “o modelo de treinamento adotado pela França é superior, principalmente em função de apresentar melhor custo-benefício, quando comparado com o método utilizado pela MB” não se provou completamente verdadeira. Isso se deu porque ao aceitar o ônus de ressarcir integralmente os custos dos cursos e pagar o custeio de seus militares no Brasil, a Namíbia criou um modelo muito favorável ao Brasil, porém, como demonstrou a experiência da MB, bastante difícil de ser reproduzido para outros países.

Como no caso específico dos namibianos que estudam nas escolas do Sistema de Ensino Naval (SEN) não existe nenhum custo para a Marinha do Brasil, o cálculo acabou por produzir um caso de sistema ótimo (custo por aluno/ano = €0,00). Mas, como ressaltado no capítulo 6, os demais países africanos que usam o treinamento brasileiro via SEN, nem indenizam a Marinha por estes cursos, nem têm verba para custear seus militares estudando no Brasil. Este outro cenário apresentaria, caso fizesse parte deste estudo, um resultado muito menos atraente do que o apurado para os militares namibianos que cursam no SEN.

Quando comparado o custo do quociente orçamento anual por número de formados por ano no caso do treinamento de soldados fuzileiros navais na Namíbia, o resultado econômico verificou-se pior (226% mais caro por aluno) do que o do modelo das ENVR.

Para expandir o entendimento desta situação foi feita, ainda, uma derivação metodológica para verificar o custo por aluno por ano se fossem considerados os dois modelos de treinamento usados pelo Brasil e a Namíbia combinados, se isso ainda seria mais vantajoso do que o sistema das ENVR. O resultado desse cálculo também resultou pior (66% mais caro) que o das Escolas Nacionais de Vocação Regional.

Os dois objetivos específicos dessa pesquisa foram analisar o modelo de treinamento militar adotado pela França e empregado na formação de militares das forças armadas de países africanos e também analisar o modelo de treinamento militar adotado pela MB e empregado na formação de militares da Marinha da Namíbia.

Para além dos números frios, outros aspectos interessantes foram identificados nesta pesquisa e por isso merecem ser destacados. Potências médias globais, Brasil e a França compartilham ligações seculares e profundas com a África, de cunho cultural e social. São

histórias particulares e distintas entre si, no Século XXI ambos compartilham o consistente desejo de criar e manter uma condição de influencia cultural, econômica, militar, política e geopolítica naquele continente.

A atuação da Marinha do Brasil na estruturação inicial da Marinha da Namíbia foi um dos programas bilaterais brasileiros de maior sucesso com a África, sendo a formação de quadros militares um programa de cooperação que tem interessado a outros países africanos<sup>79</sup>, em especial aqueles de língua portuguesa. O programa com a Namíbia os traz para o Brasil de maneira que eles possam cursar cursos normais que a MB emprega para formar seus aspirantes e praças. Resultado deste programa, os alunos namibianos passaram a representar uma desproporcional maioria dos estrangeiros cursando cursos militares no Brasil. Com isso em vista é oportuno compreender como outros países, em especial países de porte econômico mais ou menos aproximado ao do Brasil como a França, realizam esse mesmo tipo de treinamento e formação de militares africanos.

Foi mostrado neste trabalho que os valores despendidos anualmente pelo governo francês no continente africano, assim como o expressivo número de militares locais formados no período, apontam para a possibilidade do modelo da ENVR ser uma boa alternativa para a MB poder expandir seu trabalho na África sem que os custos para os parceiros e em especial para o Brasil tornem-se inviáveis. É importante lembrar que a despeito dos 2400 militares africanos formando nas ENVRs, ainda existem outros 500 africanos cursando treinamentos e especializações na França a cada ano. A adoção pelo Brasil de um sistema de escolas militares modeladas sobre a experiência das ENVRs multiplicaria o número de formandos militares africanos sem implicar, necessariamente, a total supressão da vinda de alunos daquele continente. Naturalmente os alunos de maior destaque político e/ou acadêmico seriam os candidatos para estudar nas escolas da MB. Este grupo de maior destaque, e valor, poderia em seu período no Brasil ainda ser exposto a um programa semelhante ao *Informational Experience* norte-americano, como detalhado no Capítulo 2.

Como visto acima, é inconteste que as Escolas Nacionais de Vocação Regional alcançaram seu objetivo de reduzir o número de alunos africanos cursando as escolas militares

---

<sup>79</sup> Os países arquipelágicos africanos São Tomé e Príncipe e Cabo Verde já deram início a programas semelhantes ao que A Marinha do Brasil assinou com a Namíbia, mas, por razões próprias ainda mandando números muito inferiores de militares ao Brasil.

francesas. As ENVR conseguiram prestar um treinamento de qualidade “europeia” para milhares de militares e policiais africanos, ainda que elas apresentassem custos operacionais muito mais próximos de um patamar “africano”. Este exemplo de sustentabilidade pode ser avaliado pela MB e pelas demais forças armadas brasileiras, pelo Ministério da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE) para traçar planos para as próximas décadas, para além do caso específico da Namíbia visando aumentar a projeção de poder do Brasil no continente africano. Um modelo que agregue valor e conhecimento de qualidade às forças armadas amigas na África pode abrir ao Brasil uma nova era de ampla cooperação internacional naquele continente.

Tendo em vista a problemática revelada sobre a falta de cooperação institucional e de coordenação entre as ações dos diversos agentes mencionados acima, naturalmente a demanda por uma reforma no sistema de cooperação militar brasileiro com a África, ampla e abrangente como foi a da França em 1997, terá capacidade para redesenhar o ambiente cooperativo corrigindo os problemas mapeados. Junto com esta reforma espera-se que sejam criados documentos que no plano do Estado Brasileiro estabeleçam os diversos papéis e os objetivos esperados de cada um dos agentes envolvidos. Com os objetivos claramente delimitados, passa a ser indispensável que haja meios para acompanhamento e de controle institucionalizados que acompanhem cada etapa do programa permitindo a clara avaliação de acordo com metas concretas e mensuráveis. Junto com isso, seria ideal que os orçamentos para estes programas fossem consistentes, permitindo assegurar a consecução dos novos planos, seja isso sob a responsabilidade centralizada do Ministério da Defesa, ou mesmo no MRE, como é feito na França.

É inegável que mais estudos são necessários para que se tenha um entendimento completo dos mecanismos e potencialidades para o Brasil dessa configuração particular francesa de ensino internacional.

## APÊNDICE A - A FRANÇA NA ÁFRICA: DO SÉC. XVII ATÉ 2013

### 1 Introdução

A França se tornou um dos grandes *players* geopolíticos em atuação na África por ter sido uma das principais potências coloniais naquele continente. Diferentemente de Grã-Bretanha, Bélgica, Espanha e Portugal, a França foi o país que melhor conduziu o processo de independência das suas colônias na África negra, realizando-a de uma forma planejada e gradual e, em termos gerais, pacífica<sup>80</sup>. Por isso, a França mantém até hoje uma relação bilateral e multilateral estreita com suas ex-colônias africanas e com seus líderes políticos. O criterioso estudo pelos acadêmicos brasileiros dessa relação pós-colonial da França na África converte-se em poderosa ferramenta para subsidiar o processo de formulação de novas políticas públicas que propiciem a crescente evolução das nossas relações com os países africanos em especial com aqueles não-lusofônicos, num processo que ajudará o Brasil a ir além do espaço inicial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O foco central desse apêndice é o território colonial francês na África subsaariana, conhecido genericamente em francês como *l'Afrique Noire*<sup>81</sup>. Apesar disso, em alguns momentos serão mencionados eventos que ocorreram fora desta área quando isso for importante para permitir compreender o desdobramento dos grandes ciclos e dos eventos fundamentais da colonização francesa e do nascimento e ocaso do decorrente Império Colonial Francês.

Muito antes de vir a ser o presidente francês<sup>82,83</sup>, François Mitterrand escreveria em seu livro *“Présence française et abandon”* uma icônica frase que dimensiona a importância conferida à África pela classe política da França no pós-Guerra. “Sem África não haverá mais história da França no século XXI” (MITTERRAND, 1957).

---

<sup>80</sup> A maior exceção a esta regra geral sendo a Argélia onde a França se viu forçada a lutar uma guerra sangrenta entre 1954 a 1962 contra movimentos insurgentes árabes e berberes que buscavam a independência do país.

<sup>81</sup> “África Negra” em Português

<sup>82</sup> Mitterrand ocupou a presidência da república francesa entre 21 de maio de 1981 e 17 de maio de 1995.

<sup>83</sup> Como na França as relações exteriores e os assuntos de defesa são prerrogativas da presidência, neste trabalho a atenção dedicada às suas ações será maior do que o enfoque da atuação política dos primeiros ministros.

## 2 A Trajetória Francesa na África

Ao longo de todo seu período colonial a França se viu obrigada a introduzir seguidas e profundas transformações nos papéis desempenhados respectivamente pela metrópole e pelas suas colônias africanas subsaarianas. Isso se deu, quase sempre, por efeito direto de eventos e contextos que ocorriam longe da África. Foi assim em 1830 quando a invasão da Argélia foi justificada como uma necessidade de expansão territorial diante de uma Prússia cada vez ameaçadora. Em 1870, novamente, como maneira de responder ao processo de unificação da Alemanha, uma nova nação que surgia maior do que a França, tanto em número de cidadãos quanto em meios naturais e potenciais. O ano de 1922, por sua vez, marca o crescimento da *Afrique Noire* após a absorção do Kamerun e do Togo à França Africana sob um mandato da Liga das Nações<sup>84</sup>. A rápida e humilhante derrota francesa diante dos nazistas na Segunda Guerra culminou com a invasão do norte e do oeste da França em 1940, deixando debilitado o controle da França continental sobre as suas colônias. O ano de 1946 marca uma necessária repactuação do acordo colonial francês no exato pós-guerra sob pressão norteamericana, enquanto, 1956 veria a participação em massa de eleitores e políticos negros nas eleições parlamentares deste ano e a eleição de franco-africanos para cadeiras na Assembleia em Paris. Dois anos depois, em 1958, tropas francesas brancas na Argélia ameaçariam um golpe de estado que terminaria com o general Charles De Gaulle no poder mais uma vez e, por consequência, com a independência da maioria das colônias africanas da França já em 1960.

Essas diversas mudanças no modelo de interação metrópole-colônia atuaram em paralelo para manter a projeção de poder francês sobre a África, e também, criando mecanismos que permitiram a gradual descompressão das imensas forças sociais, econômicas e políticas contrárias aos objetivos geopolíticos franceses. Forças essas que se encontravam acumuladas desde o início do ciclo escravagista e do *Scramble for Africa*<sup>85</sup> do final do século XIX.

A estratégia do governo francês na primeira metade do século XX de preparar uma elite negra francófila para assumir o poder nas suas colônias foi chave para que,

---

<sup>84</sup> Com o fim da Liga e o surgimento das Nações Unidas, o mandato passou a ser da ONU.

<sup>85</sup> A “Corrida para a África” foi o período no meio do século XIX onde as principais potências europeias presentes na África (Reino Unido, França, Bélgica, Portugal, Espanha, Itália e Alemanha) competiram entre si para explorar e consequentemente definir as fronteiras no interior do continente de suas colônias africanas.

diferentemente dos britânicos e das outras potências coloniais do período, lhes fosse possível reinventar seguidamente a sua relação com a África. Na África subsaariana os franceses partiram, inicialmente, de uma relação colonial clássica<sup>86</sup>, passando para um estado francês multirracial e multicontinental para, finalmente, transformar-se em uma associação econômica e política, simultaneamente bilateral e multilateral, de países independentes, assentada sobre um passado e uma cultura compartilhados. No final da década de 1990, esta ligação histórica profunda seria usada, uma vez mais, para mudar de novo o formato desta parceria França-África.

### 3 A África Francesa

A decisão francesa de manter sua influência na África após ter concedido a independência às suas colônias em 1960 foi em grande parte motivada por sua recusa em aceitar um status de uma potência média europeia em um mundo dominado por dois gigantes. Sua posição no centro de um grupo de países dependentes, mas, soberanos, ainda lhe garante um lugar no mundo inigualado por qualquer país de seu tamanho e nível de poder. (MCNAMARA, p. xv)

Vinte e seis<sup>87</sup> dos 54 países africanos atuais usam o idioma francês como uma de suas línguas oficiais. A maioria destes países foram colônias francesas enquanto a República Democrática do Congo foi colonizada pelos Belgas. Ruanda e Burundi, por sua vez, foram tomados militarmente da Alemanha Imperial pela Bélgica e logo após o final da Primeira Guerra Mundial passaram a ser administrados por este país via mandato da Liga das Nações. Cameroun e Togo também ex-colônias alemãs tiveram territórios seus entregues à França também por mandato. A Guiné-Equatorial é um caso especial onde, devido a forte influência de seus vizinhos francófonos, o país acabou, após a independência, adotando o francês, além do espanhol, como uma de suas línguas oficiais.

A despeito dos primeiros contatos da França naquele continente terem ocorrido ainda no Século XVII, uma ligação mais profunda com a África, no entanto, viria a ser um fenômeno relativamente recente, só realmente se intensificando a partir do século XIX, num processo que se estendeu ininterruptamente até os dias atuais.

---

<sup>86</sup> Aquela em que todo o poder reside nas mãos da Metrópole.

<sup>87</sup> Argélia, Tunísia, Marrocos, Djibuti, Mauritània, Senegal, Guiné-Conacri, Mali, Níger, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Benim, Togo, Cameroun, Guiné-Equatorial, Gabão, República do Congo (Brazaville), República Democrática do Congo, Ruanda, Burundi, República Centro-africana, Chade, Madagascar, Mauritius, Comores e Seychelles.



Ao longo dos anos, a França foi transformando sua relação com a África, reinventando-a continuamente aos sabores das diversas mudanças nos cenários políticos e geopolíticos doméstico, europeu, africano e global. Este processo complexo explica o papel de destaque que a África ainda ocupa na política exterior francesa e igualmente o porquê da França seguir ocupando um papel-chave no projeto de desenvolvimento de diversos países daquele continente neste início do Século XXI.

Ainda que a costa mediterrânea da África já fosse bem conhecida desde a antiguidade, e dos árabes terem ocupado a costa atlântica do Marrocos e o território do atual Saara Espanhol, navegadores portugueses haveriam de ser os primeiros europeus a alcançar e a explorar por completo a costa oeste africana e o Golfo da Guiné a partir do início século XV, durante o reinado do rei João I. Este processo sendo efetivamente uma continuação direta do processo de expulsão dos mouros do sul da Península Ibérica. Posteriormente, com a decadência do Império Português, muitas de suas áreas de influência ao norte do continente africano acabariam, eventualmente, sendo capturadas e/ou entregues às potências marítimas subsequentes, em especial a Inglaterra e os Países Baixos.

#### **4 O Império Colonial Francês**

O processo de criação do Império Colonial Francês pode ser dividido, basicamente, em dois grandes ciclos. O “primeiro espaço colonial” se inicia no século XVI, ainda no reino do Rei Francisco I<sup>88</sup>. Nessa fase inicial a França busca criar novas colônias nas Américas, logo após sua descoberta, competindo diretamente nessa atividade com a Inglaterra e a Espanha. Haiti (1669), Antilhas, Flórida (1562), Acádia<sup>89</sup> (1605-1713), Quebec (1608), Guiana Francesa (1624) e Luisiana (1699) na América do Norte e no Caribe foram, assim, ocupados pela França. O mesmo foi tentado, sem o mesmo sucesso, nos territórios portugueses na América do Sul, a França Antártica (Rio de Janeiro, 1555) e França Equinocial (São Luiz, 1612).

O continente africano abaixo do deserto do Saara, alcançado pelos navegadores europeus ainda antes da sua chegada às Américas, apresentava dois importantes óbices geográficos que tornavam o seu desenvolvimento colonial mais difícil e menos atraente

---

<sup>88</sup> 1515-1547

<sup>89</sup> Território localizado ao sul do estuário do Rio São Lourenço, abrangendo as atuais províncias marítimas do Canadá e a metade oriental do Estado norte-americano do Maine.

economicamente do que o do Novo Mundo. Primeiramente, a população africana era muito mais densa e mais desenvolvida socialmente do que a das Américas nessa mesma época. Em segundo lugar, o deserto do Saara isolou a maior parte da África do (cultural e comercialmente) mais desenvolvido mundo mediterrâneo. As densas e insalubres florestas tropicais na faixa central do continente também atuavam como barreira ao livre tráfego das populações localizadas nas duas costas. Sob a perspectiva dos europeus, a África apresentava muito poucos portos naturais (ao menos na sua costa oeste) com sua estreita planície costeira sendo logo substituída, por um grande planalto com um aclave muito íngreme. Decorrente desta barreira geográfica natural, os rios encachoeirados praticamente inviabilizavam a penetração europeia no continente desde a costa onde ficavam fundeados os navios, isolando, assim, as muitas riquezas naturais no interior do continente. (KAPLAN, p. 31-32). Por esta razão, a presença inicial continuada europeia ocorreu normalmente em ilhas localizadas na orla do continente. (DE CASTRO, p. 33) Entrepostos comerciais foram estabelecidos pelos portugueses na Ilha de Arguim (atual Mauritânia) em 1443, e por comerciantes holandeses na Ilha de Gorée, localizada na boca do rio Senegal, em 1617, localidades estas que acabariam tomados pelos franceses em 1678 e 1677 respectivamente.

Até mesmo a Índia Oriental, a partir de 1673, no que tangia os interesses econômicos franceses, se mostrou ser mais atraente do que a geograficamente complicada África. Colônias insulares no Oceano Índico foram também estabelecidas: Reunião (1664), Mauritius (1718), e nas Seychelles (1756). No entanto, seria o advento das plantations<sup>90</sup> em larga escala de cana de açúcar, café e do corante índigo nas ilhas do Caribe e sua demanda para a importação de mão de obra escrava em massa da África para trabalhar nestas fazendas que finalmente botaria a África no foco francês. (DE CASTRO, p. 58) Inicialmente apresentando uma reduzida produção de ouro, pimenta e marfim para exportação, seria o comércio escravagista a principal atividade econômica europeia na África por quase 300 anos.

O período revolucionário na França, a partir de 1789, produziu um profundo questionamento sobre a legitimidade de se ter colônias no além-mar, em especial sobre a questão ética da propriedade de escravos. Era evidente que havia um conflito conceitual da administração colonial francesa com os tão propalados e admirados princípios republicanos

---

<sup>90</sup> Grandes propriedades, monocultura, usando mão de obra escrava com a produção destinada à exportação.

(“Liberté, Égalité, Fraternité”). A escravidão foi abolida nas possessões francesas no Caribe durante a Revolução Francesa, em 1794, com resultados trágicos e caóticos, apenas para ser reestabelecida por Napoleão I em 1802 como maneira de tentar reter o valor econômico destas ilhas para a França.

O encerramento do primeiro ciclo colonial francês começa com a venda por Napoleão do território da Luisiana para os Estados Unidos em 1803 e se conclui em 1814 com a sua derrota em Waterloo. A decorrente perda das colônias francesas para os britânicos seus maiores rivais acabou sendo parcialmente revertida durante o Congresso de Viena de 1815.

A conquista da Argélia em 1830 é geralmente entendida como a partida para o segundo ciclo francês de colonização, agora muito mais concentrada na África e na Ásia (Indochina, China e arquipélagos dos oceanos Pacífico e Índico). Este “segundo espaço colonial” alcançará sua máxima extensão na década de 1930, chegando ao seu fim com as conflituosas independências do Vietnã em 1955 e da Argélia apenas sete anos depois.

O segundo Império Colonial existiu num contexto nitidamente “industrial”, como era característico do período. As colônias assumindo um papel simultâneo de fornecedoras de insumos para a indústria francesa na metrópole e de mercado cativo para os produtos manufaturados franceses.

## **5 O Entorno Geopolítico Europeu da França**

O renovado interesse francês pela obtenção de um grande império colonial que se estendesse para além do espaço mediterrâneo foi fruto direto da ativa movimentação do Império Alemão em direção à África após sua unificação no ano de 1871. Potência continental, a França durante o século XVIII se encontrava profundamente preocupada com a vulnerabilidade de sua fronteira nordeste à Prússia e subsequentemente ao Império Alemão. Diferentemente do povo britânico, os franceses não abraçavam universalmente e de forma intensa o projeto da construção de um império colonial na África e na Ásia. Na França o grande defensor do movimento colonialista na segunda metade do século XIX foi o político Jules Ferry que a partir da derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana de 1870, propôs que seu país criasse um Império Colonial como estratégia de expansão populacional e econômica.

A Guerra de 1870 causou o fim do “Segundo Império” francês<sup>91</sup> permitindo o estabelecimento da “Terceira República”. Jules Ferry, logo após deixar o cargo de primeiro ministro francês<sup>92</sup> proferiu em 28 de julho de 1885 discurso na Câmara de Deputados em que afirmou que a colonização “era um direito das raças superiores, pois elas têm o dever de civilizar as raças inferiores”. (FERRY, 1885) Moralmente, o argumento era de que através da sua iniciativa colonizadora a França apenas cumpria sua “missão civilizatória” naquele continente, algo similar ao “White man’s burden”<sup>93</sup>, o conhecido conceito cunhado pelo escritor e poeta britânico Rudyard Kipling.

### **6 A Conferência de Berlim (1884-5) e a “Divisão da África”**

O chanceler e artífice da unificação alemã, Otto von Bismarck, convocou sob uma argumento humanitário em 1884 uma Conferência de potências europeias com o intuito declarado de “resolver o problema africano”. No entanto, o principal resultado desta conferência, foi a determinação de fronteiras claras entre as áreas coloniais dos diversos países europeus na África. Antes disso, apenas as áreas costeiras do continente eram bem delimitadas, com os territórios interiores raramente sendo demarcadas ou mesmo devidamente exploradas geográfica e cartograficamente. Muitos dos problemas e crises dos futuros estados independentes do continente africano serão posteriormente debitados aos efeitos deletérios de uma divisão territorial forçada, norteadas unicamente pelas relações de poder e interesses econômicos e estratégicos das potências europeias do final do século XIX.

Os territórios coloniais e por consequência, posteriormente, os países africanos independentes que surgiram daí, abrigavam sob uma mesma bandeira uma multiplicidade de línguas e culturas distintas, reflexo da existência de diversas etnias conflitantes entre si. Ao mesmo tempo, populações culturalmente uniformes passaram a se ver separadas por fronteiras novas e totalmente arbitrarias. A imensa complexidade étnica e linguística do continente africano e a incongruência da distribuição destes grupos humanos com as fronteiras desenhadas pelos europeus podem ser imediatamente apreendidas a partir dos mapas apresentados nas Figuras 2 e 3.

---

<sup>91</sup> Napoleão III, 1852-1870

<sup>92</sup> “Presidente do Conselho de Ministros”, na terminologia da época.

<sup>93</sup> O “fardo do homem branco”, em português.



FIGURA 2 MAPA ÉTNICO-TRIBAL DA ÁFRICA - OS GRUPOS AFRICANOS ANTES DA COLONIZAÇÃO EUROPEIA DO SÉCULO XIX.

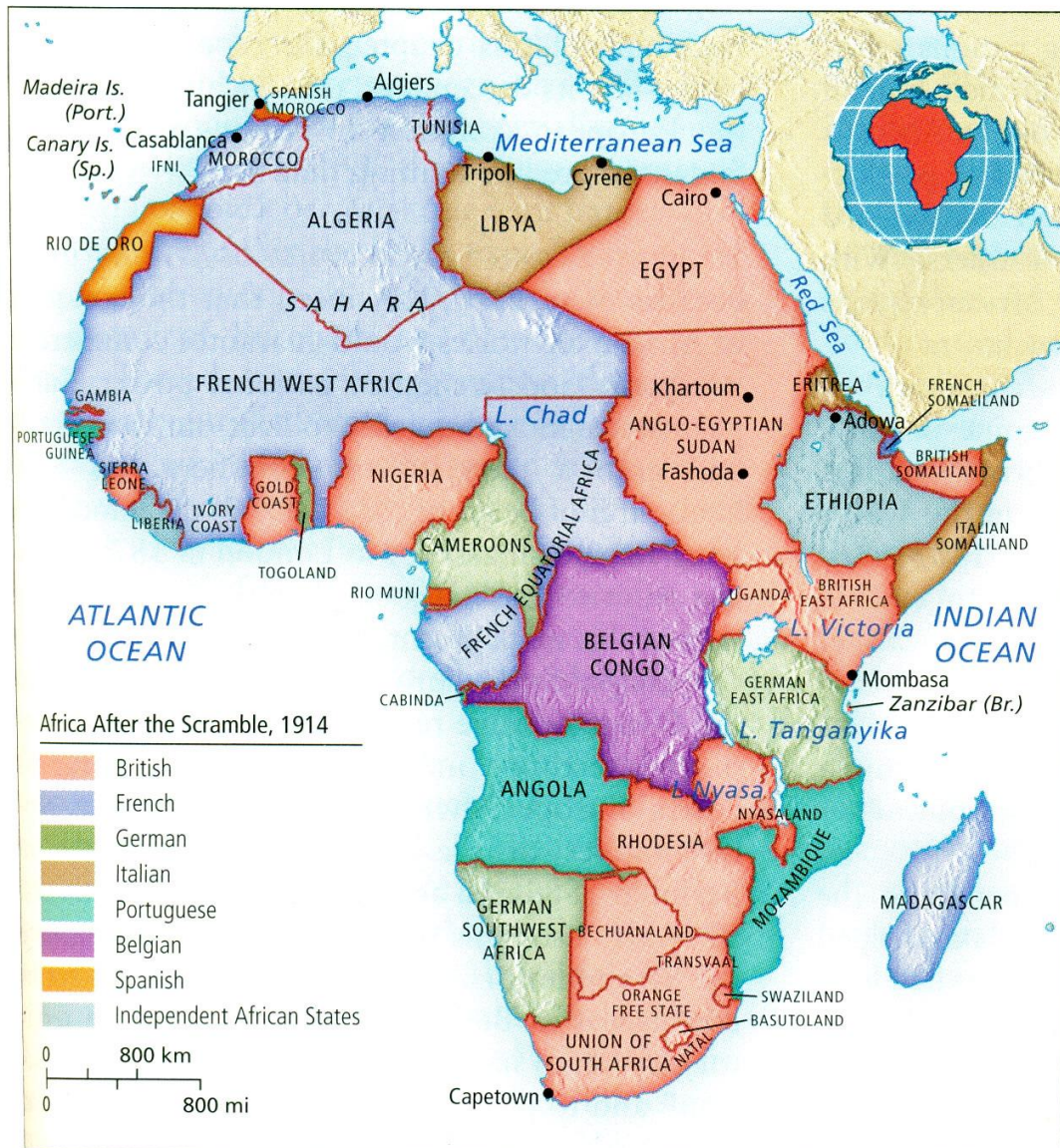


FIGURA 3 - RESULTADO DA REPARTIÇÃO DA ÁFRICA PELAS POTÊNCIAS EUROPEIAS APÓS A CONFERÊNCIA DE BERLIM

### 7 O Império Colonial Francês e a Primeira Guerra Mundial

Uma vez mais fatos externos ao continente africano impactaram o projeto colonial francês. Emergindo como uma das potências vencedoras da “Grande Guerra”<sup>94</sup>, a França

<sup>94</sup> 1914-1918

agregaria quase a totalidade do território do *Kamerun*<sup>95</sup> e o Togo, ambos ex-territórios alemães, aos seus domínios africanos via um mandato da Liga das Nações em 1922. Desde então, o vasto território contíguo da África Ocidental Francesa e da África Equatorial Francesa criou um espaço de presença política e econômica quase que exclusiva da França na África. A Figura 4 abaixo, extraída de um atlas francês da época, resalta a diferença na extensão territorial verificada entre a França continental e suas colônias da África Ocidental.

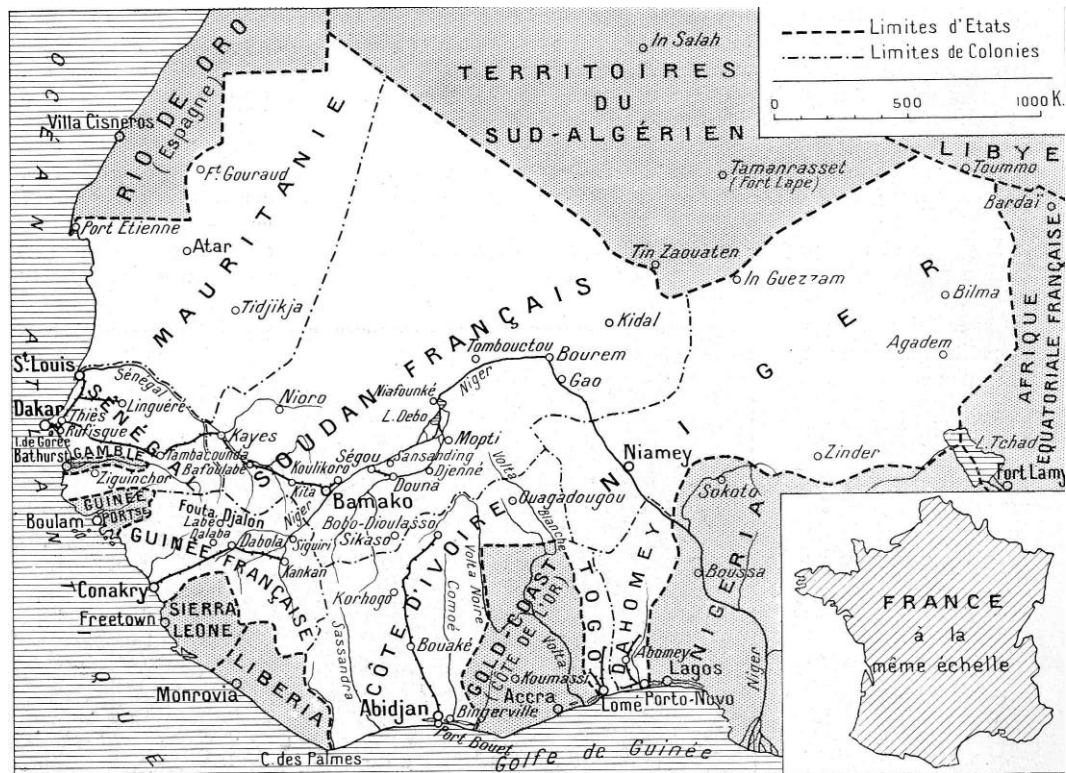


FIGURA 4 – MAPA DA ÁFRICA OCIDENTAL FRANCESA (AOF) DE 1936.

## 8 A Segunda Guerra Mundial: O Regime de Vichy e as Colônias Africanas

A rendição francesa para os exércitos nazistas em 1940 produziu sua divisão em dois territórios, um ao norte e oeste, ocupado pelos alemães, e o restante da França transformada em um novo “Estado Francês” colaboracionista. Sediado em Vichy, e sob o comando do General Philippe Pétain, este “Estado Francês”, ao menos formalmente, permaneceu como país independente. O general Charles De Gaulle fugiu para Londres após a queda da França onde estabeleceu o “governo francês no exílio” e as forças armadas ligadas a este governo, as

<sup>95</sup> Uma parte menor do Kamerun alemão viria a ser administrado pelos Britânicos e eventualmente acabaria anexado ao território vizinho da Nigéria

*Forces Françaises Libres* (FFL) <sup>96</sup>. Sua ideia era de lá coordenar remotamente a atuação da Resistência francesa com a intenção de expulsar os invasores.

O “putsch” <sup>97</sup> da Resistência em Argel ocorrido em oito de novembro de 1942 e o exitoso desembarque anfíbio anglo-americano nas costas do Marrocos e da Argélia neste mesmo dia levaram 110.000 militares franceses baseados na África a romper com Vichy, trocando de lado para, em seguida, declarar guerra à Alemanha e à Itália. A partir de 1943 todas as colônias francesas se encontravam ligadas à França Livre De Gaulle. A única exceção sendo a Indochina Francesa que sob o comando seu Governador Geral, almirante Jean Decoux, permanecia submetida à Vichy, principalmente como maneira de evitar uma potencialmente desastrosa tomada de poder formal pelos militares japoneses.

### **9 Uma Preparação Para a Independência das Colônias Africanas**

Uma peculiaridade verificada na *Afrique Noire* era que enquanto nas colônias britânicas os políticos locais eram predominantemente pró-independência, lá os políticos negros se alinhavam primariamente com as principais tendências políticas da metrópole. “Havia assim, segundo o escritor britânico Thomas Hodgkin, os católicos e os anticlericais, além de comunistas e gaullistas, socialistas, sindicalistas e existencialistas”. (MEREDITH, p. 58)

A França preparou por muitos anos uma elite nativa francófila para assumir os postos da administração pública e, talvez, o controle de suas colônias africanas em caso de sua independência. Este pequeno grupo era intelectualizado, a maioria se caracterizando por ter cursado estudos universitários na metrópole. Alguns deles tendo inclusive servido militarmente na defesa da França durante a Primeira Guerra Mundial. Esta elite negra tinha ligações tão profundas com a França, que chegava a pregar que a manutenção de uma ligação bem próxima com a ex-metrópole seria a estratégia mais vantajosa para garantir o progresso no futuro no lugar de uma hipotética independência com ruptura completa, algo, para eles, cheio de incertezas. Eles acreditavam que esta relação simbiótica existente durante o período colonial havia sido mutuamente benéfica já que as antigas colônias na África tinham na França um cliente garantido para seus produtos extrativistas além de uma fonte de

---

<sup>96</sup> França Livre e Forças Francesas Livres, em português.

<sup>97</sup> Termo em alemão que significa levante, golpe de estado, derrubada de um governo pela força. Na madrugada do dia do desembarque Aliado na Argélia, a Resistência Francesa moveu-se para dar um golpe que objetivava desestruturar a liderança militar local Vichyista, colaborando para o sucesso do desembarque.



financiamento e empresas capacitadas a sustentar a produção continuada destes bens de exportação<sup>98</sup>.

### 10 Mudando Para Não Mudar

Para administrar suas oito colônias no oeste da África, coordenando melhor a colonização, a França as agrupou em 1895 em uma entidade chamada de *Afrique Occidentale Française* (AOF). A Argélia o Marrocos e a Tunísia, por sua vez foram agrupados numa estrutura administrativa chamada *Afrique Française du Nord*. Em 1910 foi criada também a *Afrique Équatoriale Française* (AEF) com quatro outras colônias<sup>99</sup> cujo território combinado se estendia do coração do continente ao deserto do Saara e daí à costa do Atlântico. (BETTS, 2005, p. 1)

Na Conferência de Brazzaville, realizada na capital do Congo Francês em janeiro e fevereiro de 1944, Charles De Gaulle, buscando definir o status futuro do Império Colonial Francês a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, anunciou seus planos para manter o império dando uma maior autonomia administrativa e econômica às colônias francesas. Esta movimentação ocorreu, no entanto, na exata contramão das ativas pressões norte-americanas para um acelerado processo de descolonização completa dos territórios ainda controlados pela França e do Reino Unido na África e na Ásia<sup>100</sup>. Nesta conferência prometeu-se o fim do código do *Indigénat*, lei que tratava os africanos como inferiores aos franceses brancos. Na década seguinte esta e outras legislações fortemente discriminatórias foram sendo progressivamente reduzidas até se extinguirem com a onda de independências que varreu a África. Logo depois disso, em 1946, a política e economicamente combatida Quarta República<sup>101</sup> instituiu a “União Francesa”, um agrupamento sob um status único das colônias possessões e territórios de além-mar do Império Francês.

---

<sup>98</sup> Na época cacau, azeite de dendê, *groundnuts*, algodão, café, amendoim e sisal. Atualmente, madeira, petróleo, diamantes, ouro, bauxita, minério de ferro, urânio, cobre, manganês, etc.

<sup>99</sup> Gabon, Moyen-Congo, Tchad e Oubangui-Chari

<sup>100</sup> Adiantando a forte posição anticolonial dos EUA, a Carta do Atlântico, assinada pelo presidente dos EUA Franklin Delano Roosevelt e pelo primeiro ministro britânico Winston Churchill em 14 de agosto de 1941, apresentava um trecho que conflitava frontalmente com o interesse colonial britânico: “*the right of all peoples to choose the form of Government under which they will live*” [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_16912.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_16912.htm)

<sup>101</sup> Período republicano francês que se seguiu à derrubada do governo colaboracionista de Vichy no final da Segunda Guerra Mundial

Em termos de afluência econômica, os vários territórios africanos colonizados pela França não eram iguais entre si. A Côte d'Ivoire<sup>102</sup> que em 1956 respondia por 45% de todas as exportações da AOF<sup>103</sup> começou a se ressentir de que devido ao seu maior sucesso econômico o país acabava tendo que contribuir com desproporcionalmente mais impostos do que aportavam que seus vizinhos.

Nas eleições francesas de 1956 o partido RDA<sup>104</sup> do político ivoriano Félix Houphouët-Boigny tornou-se o partido africano com o maior número de cadeiras na Assembleia Nacional em Paris. Houphouët acreditava que o melhor caminho adiante seria o de quebrar a federação que continha seu país (a AOF), mas, sem necessariamente com isso, romper o vínculo privilegiado existente com a França. Houphouët tornou-se ministro do governo francês empossado por esta eleição e, em Paris, apoiou Gaston Defferre, o ministro da França “d’*outrre-mer*”<sup>105</sup> a passar a sua “Lei Quadro”<sup>106</sup>.

A política francesa da “territorialização” contida na Lei Quadro de 1956 previa a criação de parlamentos individuais para cada colônia da África Negra. As duas federações francesas na África foram dissolvidas e cada território africano passou a ter seu primeiro ministro, ministério e assembleia com controle próprio sobre o orçamento, serviço público e obras públicas e educação primária. Se por um lado ampliava-se o grau de independência de ação dos políticos africanos, por outro a nova lei limitava a responsabilidade da administração central no financiamento dos benefícios esperados/exigidos pelos povos africanos. (COOPER, 77-79)

Depois de 1945, parece improvável que qualquer estado tenha contemplado a conquista territorial com esse motivo, e ficou demonstrado, pelo menos no caso da Alemanha e do Japão, que o crescimento econômico não exige o controle político do território estrangeiro. Por outro lado, depois da guerra, os países que possuíam colônias chegaram à conclusão de que os custos aplicados na tentativa de controlá-las eram maiores do que as vantagens correspondentes. (BULL, p. 223)

Ao aceitar, finalmente, dar status de cidadão pleno aos seus súditos africanos, a decorrente responsabilidade de prestação de serviços públicos na África teria que se alinhar,

---

<sup>102</sup> Costa do Marfim

<sup>103</sup> Principalmente duas *commodities* em alta demanda no pós-guerra: café e cacau

<sup>104</sup> “Rassemblement Démocratique Africain”, Aliança Democrática Africana numa tradução livre para o português do autor

<sup>105</sup> Territórios franceses localizados fora do continente europeu. “Além-mar” ou “ultramar” em português.

<sup>106</sup> *Loi Cadre*, em francês

então, com os padrões então prestados pelo Estado francês na metrópole branca. Isso demandaria muito dinheiro. Adicionalmente, havia ainda os gastos com os subsídios pagos aos produtores das colônias africanas em suas exportações para a França. A atratividade econômica do sistema colonial havia finalmente se invertido. A demanda por investimento e a “dívida francesa” para com os africanos, alcançavam valores monumentais e o governo francês não tinha mais como negar ou ignorar os anseios dos seus novos cidadãos. (ARON, p.137-139) Entre 1946 e 1958 mais de 70% do investimento público e 30% do custeio da administração local eram arcados pelo governo francês, com isso havia pouco incentivo para a busca de uma independência completa entre as colônias francesas na África. (MEREDITH, p. 64-65)

### **11 Os “Pés Pretos”: a Dolorosa e Longa Crise da Argélia**

Raymond Aron aponta duas possíveis razões para os franceses terem invadido e colonizado a costa da Argélia a partir de 1830, a despeito de não haver nenhuma ligação pregressa entre os dois países, ou mesmo qualquer declaração formal dos “estadistas e guerreiros” franceses sobre suas razões para tal.

Em primeiro lugar aparece o argumento da segurança, focado num inflado perigo representado pelos piratas barbarescos e a possibilidade de com isso “aumentar a segurança no Mediterrâneo” e em seguida a possibilidade da colonização formar um país [gigante à época] com 100 milhões de habitantes nos dois lados do Mediterrâneo. O exemplo argelino é usado para listar “os três argumentos típicos a favor das conquistas: a importância militar ou estratégica, a vantagem territorial e demográfica, e o lucro territorial econômico”. (ARON, p. 135)

Um fato que tornou a Argélia muito diferente das demais colônias de além-mar francesas foi o surgimento ali uma expressiva comunidade de franceses brancos, os chamados *pieds noirs*,<sup>107</sup> resultado direto dos continuados estímulos governamentais de imigração da metrópole para o norte da África. A administração francesa expropriou as melhores terras dos moradores locais, entregando-as aos imigrantes franceses recém-chegados. Como consequência disso, culminaria na década de 1950 uma forte insurgência dos povos árabes e berberes pré-existentes na região contra o domínio francês.

---

<sup>107</sup> “Pés pretos/negros”, em português

A reação dos colonos brancos apoiados pelas forças militares francesas na Argélia contra os nativos produziu uma sangrenta guerra civil e com centenas de milhares de mortos que durou por oito anos. A insubordinação destes militares franceses ao não reconhecer e, assim, impedir a formação do governo do recém-empossado Pierre Pflimlin, encerrou em maio de 1958 a Quarta República francesa. O ultimato dos militares franceses baseados na Argélia, tomar Paris caso o general Charles De Gaulle não fosse reconduzido ao poder, foi acatado pela maioria dos políticos franceses. De Gaulle aceitou a “convocação”, mas condicionado à promulgação de uma nova constituição. Em 1º de junho de 1958, ele foi finalmente eleito (indiretamente) pela Assembleia Nacional, com poderes muito ampliado, para o cargo de “Presidente da República Francesa e da Comunidade Africana e Malgaxe<sup>108</sup>”.

Essa dramática e profunda ruptura institucional, agravada por uma ameaça de interferência “colonial” no coração da França metropolitana acabaria por guiar toda a negociação posterior entre a França e suas colônias subsaarianas na hora de definir seu futuro pós-colonial.

## 12 Uma Onda de Independência

Tendo perdido a Indochina Francesa em 1954 e a Argélia em 1962 por meio de derrotas militares, estava claro para os franceses que as colônias da África Negra haveriam de ser as próximas. A recondução do general Charles De Gaulle ao centro do poder francês com poderes ampliados após a “implosão” da Quarta República em 1958, lhe permitiu oferecer aos políticos franco-africanos um novo modelo de divisão de poder. A França passaria a dar uma ainda maior autonomia às suas colônias, mas, em contrapartida manteria sob seu controle direto as áreas-chaves de política econômica, defesa e relações estrangeiras.

O termo *Françafrique* cunhado por Félix Houphouët-Boigny em 1955 tinha então uma conotação positiva, destacando a continuada e profunda ligação cultural e econômica da França com suas ex-colônias africanas. Para os líderes africanos e franceses daquele período seria justamente a existência desta *Françafrique* que, em tese, tornaria uma independência completa das ex-colônias um passo desnecessário.

Sob a nova constituição da Quinta República francesa, de cuja redação Houphouët participou ativamente, a União Francesa passou a se chamar de “Comunidade Franco-

---

<sup>108</sup> Gentílico referente à Madagascar

Africana” refletindo a mudança no Status Quo. De Gaulle decidiu, então, realizar um plebiscito no dia 28 de setembro de 1958 para que os eleitores africanos pudessem escolher fazer parte dessa Comunidade ou, alternativamente, optar por uma secessão, uma independência total da França, com a perda imediata de toda assistência francesa. Sob a ótica francesa, isso certamente condenaria qualquer recém-criado país à ruína econômica e ao caos administrativo, impedindo que qualquer líder local sequer considerasse esta hipótese. Surpreendentemente, coube a Ahmed Sékou Touré, um político de origem sindicalista, sem os refinamentos culturais característicos da elite negra francófila, capitanear uma campanha pró-independência na Guiné. Apoiado na ampla dominação política local de seu partido PDG, Sékou Touré recebeu De Gaulle, às vésperas do plebiscito, com grandes e bem coreografados protestos populares.

O referendo aprovou a nova “Comunidade” em onze das colônias, mas na Guiné o já esperado resultado foi de 95% dos votos em prol da independência total da França, transição que ocorreria meros quatro dias após o plebiscito. A reação de Charles De Gaulle à vitória do “Não” na Guiné foi de vingança fulminante: arquivos governamentais foram queimados, médicos, funcionários públicos administrativos e militares franceses sendo removidos em massa do país. Cerca de 3000 profissionais altamente treinados foram repatriados com uma pequena minoria optando por permanecer voluntariamente no país africano. Móveis e até mesmo lâmpadas das repartições públicas foram removidos pelos franceses como forma de punir o povo da Guiné. Forçado a uma inesperada posição de completo isolamento, Sekou Touré voltou-se com sucesso para a URSS e para os países africanos já independentes da antiga África Britânica em sua busca por apoio. A Comunidade francesa, agora sem a Guiné, por sua vez também não evoluiu bem. Os países africanos queriam cada vez mais independência e De Gaulle, ao contrário, as queria ainda mais dóceis, seguindo sem questionar as determinações da França. Finalmente, em 1960 os 11 membros da Comunidade viraram países independentes, com autoridades francesas visitando suas capitais em rápida sucessão, realizando as cerimônias. O Daomé<sup>109</sup> foi o primeiro país a ficar independente, em 1º de agosto de 1960, com a transferência do poder no Níger, no Alto Volta<sup>110</sup>, Côte d’Ivoire, Chade, República Centro-africana, Congo francês, Gabão e Senegal, seguindo-se

---

<sup>109</sup> Atual Benim

<sup>110</sup> Atual Burkina Faso

sequencialmente até o dia 20 do mesmo mês. O Mali ficou independente em setembro daquele ano e finalmente, também a Mauritânia, dois meses depois. Para garantir a sustentabilidade econômica dos novos estados De Gaulle optou por assinar com eles acordos prevendo uma grande variedade de programas assistenciais. (MEREDITH, p.69-70)

O cientista político americano Victor T. Levine (p. 171) resumiu essa relação franco-africana ao escrever: “a verdadeira vitória francesa na África foi ter conseguido criar um mito autogerado e autopropagante que pudesse unir as elites de suas antigas colônias, como um fio invisível, onde quer que não mais fosse possível as manter presas a uma coleira colonial”.

Os líderes africanos educados nas universidades francesas eram declaradamente “democráticos” na década de 50, mas, uma vez no poder, eles terminaram montando governos autocráticos e distribuindo benesses (cargos políticos, financiamentos, etc.) para grupos internos politicamente poderosos como maneira de perpetuar-se no poder. Em alguns países houve a instituição de partidos políticos únicos, enquanto em outros, ditaduras garantiam o *status quo*. Mas assim mesmo, golpes militares e guerras civis surgiram para eventualmente trocar os grupos políticos em comando dos países.

No esforço de identificar a existência dos seus Complexos Regionais de Segurança no continente africano, Buzan (p. 219-225) salienta que a realidade política africana no período pós-independência aparentava mesclar características do período pré-colonial com estruturas políticas transplantadas para a África pelos colonizadores europeus. Segundo ele, se referindo aqui a toda a região da África subsaariana (sem separar os países segundo seus colonizadores), os novos Estados africanos tinham a peculiaridade de serem mormente legitimados de fora para dentro (uma soberania *jurídica*) e não de dentro para fora, como foi o caso dos europeus (a soberania *empírica*). Desta maneira, as grandes potências e as entidades supranacionais, como a ONU e a Organização da Unidade Africana<sup>111</sup>, acabaram agindo como mantenedoras de fato das fronteiras herdadas do período colonial. O alto nível de corrupção e favoritismo praticado pelas elites no poder nos países africanos, ao invés de gerar uma reação do povo, em geral era percebida como uma forma *normal* de gestão das riquezas nacionais. Quando ocorresse da oposição tomar o poder caberia a ela dar seu próprio rumo aos bens do Estado.

---

<sup>111</sup> Esta organização virou a União Africana a partir de 2002

Os conflitos violentos verificados neste período, desta forma eram em sua grande maioria internos aos estados e não entre eles. A despeito disso, haveria sim, um considerável grau de *spillover*<sup>112</sup> destas crises internas cruzando as fronteiras nacionais e contagiando os países vizinhos. Estes conflitos são transmitidos através das ligações históricas, culturais e étnicas compartilhados pelos povos daquela região. (BUZAN, p.221)

Comparados aos países colonizados pelo Reino Unido e por Portugal, os países francófonos da África subsaariana eram os mais carentes, pelo menos até a década de 80 e da descoberta de depósitos de petróleo na região do Golfo da Guiné e em seguida no Chade. A extração comercial de petróleo na Nigéria começou na década de 50, com este país se tornando um dos maiores *players* globais desta *commodity* já no início do século XXI. A indústria ocidental do petróleo conseguiu penetrar até mesmo no então comunista Congo-Brazzaville, seguido do Gabão<sup>113</sup>, Cameroun, Benim, Togo, Côte d'Ivoire<sup>114</sup>, Senegal e mais recentemente na Mauritânia. (CLARKE, p. 148). Normalmente, os primeiros poços de petróleo foram identificados em terra com as descobertas mais recentes encontrando-se majoritariamente no *offshore*.

De Gaulle entendia que o risco da França, no futuro, vir a ser privada de acesso ao petróleo seria algo fatal para o país. Por isso, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, ele deu a partida num grande esforço concentrado para localizar depósitos petrolíferos tanto no “Hexágono”<sup>115</sup> quanto nas colônias. A ferramenta empregada para alcançar isso foi a estatal francesa Elf<sup>116</sup>. A migração em massa de empresas petrolíferas norte-americanas e de outros países europeus para esta região a partir da década de 70, desde as gigantes, como Exxon-Mobil, Shell, AGIP-ENI e Chevron, até médias e pequenas empresas, causou uma tentativa forte de defesa da “área de caça particular”<sup>117</sup> do governo francês. Tendo em vista a cobiça dos governos africanos por novas rendas milionárias, os franceses apenas conseguiram adiar a chegada das empresas internacionais na África francesa.

---

<sup>112</sup> Termo inglês que significa normalmente “vazamento”

<sup>113</sup> A petroleira francesa Elf já havia encontrado petróleo no Gabão em 1926 (CLARKE, p. 158)

<sup>114</sup> Devido a dois golpes de estado seguidos, uma rebelião armada e uma intervenção militar francesa no final dos anos 90 (CLARKE, p.176) a atividade petroleira neste país a despeito de todo seu grande potencial de reservas é vista como mais arriscada do que nos países vizinhos.

<sup>115</sup> *Hexagone* é um termo metafórico comumente usado pelos franceses para se referir ao território europeu da França devido ao seu formato quase hexagonal.

<sup>116</sup> Conhecida atualmente por seu novo nome: Total

<sup>117</sup> Os franceses igualmente descreviam sua área de exclusividade e/ou preponderância econômica na África como uma metafórica “chasse gardée” ou, reserva de caça.

Atualmente, aquela palavra *Françafrique* assumiu um novo sentido, que é praticamente o inverso do conceito originalmente pretendido por Houphouët-Boigny. Agora ela se refere a uma política francesa “neocolonialista e corrupta” administrada de dentro do próprio Palácio do *Elisée*<sup>118</sup> e apoiada sobre uma poderosa rede de influência, espionagem internacional e acordos diplomáticos bilaterais secretos. Segundo os seus críticos, esta política cooptaria as elites políticas negras para a consecução dos interesses internacionais e regionais da França em troca da satisfação dos interesses individuais desta elite<sup>119</sup>. Este acerto persistiu por muitas décadas até que o crescimento econômico africano e, em especial, o acelerado processo de globalização tornaram anacrônicos os acordos assinados com metrópole em Paris na década de 50. (MEREDITH, 2011, Pg. 58)

### 13 O Papel Francês na Defesa e na Segurança dos Estados Africanos

Com a independência das suas colônias africanas no início dos anos 60, a França manteve em suas mãos a área de defesa e de segurança das suas ex-colônias. Em teoria isso visava limitar a eclosão de conflitos militares entre elas, mas, no entanto, isso colocou um fardo considerável sobre as forças armadas francesas, agora oficialmente o *gendarme*<sup>120</sup> de boa parte da África independente. O efeito prático da considerável abrangência desse poder francês sobre suas ex-colônias pode ser medido nas 44 oportunidades identificadas onde elas tiveram que se envolver em crises no continente africano de 1961 até 2013 (ANEXO A) Tentativas de golpes de estado contra líderes favoráveis à França e suas políticas eram rapidamente abafados pelos militares franceses, mas o mesmo não ocorria quando as figuras no poder não eram bem quistas por Paris.

Possio (p. 51-57) argumenta que a cessão voluntária da força militar (um dos aspectos mais básicos da definição de Estado moderno) pelas ex-colônias subsaarianas da França à antiga metrópole, revela “perversões” em dois níveis distintos: a) pela “substituição” e b) pelo “clientelismo”.

No primeiro caso este arranjo de poder foi acertado diretamente por De Gaulle, ainda na fase transitória da “União Francesa”. As forças armadas dos países foram convidadas a se submeter a um comando unificado de defesa da comunidade a que todos pertenciam. Desta

---

<sup>118</sup> Sede da Presidência da República Francesa

<sup>119</sup> Conforme descrito no artigo de François Xavier Verschave em 2006: <http://survie.org/francafrique/article/defining-francafrique-by-francois> Acessado em 27/03/2015

<sup>120</sup> “Policial” em francês



forma, as políticas de defesa e de segurança ficavam a cargo de Paris. Para os franceses do início da Guerra Fria, recém-saídos da dolorosa experiência de Vichy, os territórios franco-africanos deveriam poder voltar a atuar como área reserva, zona de passagem, base de partida, um espaço de sobrevivência, caso novamente a França continental viesse a ser invadida por forças estrangeiras. Esta apropriação da África e de seus povos como instrumento de defesa da França europeia é uma inversão de valores, onde inesperadamente os pobres protegem os ricos em vez do inverso que seria de se esperar. Este reforço da condição hegemônica da França no continente africano ainda haveria de dificultar ou impedir a interação no plano militar das suas ex-colônias com seus vizinhos não francófonos, atrapalhando desta maneira a integração militar regional.

A segunda “perversão” residindo no desmesurado poder das forças militares francesas na África, especialmente quando elas são utilizadas para garantir (ou alternativamente deixar de garantir) a estabilidade no cargo dos ditadores, presidentes e primeiros ministros locais. Isto conformaria ativamente o ambiente africano para que este ficasse o mais favorável às necessidades e interesses específicos da França.

#### **14 A Nova África Globalizada e Regionalmente Integrada**

A desintegração das duas grandes federações, a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa, teve por motivo principal o temor do governo francês de que estas estruturas acabassem dando aos africanos uma maior coesão política e que se produzisse uma maior coordenação política dos seus representantes no parlamento francês em Paris. Se isso ocorresse, os políticos franco-africanos poderiam vir a ter mais poder sobre as questões da República do que os políticos europeus estavam dispostos a tolerar. (MEREDITH, p.71)

Verificou-se, no entanto, a partir da onda de independência no continente africano um variado movimento político regional de agregação e cooperação, empurraria os países no sentido oposto ao da dissolução da AOF e da AEF. As diversas novas organizações regionais multilaterais criadas desde então sugerem uma crescente maturidade política dos estados africanos de colonização francesa em especial, além de marcar um crescimento de suas ligações econômicas, militares e políticas regionais para além das configurações cooperativas de origem colonial. Um legado colonial que persiste atualmente na África, mas que ironicamente reflete uma moderna tendência de formação de blocos e uniões econômicas é o uso do Franco CFA, uma moeda regional garantida e administrada pelo *Banque de France* e lastreado pelo Euro, pelo Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger,

Senegal e Togo, na África Ocidental e no Cameroun, Republica Centro-africana, Republica do Congo, Gabão, Guiné-Equatorial e o Chade, na África Central.

A principal entidade regional do continente é a União Africana (UA), herdeira direta, a partir de 2002, da Organização da Unidade Africana (OUA) que havia sido criada ainda em 1963. A UA tem como um de seus objetivos principais a promoção da paz, segurança e estabilidade no continente, e tem, por princípio, a resolução pacífica dos conflitos entre os

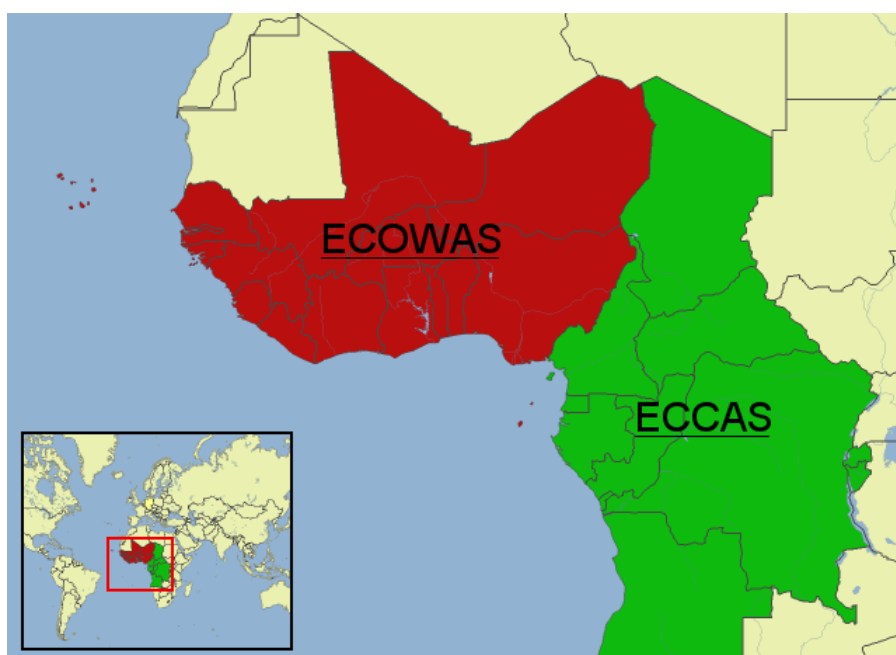


FIGURA 5 - MAPA IDENTIFICANDO OS PAÍSES MEMBROS DA ECOWAS E DA ECCAS

membros. Todos os países africanos, com a exceção do Marrocos, fazem parte da UA.

A União Africana participa ainda de uma missão de paz híbrida operada conjuntamente com a ONU em Darfur (UNAMID)<sup>121</sup> e, anteriormente, já havia mandado tropas para combater o grupo rebelde *Lord's Resistance Army* na África Central e o movimento islamista radical Boko Haram na Nigéria<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> Council on Foreign Relations: Peace Operations in Africa por Danielle Renwick  
15 de Maio de 2015 <http://www.cfr.org/peacekeeping/peace-operations-africa/p9333>

<sup>122</sup> Em janeiro de 2007 a AMISOM, African Union Mission to Somalia, foi criada pelo Conselho de Paz e Segurança da UA com 22000 militares e policiais. Isso marca uma busca de maior independência da segurança

No plano econômico os países africanos são agrupados em grandes comunidades regionais de cooperação intergovernamental. Na área das principais antigas colônias francesas surgiram a CEDEAO<sup>123</sup> e a CEEAC, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central<sup>124</sup> abrangendo não somente os países de colonização francesa, mas igualmente os de britânica e portuguesa.

A CEDEAO, em especial, já inclui nos seus estatutos o objetivo de coordenação e cooperação militar entre seus membros. Esta preocupação se iniciou com o *Economic Community of West African States Cease-Fire Monitoring Group* (ECOMOG) de 1990, organização que evoluiu a partir do anterior *Accord de Non-agression et de Défense* (ANAD) criado em 1977 e do *Protocole d'Assistance Mutuelle en Matière de Défense* (PAMD) de 1981<sup>125</sup>. (HOUELOUKOU, p. 18) A CEDEAO mantém uma pequena missão de paz própria reconhecida pela ONU na Guiné-Bissau.

Este conjunto de mudanças mencionadas acima, geradas pela criação e desenvolvimento das diversas organizações de cooperação interafricanas, forçaram o governo francês, a partir da década de 1990, a buscar formas de rever profundamente sua forma de interação com os países que anteriormente eram suas colônias.

Isso se deu ao mesmo tempo em que ameaças da época da Guerra Fria perdiam seu sentido, como, por exemplo, o fim do perigo real de infiltração e desestabilização política comunista na região francófona da África. Até então esta havia sido uma das principais justificativas estratégicas para a manutenção de tropas militares francesas permanentemente baseadas no território de suas ex-colônias: atuar como uma barreira ao assédio soviético naquele continente. A queda do Muro de Berlim em 1989 e a subsequente desintegração da URSS em 1991 produziram uma série de fatores que levaria a França a empreender uma nova grande virada na sua política de cooperação com todos os países da África, e não mais apenas aqueles que foram as suas ex-colônias.

---

africana ao evitar convocar para isso forças militares de fora do continente. Essa missão obteve um mandato da ONU cerca de um mês depois de receber o da UA.

<sup>123</sup> Economic Community of West African States (ECOWAS) na sua sigla em inglês. Organização criada em 1975

<sup>124</sup> Economic Community of Central African States (ECCAS) na sua sigla em inglês. Organização criada em 1981

<sup>125</sup> Respectivamente: “Grupo de Monitoramento de Cessar-fogo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental”, “Acordo de Não-agressão e de Defesa, e Protocolo de Assistência Mútua em Matéria de Defesa. Em tradução livre do autor

### 15 Um Novo Contexto Europeu para a França a Partir de 1991

Como visto a política francesa para a África, desde seu início, e de forma mais intensa durante a segunda e fase do Império Colonial Francês<sup>126</sup>, foi gerada e direcionada por importantes mudanças ocorridas no entorno estratégico europeu da França, muito mais do que por qualquer conjunto de eventos que viriam a ocorrer na própria África.

O cenário europeu que se apresentou na década de 1990 não seria diferente dessa tradição histórica. Começando pela queda do Muro de Berlim em novembro de 1989, seguido pela dissolução do Pacto de Varsóvia<sup>127</sup> em 25 de fevereiro de 1991, e da desintegração da União Soviética em 26 de dezembro 1991, o *Status Quo* político e geopolítico em que a França, a Europa e a OTAN se inseriam, mudou de maneira radical. Naquele momento, antecipando o fim próximo do mundo bilateral e ecoando princípios longamente defendidos pela esquerda francesa, ao assumir o governo, o presidente socialista Mitterrand criticou abertamente os então vigentes sistemas monopartidários, introduzindo a renovada preocupação com a representação democrática no continente africano na reunião de cúpula de 1990 ocorrida no balneário francês de *La Baule*. Embora boa em teoria, esta “inflexão democrática”, acabou responsável por produzir considerável turbulência política nessa década. Antigos partidos únicos se fragmentaram com os novos grupos políticos dos países da África se alinhando segundo antigas linhas étnicas e religiosas.

Pela primeira vez em sua história, a França não enxerga uma ameaça militar direta na proximidade de suas fronteiras. Em compensação, novos riscos poderão afetar sua segurança e sua defesa<sup>128</sup> (França, 1994)

Com as palavras praticamente premonitórias acima, o Livro Branco da Defesa da França de 1994 revelava o certo grau de perplexidade dos planejadores do ministério diante das surpreendentes mudanças daquele período. O fim súbito da ameaça militar soviética deixou os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sem ter mais que se preocupar com uma hipotética, mas, “premente”, invasão terrestre das forças armadas combinada dos países comunistas da Europa Oriental. Saber como aproveitar esta nova

---

<sup>126</sup> Esta segunda fase do Império Colonial Francês é entendida pelos estudiosos como indo da conquista da Argélia (1830) até a independência em bloco dos países da França Negra (1960).

<sup>127</sup> Tratado de defesa coletiva do bloco comunista criado em maio de 1955 com a participação da URSS, Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia (esta apenas até 1968).

<sup>128</sup> “Pour la première fois de son histoire, la France ne connaît plus de menace militaire directe à proximité de ses frontières. En revanche, des risques nouveaux peuvent affecter sa sécurité et sa défense”, tradução livre do autor.

oportunidade fortuita virou um uma questão-chave. Quais os riscos e as oportunidades de se absorver no Pacto Atlântico os países “recém-liberados do jugo Soviético”? Estes mesmos países, desde o fim da Segunda Grande Guerra, em 1945, constituíam, efetivamente, uma faixa de estados-tampão separando a URSS do resto da Europa<sup>129</sup>, qual seria o resultado de sua remoção? Este novo cenário era totalmente inconcebível apenas cinco anos antes.

A perspectiva da reunificação alemã, por exemplo, vista naquele país como uma vitória contra a URSS, gerou ao mesmo tempo dúvidas e ansiedades entre seus parceiros da OTAN, em especial, o Reino Unido e a França, países que haviam combatido contra a Alemanha na última Guerra Mundial. Margareth Thatcher, primeira ministra britânica, se limitou a declarar seu desacordo com a reunificação. Para aplacar os EUA e os demais países céticos Helmut Kohl, primeiro ministro da Alemanha Ocidental, garantiu que o país, mesmo unificado, seguiria fazendo parte da OTAN. Contrariamente, a movimentação política francesa seria no sentido de acelerar a formação da União Europeia. OTAN e EU transformando-se, ambos, em novos mecanismos multilaterais que prometiam ser capazes de limitar a margem de manobra internacional da Alemanha recém-reunificada. (POSSIO, p.91-93)

No plano nuclear, o início dos anos 90 foi ainda marcado pela busca dos “dividendos da paz” através da assinatura dos acordos START I<sup>130</sup> e II<sup>131</sup> por onde as duas superpotências acordaram em, voluntária e simultaneamente, cortar o número de armas atômicas e vetores nucleares<sup>132</sup> existentes em seus arsenais.

Numa das mudanças mais significativas militares do pós Guerra Fria, a França, já sem a posse formal sobre suas colônias, efetuou um giro de 180° no seu tradicional rumo político reentrando na OTAN. Em 1966, por contestar fortemente a hegemonia norte-americana na OTAN, o presidente Charles De Gaulle decidiu tirar a França por completo da Aliança Atlântica, trilhando um caminho militar (e nuclear) independente. Ele suspeitava que as

---

<sup>129</sup> Curiosamente, um quarto de século antes, os negociadores do Tratado de Versailles efetivamente criaram, a partir das ideias propostas pelo historiador britânico Halford Mackinder, um “cordão sanitário” de países localizados no território entre a Alemanha e a Rússia como forma de minimizar a possibilidade de novos conflitos emergirem entre estas duas grandes potencias terrestres europeias.

<sup>130</sup> *Strategic Arms Reduction Treaty*, assinado em 31 de julho de 1991

<sup>131</sup> Assinado em 3 de janeiro de 1993

<sup>132</sup> Mísseis balísticos e de cruzeiro além de bombardeiros de longo alcance.

garantias de proteção dos EUA aos estados europeus<sup>133</sup> não eram firmes, em especial quando se tratava da defesa dos territórios coloniais francesas de além-mar<sup>134</sup><sup>135</sup>. A França seguiu não concordando com a dominação norte-americana no pós-Guerra Fria, se posicionando ativamente por uma crescente “europeização” do comando da OTAN. Fiel às ideias do general De Gaulle, a nova ideia envolvia a consolidação da política de defesa dos vários estados europeus na *Union de l'Europe Occidentale* (UEO) uma organização autônoma de defesa europeia fundada em 1947, antes mesmo da OTAN. Segundo Jean Klein, diretor de pesquisa no CNRS, *Institut Français des Relations Internationales*, a França confirmou em julho de 1997 suas duas prioridades: a) “garantir uma posição permanente e visível para a entidade europeia de defesa dentro da Aliança Atlântica” e, b) “concluir os arranjos de comando, identificando as capacidades operacionais necessárias para permitir a União Europeia exercer um papel efetivo no plano militar” (POSSIO, p. 115)

Frente ao vácuo político e militar causado pela súbita desintegração soviética, a Alemanha<sup>136</sup> acelerou a sua política de engajamento dos países da Europa Central, era uma continuação de sua “Ostpolitik”<sup>137</sup>, iniciada antes mesmo do fim da URSS. Os demais países da Comunidade Europeia<sup>138</sup> seriam arrastados naquela direção pela grande inércia da Alemanha reunificada.

## 16 Os Desafios Locais e Globais da França pós Queda do Muro de Berlim

“A queda do Muro de Berlim abrindo as portas de um mundo novo, não levou à pacificação esperada. E se outros tempos foram marcados pela tentação do intervencionismo, é uma vantagem hoje ser a indiferença que aparenta ter prevalecido. A magnitude da tarefa e o do sentimento de impossibilidade podem justificar um certo desengajamento diante do caráter cumulativo das crises e da complexidade dos mecanismos.” (VILLEPIN, p. 388)

O Livro Branco de Defesa francês de 1994 mostrava também a necessidade de uma readequação da estrutura das forças armadas francesas em função do novo cenário do pós-Guerra Fria. O fim do alistamento militar com a formação de uma tropa totalmente

---

<sup>133</sup> O proverbial “guarda-chuva nuclear”

<sup>134</sup> Com seu próprio “guarda-chuva nuclear”, a França simultaneamente se precava contra o risco de uma chantagem nuclear, como os soviéticos fizeram contra eles durante a crise de Suez em 1956 e ainda passavam a ter o poder de estender essa mesma proteção a todos “seus” países africanos. (WODKA-GALLIEN, p. 54)

<sup>135</sup> Robert McNamara, secretário da Defesa de Kennedy e de Johnson, era frontalmente contra a proliferação nuclear entre os aliados europeus dos norte-americanos (WODKA-GALLIEN, p. 51)

<sup>136</sup> Reunificada, pela absorção da antiga Alemanha Oriental, a partir de 3 de outubro de 1990

<sup>137</sup> “Política do/para o leste” em português em tradução livre do autor.

<sup>138</sup> “União Europeia” a partir do Tratado de Maastrich em 1993.

profissional previa um corte de pessoal dos quadros militares de cerca de 30%, um processo que deveria ser concluído até o ano de 2015. (FRANÇA, 1994) A profissionalização completa das forças armadas francesas, ocorrida neste mesmo período, foi responsável pela forte redução do número de militares africanos enviados às escolas de formação militar localizadas na França. As tropas francesas preposicionadas na África nos anos 90 eram um alvo previsível para tais cortes caindo de cerca de 8000 no início, para aproximadamente 5000 no final da década. (DIOP, p. 125)

O movimento popular de desarmamento da França, no entanto, se iniciou antes do fim da Guerra Fria. Ao fim dos anos 80, Mitterrand decidiu ativar apenas dois esquadrões do Mirage 2000N, ao invés dos cinco previstos anteriormente, mas o ASMP, novo míssil nuclear de médio alcance, principal arma deste caça, seguiu adiante. Com isso, o Mirage2000N substituiu o velho bombardeiro Mirage IV<sup>139</sup> e a bomba tática AN52 usada nos Mirage III e nos aviões de ataque SAPECAT Jaguar pode ser aposentada. Um evento que pegou a França desprevenida foi o Tratado Internacional para o Banimento Total de Testes Nucleares<sup>140</sup>, isso porque sua indústria atômica ainda não dispunha dos dados necessários para poder passar a depender unicamente de simulações digitais para o desenvolvimento de novas ogivas. Por decisão do presidente Jacques Chirac, um último ciclo de seis ensaios nucleares foi realizado no Pacífico, atraindo novamente a ira da ONG internacional Greenpeace com seus protestos midiáticos. Para a opinião pública internacional essas detonações causaram um resultado muito negativo na imagem internacional da França.<sup>141</sup>

Por conta disso, em 1999 as forças nucleares francesas perderiam a totalidade seu componente terrestre com a retirada de serviço dos mísseis balísticos Aerospatiale SSBS S3D e o fim da Brigada de Mísseis Estratégicos (BMS) instalada na Base Aérea 200 no planalto de Albion. O centro de ensaios do Pacífico e a usina de separação isotópica de Pierrelate, também foram fechados e suas instalações desmanteladas. A Marinha não ficou de fora dos

---

<sup>139</sup> Metade da frota francesa de Mirage IV seguiria em operação até 2005, agora estritamente como plataforma de reconhecimento.

<sup>140</sup> O *Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty*, como é conhecido em inglês, é um tratado multilateral adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de setembro de 1996.

<sup>141</sup> Uma operação clandestina da DGSE (*Direction générale de la sécurité extérieure*) em 10 de julho de 1985 afundou o navio do *Greenpeace Rainbow Warrior* no porto de Auckland na Nova Zelândia com a morte de um fotógrafo holandês. O navio pretendia atrapalhar os testes nucleares franceses na Polinésia. Dois operativos franceses, no entanto, acabaram identificados, presos e condenados na Nova Zelândia. O caso virou um escândalo internacional de grandes proporções.

cortes uma vez que sua frota de submarinos lançadores de mísseis<sup>142</sup> balísticos foi reduzida de seis para quatro navios. (WODKA-GALLIEN p. 152-153)

### **17 Expansão e Contração Simultâneas na África**

O ministro dos assuntos estrangeiros direitista Dominique de Villepin, em seu discurso de 2003<sup>143</sup> afirmou claramente que três linhas mestras guiam a atuação da França: a) a “legitimidade do poder (através da democracia), b) o “respeito à soberania nacional e a integridade dos territórios”, e, finalmente, o c) “apoio sistemático às mediações africanas”. Ele ainda afirmaria, então, que “a França não pretende mais interferir de maneira direta ou isolada para impor uma solução exterior. Ela quer se envolver com constância e determinação para apoiar os esforços da comunidade regional (...)” (VILLEPIN, p. 392-393)

A África configurava-se um problema delicado para os políticos e geopolíticos franceses em meio às grandes transformações da década de 90. Aquela sendo a região do planeta onde a posição de influência francesa era das mais relevantes e onde se realizavam os maiores investimentos franceses em programas de cooperação internacional. Qualquer mudança na política francesa teria que ser realizada sem desperdiçar esta vantagem geopolítica construída a mais de um século. Mas outras pressões em curso no ambiente europeu, como a necessidade da França se envolver crescentemente no leste europeu, e também, para não deixar os americanos, alemães e demais países europeus dominando essa nova área de grande importância geopolítica e econômica. Na própria África, a queda das barreiras coloniais históricas havia aberto as portas de grandes países que antes se encontravam em outras áreas de influência. A África do Sul (não mais um estado-pária desde o fim do Apartheid em 1994), Nigéria e Angola, além de outros países médios, não podiam ser ignorados na nova política francesa para a África subsaariana e precisavam ser engajados mais ativamente. Estas novas demandas exigiam ampliação de orçamentos, mas o momento do pós-Guerra Fria foi também caracterizado pelos cortes orçamentários, o desafio administrativo era complexo: como fazer mais, com mais países, sem necessariamente gastar mais ou sacrificar a relação privilegiada da França com suas ex-colônias?

---

<sup>142</sup> SSBN ou “boomer” (*Submarine, Balistic Missile Launcher, Nuclear-Powered*) na terminologia da marinha norte-americana e SNLE (*Sous-marin, Nucléaire Lanceur d’Engins*)

<sup>143</sup> Na sessão de abertura do 4º Fórum do *Institute des Hautes Etudes de Défense Nationale* sobre o continente africano.



A África subsaariana cresceu fortemente após o fim de décadas de guerras civis fratricidas. A chamada “década de ouro” entre 1995 e 2004 viu crescentes exportações de commodities minerais para a China. Isso gerou uma expansão econômica que aproximou estes países do tamanho econômico dos países Europeus, tornando-os muito atraentes como parceiros comerciais. Para a França, as exportações e importações de/para a África subsaariana quase que triplicariam entre 1984 e 2012, mas simultaneamente a expansão do comércio global faria, em termos percentuais, estes números caírem de cerca de 6% para entre 2 e 3% no mesmo período. (MELLY, p.19) Muitos dos países da área de influência francesa passaram a acessar independentemente as instituições de Bretton Woods<sup>144</sup> e isso minou a histórica centralidade da França nas suas vidas econômicas. (BARBARIN, 2012, Pg. 7) O crescimento da atividade de extração de petróleo no Golfo da Guiné reforçou mais ainda esta tendência para o desenvolvimento econômico. Outro minério estrategicamente importante para a França é o urânio do Níger, uma vez que aproximadamente 77% da geração elétrica da França vem de usinas núcleo-elétricas. (WORLD NUCLEAR)<sup>145</sup> Nas ex-colônias africanas as empresas francesas ainda são particularmente importantes em setores como logística, administração de portos e ferroviária, telecomunicações, navegação, bancos e transporte aéreo. A existência de cerca de 240.000 cidadãos franceses registrados como moradores permanentes nestes países faz do aspecto humano outra importante perspectiva para o desafio político africano. (MELLY, p.3)

Sob o impacto de todas estas pressões distintas e simultâneas, foi necessário mudar o a relação pós-colonial que tinha prevalecido desde a independência das ex-colônias e a França.

O ano de 1994 foi crítico para a França na África. A presença de militares franceses prestando assistência técnica em Ruanda, surpreendentemente, provou-se insuficiente para impedir ou, mesmo, minimizar os efeitos terríveis da Guerra Civil que opôs as comunidades Hutu e Tutsi. Estratégia para “dividir e conquistar” a população local, esta “divergência” foi “fabricada” durante o período da colonização belga. A França, agora, temerosa de ser tachada de atuação colonial e unilateral, foi incapaz de entender o tamanho da ameaça que se desenrolava no país, e mesmo com um genocídio em curso, não atuou da forma esperada. As

---

<sup>144</sup> Sistema de gestão monetária que regulou a relação comercial e financeira entre as nações no pós-guerra. Fazem parte deste sistema o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

<sup>145</sup> <http://www.world-nuclear.org/information-library/country-profiles/countries-a-f/france.aspx>

ações efetivamente tomadas, como, por exemplo, a criação de uma “zona humanitária segura” no oeste do país, no final só serviu para induzir a imigração de centenas de milhares de refugiados de Ruanda para a República Democrática do Congo, causando repercussões negativas e uma grave instabilidade regional por décadas. Este “traumático” fiasco sujaria a imagem e a legitimidade das forças armadas da França na África por algum tempo. (LEYMARIE, p. 90)

### **18 A Reorganização da Estrutura de Cooperação Militar Francesa**

[Do fim da URSS e da expansão da EU para o leste europeu decorreu] o que se chamou de “desengajamento” da França do continente africano, tanto no plano econômico quanto no da segurança. Uma nova era chamada de “nem... , nem...” (nem ingerência, nem indiferença) marcada pela busca da França por uma nova forma de cooperação de segurança com seus parceiros. (DIOP, p 124)

A reação inicial dos líderes dos governos africanos francófonos à mudança de rumo da política francesa foi muito negativa, ficando o sentimento de que a ex-metrópole passava a lhes reservar uma importância reduzida, ou pior, que ela os “abandonava covardemente”. (BARBARIN, 2012, P. 10) Por isso o governo francês tratou de compor uma estratégia para demonstrar-lhes justamente o inverso.

Esta nova política de cooperação de defesa francesa partia da premissa de que os custos seriam sempre uma questão-chave neste tipo de parceria internacional. Isso porque os recursos investidos no desenvolvimento de outros países sempre tendem a ser mais escassos que os fundos a serem gastos com as próprias forças armadas. A redução dos gastos dedicados à defesa e à segurança com as antigas colônias passaria a demandar o emprego de novas parcerias internacionais, envolvendo agora também o Reino Unido, a União Europeia e os Estados Unidos.

O embaixador Doudou Diop enfatizou que, para manter sua política de segurança no continente africano, a França dispunha de “três instrumentos da cooperação: as forças presentes nos países africanos, a sua rede de aliados de defesa e suas missões de cooperação e também os acordos de defesa e de cooperação bilateral com os estados africanos”. Mas, além disso, desde o governo Charles de Gaulle, era a organização do Estado Francês a área com potencial evidente para melhorar, e isso ocorreria com a colocação destes “instrumentos” na mão de um único ator.

Após anos de relutância interna, em 1998 ocorreu uma mudança estrutural no aparelho governamental francês ligado à cooperação militar com a África. Buscando uma racionalização de meios e uma consolidação de programas, o Ministério da Cooperação e do

Desenvolvimento (MCD)<sup>146</sup>, órgão herdeiro de estruturas coloniais anteriores a 1960, foi extinto em maio de 1991, suas funções sendo absorvidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da França (MAE)<sup>147</sup>. A Missão Militar de Cooperação (MMC)<sup>148</sup>, organização militar funcionalmente subordinada ao MCD foi transferida para o Ministério de Negócios Estrangeiros sendo renomeada Sub Direção de Cooperação Militar (SDCM). A Subdireção de Assistência Militar (SAM), um órgão pré-existente dentro do MAE francês, foi renomeado para Subdireção de Cooperação de Defesa (SDCD). A SAM realizava as mesmas funções da MMC, mas atuava unicamente junto aos países localizados fora da África francófona da África. (BARBARIN, 2012, Pg. 8). Em 2009 estas duas organizações foram agrupadas no interior do MAE sob o nome da DCSD, Direção de Cooperação de Segurança e de Defesa. Segundo o próprio site do DCSD seus objetivos são:

- Favorecer a preservação do Estado de Direito, das liberdades individuais e dos direitos do homem;
- Aperfeiçoar as estruturas [organizacionais], nas áreas da defesa e da segurança;
- Privilegiar a reflexão e a ação em comum para aperfeiçoar o emprego das estruturas de defesa e segurança;
- Promover o modelo de defesa e de segurança francês;
- Garantir o ensino do idioma francês no ambiente militar. (FRANÇA, 2013)

O programa RECAMP<sup>149</sup> - Reforço das capacidades africanas de manutenção da paz – em estudos desde meados dos anos 90 seria expandido e, visando dinamizar a parceria de educação militar, seriam criadas as Escolas Nacionais de Vocação Regional (ENVR) na África. Na visão propalada pela França o primeiro programa representava o *empowerment*<sup>150</sup> das forças armadas africanas, preparando-as para assumir, de forma cooperativa, uma maior fatia da responsabilidade pela resolução das crises que ocorressem no seu continente, minimizando a dependência de atores externos. Em paralelo, foi criado um amplo componente de formação de pessoal constituído pelas *Écoles Nationales a Vocation Regional* (ENVR). Esta rede de escolas visava o treinamento aos militares africanos com “padrão

---

<sup>146</sup> Ministère de la Coopération et du Développement no francês original

<sup>147</sup> Ministère des Affaires Étrangères (MAE) no francês original

<sup>148</sup> Mission Militaire de Coopération

<sup>149</sup> Renforcement des capacités africaines au maintien de la paix, no francês original

<sup>150</sup> Conceito que representa a transferência de poder, de autonomia, de uma parte a outra.

OTAN”, mas, realizar isso no próprio continente africano permitia à França reduzir estes custos.

### **19 RECAMP: Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix**

A partir de 1998, de maneira a atender o desejo dos países africanos de gerir a segurança de seu continente, a França reorientou a sua cooperação militar inscrevendo nela o conceito do Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz (RECAMP). Este conceito evoluiu constantemente desde sua criação para responder às mutações estratégicas e às necessidades de seguranças do continente. Tornando parte desde 2002 da arquitetura de paz e de segurança da União Africana, ele foi refundado em 2004 e posteriormente completado em de 2007 pela parceria estratégica criada entre os países da África e da União Europeia (EURORECAMP).<sup>151</sup>(RECAMP, p. 5)

O RECAMP é um conceito francês pós-Guerra Fria voltado para aumentar o grau de independência dos países africanos na gestão de crises políticas, geopolíticas e ambientais ocorridas dentro de seu continente. Ele surge em meados dos anos noventa como a contribuição francesa dentro de uma iniciativa tripartite com EUA e Reino Unido visando uma tentativa de ampliar o engajamento destes países com a necessidade de melhorar o ambiente de segurança africano. O programa RECAMP, a parte francesa desse acordo tripartite, foi apresentado aos países africanos no verão de 1997 e à ONU em dezembro deste mesmo ano. O início de suas atividades na África ocorrendo já em fevereiro de 1998. O RECAMP se dividia em três aspectos maiores: a formação para o desenvolvimento das forças armadas africanas<sup>152</sup>, o treinamento regular destas capacidades, e, um conjunto de meios militares operacionais (veículos, armas leves, etc.) cedidos pelas forças armadas francesas e preposicionadas no território africano<sup>153</sup> para uso por esta força multinacional regional em tempos de crise. O ex-embaixador do Senegal na França, Doudou Salla Diop, explicou que os

---

<sup>151</sup> Depuis 1998, pour répondre à la volonté des pays africains de gérer la sécurité de leur continent, la France a réorienté sa coopération militaire en l’inscrivant dans le concept de Renforcement des capacités africaines de maintien de la paix (RECAMP). Ce concept a constamment évolué depuis sa création pour répondre aux mutations stratégiques et aux besoins de sécurité du continent. Adossé depuis 2002, à l’architecture de paix et de sécurité de l’Union africaine, il a été refondu en 2004 puis complété depuis 2007 par le partenariat stratégique entre les pays d’Afrique et l’Union européenne (EURORECAMP). No original em francês

<sup>152</sup> Os cursos de formação de militares para atuar em Missões de Paz no padrão exigido pela ONU são realizados em uma ENVR.

<sup>153</sup> Estes meios ficaram baseados no “Parc RECAMP” instalado em Dakar no Senegal

fundamentos do RECAMP eram: a) o “multilateralismo”<sup>154</sup>, b) a “abertura”<sup>155</sup>, c) a “transparência”<sup>156</sup>, e finalmente d) a não-permanência das tropas<sup>157</sup>. (p.127)

As condições prévias do programa RECAMP são que todas as intervenções efetuadas pela tropa conjunta sub-regional africana ocorram sob um mandato da ONU (especificamente sob o capítulo VI da Carta das Nações Unidas<sup>158</sup>). Também é necessário que os países integrantes da força militar sejam voluntários e que o comando fique a cargo de um país africano. Países extra regionais (como a França) podem colaborar, mas unicamente na formação de pessoal, fornecendo meios ou no financiamento das forças militares africanas. Um dos aspectos centrais da formação no RECAMP reside na necessidade da transferência de conhecimento sobre a constituição de estruturas multinacionais de comando e controle. (BORGIS, p.113-120) A nova ótica francesa buscava integrar a atuação militar e diplomática, de maneira coletiva e regional, permitindo o quanto antes a retomada da vida normal. “No Congo paralelamente a uma intervenção militar imediata, a diplomacia foi mobilizada. [...] nós ativamos o diálogo com nossos parceiros africanos e ocidentais, buscando as complementariedades”. (VILLEPIN, p. 395)

## 20 De Volta ao Combate

Treinadas pelos franceses, as tropas da Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental<sup>159</sup> atuaram em Serra Leoa (1997), na Guiné Bissau (1998) e em Côte d’Ivoire (2002). No entanto, em dois casos, Serra Leoa (1998) e na Cote d’Ivoire (2003) tropas britânicas e francesas, respectivamente, tiveram que intervir diretamente para conseguir pacificar aquelas guerra civis.

Desde 2003, Dominique de Villepin reconheceu explicitamente a impossibilidade de confiar aos próprios africanos a totalidade da segurança do continente, demonstrando assim uma mudança na posição oficial do governo francês.

Esta determinação da França [de garantir a paz na África] se exprime de forma concreta – Inicialmente por um engajamento militar resolutivo, com os 4000 homens

---

<sup>154</sup> França, EUA e Reino Unido coordenaram seus esforços para otimizar suas ações na África.

<sup>155</sup> Incluindo todos os estados africanos, independentemente de sua história colonial progressiva.

<sup>156</sup> Sobre as origens e os destinos das doações e a não mais existência de cláusulas secretas

<sup>157</sup> Tropas nacionais baseadas em seus territórios apenas se mobilizando para operações pontuais.

<sup>158</sup> <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-vi/index.html> Com o uso de força limitado à auto-defesa

<sup>159</sup> CEDEAO na sigla em francês.

da Operação *Licorne*, os 300 presentes em Bangui, os 1500 enviados para dar segurança em Bunia. Ou, também, através da formação, o equipamento e o financiamento das forças militares regionais. Por isso a intervenção militar francesa responde aos mesmos objetivos: evitar a guerra civil e o desastre humanitário, dar condições para um processo de reconciliação, inserindo-se em um esquema regional ou multilateral. (VILLEPIN, p. 394)

Uma década depois, em 2013 no Mali (Operação Serval) e na República Centro Africana (Operação Sangaris), as forças armadas francesas voltariam a ser empregadas para conter ameaças nestes países. No caso do Mali, a CEDEAO, sob mandato da ONU e da União Africana, conseguiu arregimentar para a operação MISMA<sup>160</sup> uma tropa de 6000 homens vindos de nove países da sua sub-região africana, O problema ali era que estes militares simplesmente não estavam preparados para o tipo de particular conflito do Mali, um que demandava um grande esforço logístico, armamento, meios de comunicação e veículos. Coisas que estavam indisponíveis às forças armadas africanas por elas não dispõem delas normalmente e por estas forças armadas não inspirarem a necessária confiança nos doadores da União Europeia que permitiria a liberação dos fundos. A solução política encontrada foi a substituição da MISMA pela MINUSMA<sup>161</sup>, operação da ONU com envolvimento direto da comunidade internacional, liberando assim os fundos e elevando para 12000 soldados a força deslocada para o Mali. A mesma coisa ocorreu na República Centro Africana com a substituição da FOMUC das forças Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central<sup>162</sup> (CEMAC) iniciada em 2002, pela Missão de consolidação da paz na República Centro-africana (MICOPAX<sup>163</sup>) da CEEAC<sup>164</sup> em 2008, que, a partir de 2013, por sua vez se transformaria em MISCA, sob a égide da ONU. (MATHIAS, p.125)

## 21 Conclusão

Foi visto acima que as seguidas transformações nos papéis desempenhados respectivamente pela metrópole francesa e por suas colônias africanas subsaarianas<sup>165</sup> quase sempre se deram por efeito de eventos que ocorriam longe da África. Foi demonstrado como as diversas mudanças no modelo de interação entre a metrópole e as colônias atuaram para manter a projeção de poder francês sobre a África, mas sendo também mecanismos que

---

<sup>160</sup> *Mission internationale de soutien au Mali sous conduite africaine* (Missão internacional de apoio ao Mali sob comando africano)

<sup>161</sup> Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation au Mali

<sup>162</sup> Communauté Économique et Monétaire des États de l'Afrique Centrale, no original em francês

<sup>163</sup> Mission de Consolidation de la Paix en Centrafrique

<sup>164</sup> Communauté Économique des États de l'Afrique Centrale

<sup>165</sup> Nos anos de 1830, 1870, 1922, 1940, 1946, 1956, 1958 e em 1960

permitiram a gradual descompressão das imensas forças sociais, econômicas e políticas contrárias aos objetivos geopolíticos franceses que se encontravam acumuladas desde o início do ciclo escravagista e em especial do *Scramble for Africa*<sup>166</sup> do final do século XIX.

A estratégia do governo francês de preparar uma elite negra francófila para assumir o poder nas suas colônias foi chave para que, diferentemente dos britânicos e das outras potências coloniais do período, lhes fosse possível reinventar a sua relação com a África seguidamente. Na África subsaariana os franceses partiram, inicialmente, de uma relação colonial clássica<sup>167</sup>, passando para um estado francês multirracial e multicontinental e, finalmente, transformando-se em uma associação econômica e política, simultaneamente bilateral e multilateral, de países independentes, assentada sobre um passado e uma cultura compartilhados. Mais recentemente, seria justamente esta profunda ligação histórica a ser usada para mudar, no final da década de 1990, uma vez mais, o formato desta parceria multilateral.

A França, potência média de porte semelhante ao do Brasil<sup>168</sup>, a despeito de ter uma política externa declaradamente intervencionista, apresenta um amplo leque de soluções na sua atividade de cooperação com a África que poderia convir aos objetivos geopolíticos do Brasil futuramente.

Historicamente, a França conseguiu gerir as demandas autonômicas africanas adaptando sua relação com suas colônias, e produzindo um processo de independência comparativamente<sup>169</sup> tranquilo, dispensando sangrentas guerras de independência.

A partir de 1997 a França reorganizou novamente sua cooperação militar com os países africanos de idioma francês obtendo um sistema que reduziu seu custo e simultaneamente passou a abranger os países africanos que não haviam sido colonizados por

---

<sup>166</sup> A “Corrida para a África” foi o período no meio do século XIX onde as principais potências europeias presentes na África (Reino Unido, França, Bélgica, Portugal, Espanha, Itália e Alemanha) competiram entre si para explorar e consequentemente definir as fronteiras no interior do continente de suas colônias africanas.

<sup>167</sup> Onde os povos coloniais subjugados legalmente não têm os mesmos direitos e garantias dos povos da metrópole, e as demandas de desenvolvimento das colônias são preteridas aos interesses e projetos metropolitanos.

<sup>168</sup> Excluindo-se nesta visão, naturalmente, o arsenal nuclear francês que tem um papel essencialmente dissuasório direcionado primariamente contra outras grandes potências nucleares.

<sup>169</sup> Comparado com a situação vivida respectivamente pelo Reino Unido, Portugal e Bélgica com suas colônias africanas.

ela<sup>170</sup>. Com isso em mente, foram criados os programas RECAMP - Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz<sup>171</sup> e as Escolas Nacionais de Vocação Regional<sup>172</sup> - ENVR. Em ambos os casos, oferecendo cursos ministrados no mais alto padrão OTAN, tanto para praças quanto para oficiais, garantia, essa, decorrente do envolvimento direto francês. Relocar estes cursos da Europa para a África produziu dois benefícios: a) reduzir o custo por militar, e, b) dividir estes custos de formação militar com os países africanos.

---

<sup>170</sup> As duas maiores economias do continente, África do Sul e Nigéria são países anglofônicos, enquanto Angola fala português.

<sup>171</sup> Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix, no original em francês.

<sup>172</sup> Écoles Nationales a Vocation Regionale, no original em francês.



## APÊNDICE B - O Brasil e a África

O esforço do governo brasileiro para engajar de maneira cada vez ativa os países africanos muito se beneficiaria do aprendizado sobre os êxitos e fracassos da França, assim como dos das demais potências coloniais<sup>173</sup> e pós-coloniais<sup>174</sup> na África. Como estes países, o Brasil deve precisar montar uma consistente e continuada presença diplomática e comercial local, criando com isso suas próprias ligações bi e multilaterais com os países e as organizações atuantes na África. Ainda que isso tenha sido claramente ensaiado nos dois governos Lula, aparentemente, esse esforço perdeu seu momento já no primeiro governo Dilma<sup>175</sup>. A dinamização de dois acordos multilaterais transatlânticos já existentes, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)<sup>176</sup> e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>177</sup> podem servir de guia, viabilizando a perenização da interação brasileira com a África. Isso, possivelmente, levará à criação de uma política de Estado clara e abrangente que explicita abertamente os objetivos brasileiros e que norteie os seus desenvolvimentos para além do governo atual. Essa proximidade é o que poderá permitir ao Brasil o acompanhamento, em detalhe, das evoluções na situação política, militar e econômica individual de cada país africano.

Entre as questões a se evitar, como bem aprenderam os franceses, está ceder às tentações da reprodução de modelos de convivência negativa como o *Françafrique* visto no Apêndice A<sup>178</sup>.

Os três últimos governos brasileiros (Lula I e II e Dilma I) marcaram uma aceleração forte no processo de inserção internacional do Brasil na África em reação aos governos

---

<sup>173</sup> França, Grã-Bretanha, Alemanha, Portugal, Itália e Espanha

<sup>174</sup> EUA, URSS/Rússia e China.

<sup>175</sup> Exemplo da falta de uma visão “de Estado” no Brasil é o aparente abandono do projeto do Livro Branco da Política Externa Brasileira que havia sido prometido para publicação até o fim de 2014. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-11/livro-branco-deve-ser-concluido-ate-o-fim-de-2014-diz-chanceler-brasileiro>

<sup>176</sup> Organização constituída sob as Nações Unidas que agrega 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benim, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d’Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai

<sup>177</sup> Organização multilateral criada inicialmente para a promoção e a difusão da língua portuguesa no mundo agregando como membros Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste <http://www.cplp.org>

<sup>178</sup> Ver APÊNDICE A

Collor, Itamar e FHC I e II precedentes. O alinhamento automático com o ocidente (“Sul-Norte”) e uma quase que monótona fixação na pauta econômica em detrimento dos demais aspectos das relações internacionais nos oito anos de FHC foi substituída com a posse de Lula por uma ampla política Sul-Sul que pregava uma postura mais independente e o crescimento do comércio do Brasil com os países da África, Oriente Médio e Oriente em especial a China.

Os governos recentes, adicionalmente, colocaram uma nova ênfase no emprego de ambientes multilaterais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o FMI entre outras organizações como forma de aumentar a participação e a relevância do Brasil nos principais temas globais. Como a escolha dos diretores destas organizações geralmente é feita através de votação dos representantes de seus países membros, a relação próxima com os países africanos foi uma caminho relativamente fácil para obter os votos necessários para colocar os candidatos desejados pelo Brasil naqueles cargos-chave.

Um destes desdobramentos da relação Brasil-África foi o crescimento nos últimos 12 anos da visibilidade do programa de consultoria para a estruturação da Marinha da Namíbia e para a formação do seu pessoal no Brasil, processo iniciado durante o governo Collor. No entanto, a despeito do interesse revelado por quase todos os comandantes de marinhas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) por sua participação em um programa nos moldes daquele mantido pelo Brasil com a Namíbia, o Brasil demorou anos até ser capaz de reconhecer e atender a esta necessidade. Apenas em 2013 começaram iniciativas semelhantes, mas em menor escala abrangendo a Guarda Costeira de Cabo Verde e também a de São Tomé e Príncipe, dois dos menores países membros da CPLP (BRASIL, 2014).

A projeção do Brasil em direção à África no período dos governos Lula I e II e, até certo ponto, no primeiro governo Dilma baseou-se essencialmente numa nova atitude caracterizada como “cooperação sul-sul não-hegemônica”. A intenção do governo brasileiro buscou se destacar igualmente dos players tradicionais e dos novos entrantes, ofertando um novo modelo de acordo de “cooperação” que fosse evidentemente distinto daqueles que eram feitos com as antigas metrópoles imperiais, arranjos estes que conduziam a uma dependência econômica cada vez maior do país africano em relação às antigas potências coloniais. O segundo alvo do governo Lula foi oferecer à África uma opção melhor aos modelos tidos como “predatórios” (de financiamento fácil e barato, mas, com o emprego materiais mão de obra importados) característicos, por exemplo, da atuação chinesa naquele continente. Para a execução desta política, o governo lançou mão de órgãos governamentais como a Embrapa e a

Fundação Osvaldo Cruz, entre outros, para montar programas de desenvolvimento, sob medida, nos diversos países africanos. Essa visão de cooperação internacional obrigou o Brasil a assumir uma postura “generosa”, uma que não espera ou exige qualquer tipo de contrapartida financeira do lado africano nos projetos. Naturalmente, isso é altamente atrativo para os parceiros do Brasil, mas, acaba por se mostrar insustentável no longo prazo, uma vez que praticamente todo o ônus financeiro acaba recaindo nos ombros do Brasil.

Curiosamente, diferentemente do que se buscou praticar com os países africanos, no plano interno, contratos assinados entre o Governo Federal e os Estados da União tendem a incluir as chamadas “contrapartidas” estaduais aos financiamentos federais em grandes projetos de infraestrutura, como novas linhas de metrô, por exemplo. Se o estado não aportar estas contrapartidas o Governo Federal não pode aportar sua parte da verba.

Um claro exemplo deste tipo de falta de “autossustentabilidade” é ver que o contrato assinado originalmente entre o Brasil e a Namíbia para o treinamento de seus militares aqui precisou ser renegociado ao final do seu primeiro ano. Nesta oportunidade acabou sendo transferida para esse país africano uma série de custos ligados à presença de seus alunos, oficiais e praças, durante o período que eles estudassem no Brasil. (ANEXOS C e D)

Para agravar a situação, as expectativas originais de venda de navios militares de construção brasileira para a Namíbia, benefícios secundários para o Brasil, acabaram ficando bem aquém das expectativas iniciais. Foram vendidos e entregues, até agora, apenas um navio-patrolha de 200 toneladas e de duas lanchas de proteção dos portos (os “avisos de patrulha”). Em compensação, mais recentemente, a China “vendeu”<sup>179</sup> à Marinha da Namíbia um navio de patrulha muito maior NNS Elephant (S11) (GUIMARAES, p. 76). A Base Naval namibiana de *Walvis Bay* (BNWB), no entanto, a despeito de sido concebida e projetada com auxílio brasileiro, acabou construída por empresas chinesas. (SCOFIELD, 2011, p. 60-62). O acordo de formação militar naval assinado entre o Brasil e a República da Namíbia em 1994 se constitui no maior programa de cooperação militar, onde o Brasil é o parceiro sênior, em toda a história brasileira. Na mesma época acordos semelhantes foram assinados pela Namíbia com o Reino Unido (para a formação do Exército) e com os Estados Unidos (para a

---

<sup>179</sup> Não havendo qualquer transparência neste negócio e tendo em mente a capacidade/disposição chinesa de aceitar ativos não-monetários como contrapartida, torna-se praticamente impossível saber de que modo e por quanto os namibianos compraram este navio.

Força Aérea). No entanto, estes dois programas não obtiveram o mesmo êxito do Acordo de Cooperação Naval Brasil Namíbia (ACNBN), tendo sido os dois países eventualmente substituídos pela China, mas no caso do exército, passando ainda pela Rússia e pela Alemanha. (SCOFIELD 2011, p. 69-72) O programa da MB alcançou sucesso ao atender os objetivos primários de formar recursos humanos e de auxiliar aquela marinha a estruturar sua organização do zero para poder responder aos diversos desafios previstos para o seu futuro na sua região ainda que a questão dos custos tenha sido um problema percebido desde o início.

O interesse de outras marinhas africanas por uma colaboração de formação naval nos moldes do que existe com a Namíbia é grande. Isto foi repetidamente relatado ao autor durante a recepção realizada a bordo da Corveta Barroso aos participantes do segundo Simpósio de Marinhas de países da CPLP ocorrido em Luanda no ano de 2010<sup>180</sup>. Mas este modelo convencional de parceria internacional periga ser caro demais para ser expandido sem alterações pelo Brasil de forma a atender a um número maior de nações africanas.

A razão para se realizar programas como este na África é explicitada em um artigo de 2010 do então Comandante da Marinha do Brasil Almirante Moura Neto. Ali, ele menciona que a Estratégia Militar de Defesa aponta o Atlântico Sul como uma área marítima de “Interesse direto” para o Brasil<sup>181</sup> para em seguida apontar que no Plano Estratégico da Marinha imediatamente além das Áreas Jurisdicionais Brasileiras, da “Amazônia Azul”, fica uma chamada “Área Primária” que abarca o Oceano Atlântico até o limite do paralelo 16º Norte<sup>182</sup>. A outra borda do Atlântico Sul sendo justamente os países da costa oeste africana.

No princípio do século XXI diversas iniciativas governamentais multilaterais e permanentes já ligam o Brasil com os países da costa oeste da África. No plano militar em especial, duas delas se destacam mais: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS ou ZPCAS), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), já mencionados anteriormente além dos exercícios navais regulares IBSAMAR<sup>183</sup> e Atlasur<sup>184</sup>.

---

<sup>180</sup> [www.alide.com.br/joomla/component/content/article/85-edicao-47/1455-a-corveta-barroso-em-africa](http://www.alide.com.br/joomla/component/content/article/85-edicao-47/1455-a-corveta-barroso-em-africa)

<sup>181</sup> Defendendo o Pré-Sal in Segurança Nacional Perspectivas Brasileiras p. 452

<sup>182</sup> Ibidem p. 461

<sup>183</sup> Reunindo bianualmente navios das marinhas do Brasil, África do Sul e Índia.

<sup>184</sup> Igualmente bianual, com a presença de navios argentinos, brasileiros, uruguaios e sul-africanos.

Mas o interesse e a presença militar brasileira na África não é coisa recente. Em 1822 o Brasil emergiu como nação independente do bojo do Império Colonial Português, a mesma organização político-social que abrigava os atuais territórios de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor, Macau e os territórios portugueses na Índia além de outras ilhas e arquipélagos africanos e asiáticos. Perante os países africanos ser também uma ex-colônia de potência europeia é, provavelmente, um dos principais aspectos que destaca o Brasil de outros países que tradicionalmente têm interesses econômicos e políticos no continente africano.

Economicamente, o Império Português se baseava no século XVII num comércio trilateral entre Portugal, a África e o Brasil. Após o fim da União Ibérica<sup>185</sup>, Portugal foi buscar na Inglaterra um garantidor de sua condição como independência. A invasão holandesa no nordeste brasileiro foi logo seguida pelo desembarque holandês também em de Angola que deveria ser uma fonte garantida de mão-de-obra escrava para suas fazendas brasileiras. A libertação da colônia portuguesa na África acabaria sendo conduzida desde o Brasil, pelos brasileiros e financiado pelos plantadores de cana fluminenses. (PENHA, 2011, p. 32)

Durante o período colonial, para além dos estimados 3,5 a quatro milhões de escravos negros trazidos à força para trabalhar as *plantations*<sup>186</sup> de cana-de-açúcar brasileiras, houve muita troca entre o Brasil e a África Portuguesa. Penha salienta ainda em sua análise que as trocas entre o Brasil e o continente africano cresceram seguidamente, em especial no período da União Ibérica ao ponto de virtualmente excluïrem Portugal do processo (p. 38).

Produtos brasileiros, não somente portugueses, eram, inclusive, usados para a aquisição de escravos das populações africanas costeiras. Manufaturados, açúcar, cachaça, tabaco, tecidos, metais preciosos, carne seca, toucinho, farinha e feijão do Brasil eram trocados por produtos africanos como: arroz, algodão, cera, gengibre, pimenta, malagueta, resinas, marfim, óleo de amendoim, enxofre e tecidos.

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do Império Português entre 1808 e 1821 com a vinda da família real portuguesa. A corte portuguesa fugiu de Lisboa com ajuda

---

<sup>185</sup> Período entre 1680 e 1740 em que o trono do Reino Português foi assumido simultaneamente pelo monarca espanhol.

<sup>186</sup> Fazendas latifundiárias de monocultura com fins de exportação

britânica quando Napoleão enviou suas tropas para invadir a Península Ibérica. Esta mudança dinamizou ainda mais a tendência de expansão deste comércio sul-sul no Atlântico.

### **1 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

A CPLP surgiu, oficialmente, em 17 de julho de 1996, durante o governo FHC, na primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa reunida em Lisboa, como um foro para o aprofundamento das relações entre seus integrantes, ligados por laços históricos, étnicos e culturais comuns.

Baseada no princípio da solidariedade, a Comunidade concentra suas ações em três objetivos gerais: a concertação político-diplomática entre seus membros; a cooperação econômica, social, cultural, jurídica, técnico-científica e de defesa; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. Estes países formam a esfera de lusofonia independentemente de qualquer questão regional geográfica maior<sup>187</sup>. Se a posição dominante da língua portuguesa no Brasil e em Portugal é inquestionável o mesmo não pode ser garantido nos países menores onde a nossa língua comum sofre concorrência simultânea das línguas originais como do Inglês e do Francês utilizadas por seus vizinhos na África, por exemplo. O Português é uma das seis línguas mais faladas no mundo<sup>188</sup>, com mais falantes, inclusive, do que os idiomas russo, japonês, alemão, e francês. Isso explica porque é necessária esta atuação coordenada e permanente para manter, e possivelmente expandir sua posição relativa no conjunto de línguas internacionais. Como os franceses bem entenderam ao criar sua própria esfera de *francophonie*. Uma língua comum é vital para cimentar toda uma série de valores e ideais transnacionais comuns alavancando igualmente a criação posições políticas multilaterais e binacionais comuns além de propiciar o nascimento de grandes oportunidades comerciais internacionais<sup>189</sup>.

### **2 Os Exercícios “Felino”**

Principal vertente da cooperação militar dentro da CPLP, este exercício visa o adestramento integrado dos militares para atuação em missões de paz e de assistência humanitária. O Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa foi promulgado no Brasil pelo Decreto 8.488, de 10 de julho de 2015 com o objetivo de promover e facilitar a

---

<sup>187</sup> Portugal fica na Europa, o Brasil nas América do Sul, Timor Leste na Ásia e os demais países na África.

<sup>188</sup> <https://www.ethnologue.com/statistics/size>

<sup>189</sup> <http://www.francophonie.org/Welcome-to-the-International.html>

cooperação entre as nações integrantes da CPLP sistematizando suas atividades, entre elas a criação de plataforma comum de conhecimentos em defesa militar, a promoção de política de parceria conjunta para o setor e o desenvolvimento de capacidades internas para fortalecer as Forças Armadas do grupo. (CPLP, 2015)

O exercício trata, ainda, da procura por sinergias que reforcem o controle e fiscalização das águas territoriais e da zona econômica exclusiva dos países da Comunidade. Seguindo os preceitos da END, e em apoio ao Exercício Felino, o MD além da Namíbia focou nas FFAA da CPLP o resto de seu programa de treinamento de militares africanos. (ANEXO J, perg. 3)

O Exercício Felino é executado a cada ano num país diferente, alternando um Exercício na Carta (EC) com um de Forças no Terreno (FT). No ano da modalidade EC, será jogado fazendo uso do cenário virtual sendo aplicado no ano seguinte o formato FT. O exercício Felino tem como objetivo recorrente a preparação de uma Força Tarefa Conjunta<sup>190</sup> e Combinada<sup>191</sup> (FTCC), dentro do âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), para atingir, manter e aperfeiçoar a capacidade destas forças armadas de atuação em missões de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária. Os exercícios apresentam um contexto social e político que reproduz uma situação de crise com contornos políticos, econômicos, humanitários e de segurança interna. (BRASIL, 2015)

### **3 A Cooperação Naval entre o Brasil e a Namíbia**

A Marinha do Brasil despertou a atenção global ao inverter a tradição histórica e passar a contribuir ativamente para a criação e o desenvolvimento, do zero, de uma marinha estrangeira com sua experiência de educação e treinamento internacional na Namíbia.

---

<sup>190</sup> Operação militar onde as diversas forças armadas de um país atuam de maneira unificada e coordenada, em plena sinergia.

<sup>191</sup> Operação militar onde as forças militares nacionais atuam integrada e sinergicamente com forças armadas de outros países.



FIGURA 6 A NAMÍBIA NA ÁFRICA



FIGURA 7 MAPA DA NAMÍBIA

Em 1987, no governo Sarney, uma visita de Sam Nujoma, líder da *"South West African People's Organization"* (SWAPO), a Brasília marcou o princípio a aproximação formal entre os dois países. A SWAPO organização lutava, naquela época, contra a dominação da África do Sul ao seu país. Em setembro de 1991, já com a Namíbia independente, o novo presidente do Brasil, Fernando Collor, reciprocou a visita. Nesta ocasião, o Secretário Permanente de Negócios Estrangeiros da Namíbia, solicitou ao governo brasileiro, pela primeira vez, o apoio da Marinha para a implantação de um serviço de patrulha marítima, voltado primariamente para conter a pesca ilegal que ocorria sem qualquer controle ao longo das suas costas. No ano seguinte, a Namíbia propôs oficialmente que a Marinha do Brasil, os auxiliasse na formação da “Ala Naval de sua Força de Defesa”.

A escolha do Brasil como o país que os auxiliaria neste projeto, segundo o Comandante Jefferson Gusmão Scofield, um dos ex-comandantes da Missão Naval Brasileira na Namíbia, “ocorreu por ser o Brasil um país atuante e muito presente na ONU (Organização das Nações Unidas)”.

Em 1994, A Marinha do Brasil assinou com o Governo da Namíbia o primeiro acordo para a criação da Marinha Namibiana, surgindo no dia 04 de março daquele ano, a “Marinha da Namíbia”, quase quatro anos após a independência do país em 1990.

O Brasil propôs em agosto de 1994 um “Plano de Apoio à República da Namíbia”, um plano detalhado com múltiplas etapas abordando a formação de pessoal da Ala Naval, a



construção de uma base de apoio o fornecimento de material e serviço, a delimitação das águas jurisdicionais namibianas e o fornecimento de Navios-Patrolha (NPa).

Com isso, foi criada a Missão Naval Brasileira na Namíbia, e a Marinha do Brasil iniciou as medidas para a formação do pessoal namibiano no Brasil. Ainda nesta primeira fase a MB realizou o levantamento hidrográfico completo do Porto de *Walvis Bay*, um conjunto de dados crucial para o estabelecimento da mais nova marinha africana e de grande valor para a economia do novo país.

Segundo o Contra-Almirante Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves<sup>192</sup>, o primeiro comandante da Missão Naval Brasileira na Namíbia: “com a assinatura deste documento se iniciou propriamente o programa anual de intercâmbios entre nossos dois países”. A Marinha do Brasil se propôs assim a fornecer assistência técnica para organizar e estruturar a Ala Naval namibiana, organizando um Serviço de Patrulha Marítima para proteger os interesses nacionais do país em suas águas internas, mar territorial e Zona Econômica Exclusiva. Para o Almirante Ortiz, “o foco principal era defender o acesso dos namibianos às suas riquezas marítimas no que se refere à proteção dos recursos vivos e minerais da plataforma continental. O Brasil iria ainda fornecer embarcações capazes de satisfazer às necessidades da Ala Naval namibiana. Deveríamos também prover-lhes assistência no processo de planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura que fosse apropriada à atracação e ao suporte naval logístico de suas embarcações”.

O elemento básico do acordo, a formação de oficiais e praças no Brasil, começou a partir do ano 2000. Em 2001, no entanto, o acordo assinado, antes mesmo de ter sido formalmente ratificado pelos respectivos legislativos, foi substituído por um novo texto que melhor representava o andamento do acordo. Esta versão foi por fim ratificada em ambos os países em 2003<sup>193</sup>. O texto do acordo original tinha o Brasil responsável por arcar com todos os custos dos cursos dos namibianos. Já no segundo texto, para os cursos iniciados a partir de janeiro de 1999, a responsabilidade pelos custos do curso passaria a ser da Namíbia. Os valores a ser pagos passariam a ser calculados com base nas despesas feitas com treinamento e avaliação, os custos administrativos continuando a não ser cobrados pela Marinha do Brasil.

---

<sup>192</sup> Em entrevista pessoal concedida ao autor

<sup>193</sup> Vide Anexos C e D

À Namíbia assumiu os custos com passagens aéreas para seus oficiais e praças escalados para os cursos ou estágios, assim como também passou a prover uma soma de dinheiro adequada para custeio das despesas pessoais durante a estada de seus militares no Brasil. A MB, por solicitação da Namíbia, passou a designar um oficial para lhes auxiliar na triagem e seleção dos candidatos que viriam estudar no Brasil. O processo seletivo levava em conta, principalmente, o grau de desenvolvimento escolar dos candidatos além de sua aptidão física.

Toda a parte de seleção de pessoal a ser enviado ao Brasil para os cursos foi realizada pelos próprios namibianos. Os primeiros militares a vir para a nova força saíram dos quadros do Exército da "*South West African People's Organization*" (SWAPO), organização insurgente local que lutou por décadas pela independência do país contra os sul-africanos.

A Missão Naval Brasileira tem sua sede principal e a maioria de suas atividades centrados na cidade de *Walvis Bay*. A fim de manter as atividades de intercâmbio de alto nível entre as os dois governos, e com vistas à realização e ao aprimoramento do Acordo de Cooperação Naval, o Chefe da Missão Naval Brasileira, e alguns praças, permaneceram baseados na capital Windhoek. O comandante da Missão Naval Brasileira, um Capitão de Fragata, no início, acumulava informalmente as atividades políticas junto com as tarefas de cunho operativo. Durante os dois anos que o Comandante Scofield, passou no continente africano seu relacionamento e reconhecimento entre os outros oficiais e governantes africanos era como se ele fosse um Adido. Os subordinados diretos do Chefe da Missão Naval Brasileira na Namíbia receberam status de "oficiais de ligação".

O Brasil prioriza colocar Adidos Navais junto aos governos das maiores potências econômicas e militares e também na grande maioria das embaixadas brasileiras na América do Sul. O sucesso do acordo entre o Brasil e a Namíbia, no entanto, fez com que a despeito do limitado peso econômico daquele país, ali fosse conveniente a criação de uma Adidância Naval. O acordo assinado entre os dois países tem uma vigência de dois anos, sendo automaticamente renovado por sucessivos períodos de dois anos.

O Comandante Scofield ressaltou ainda que "a experiência da Namíbia é um sucesso, e isso é muito claro tanto na curiosidade quanto na admiração que este projeto despertou entre os cerca de dez adidos militares estrangeiros lotados em Windhoek".

A Marinha do Brasil foi uma das três forças armadas estrangeiras selecionadas pelo Governo da Namíbia para a formação de suas forças armadas. Curiosamente, nenhum dos

demais programas iniciais teve sucesso semelhante ao da formação da Marinha Namibiana pela MB.

Originalmente os ingleses ficaram responsáveis por ajudar a estruturar o Exército Namibiano, porém divergências severas acabaram por encerrar este convênio e substituí-lo por outro com o Exército Alemão.

Da mesma forma, a Força Aérea Americana foi inicialmente incumbida de auxiliar a Força Aérea Namibiana, mas acabou desistindo da tarefa, cedendo seu lugar à Força Aérea Chinesa.

Na direta contramão destes demais fracassos internacionais, o projeto brasileiro na Namíbia, permanece ativo após mais de uma década atestando o seu sucesso. Adicionalmente, excluindo-se nossa participação em missões de paz da ONU, ele se constitui em um raro caso de parceria para produzir alavancagem geopolítica realizada entre as forças armadas e o resto do governo brasileiro. Este exemplo de sucesso serviu como modelo para futuros acordos de teor semelhante com as marinhas de outros países na África<sup>194</sup>, não se bastando apenas ao campo naval, mas agora potencialmente incluindo também o Exército Brasileiro e a Aeronáutica.

Na entrevista anterior do Cte Paiva do EMA, conduzida por ALMEIDA em 2012 (citação abaixo), fica demonstrado que existe demanda concreta entre os africanos por treinamentos brasileiros de qualidade com custos reduzidos. O padrão de custos praticados pela MB atua como barreira a esta expansão e a liberação destes custos exigiria uma decisão política por parte do Brasil.

[A experiência da Marinha do Brasil com a Namíbia] Poderia ser reproduzida com êxito em outros países da costa ocidental da África, mas [isso] depende deles – não é uma via de mão única, há custos para a outra parte, tem que haver decisão política para tal. O argumento de que os países africanos não têm recursos – [o que] hoje é válido para alguns, não para a maioria. Já foram feitas várias iniciativas, por exemplo, com Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique. Normalmente, são solicitadas pelos outros países e concordadas pela MB, mas [estes] alegam que não têm recursos para prosseguir nas cooperações. (ALMEIDA, 2012, p. 138)

Se os sucessos alcançados e potências são bem visíveis, algumas perigosas armadilhas também o são. Em 2013, já no governo Dilma, ocorreu uma das mais controversas alterações

---

<sup>194</sup> Conforme citado no início deste trabalho, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde já assinaram acordos semelhantes ao da Namíbia com a Marinha do Brasil.

na política do Brasil para com os países africanos, a concessão de perdões unilaterais parciais às dívidas que alguns destes países tinham com o Brasil<sup>195</sup>. Críticos brasileiros do governo apontaram logo essa prática como sendo apenas um injustificável favorecimento a um grupo de “cleptocracias”<sup>196</sup> africanas, uma “bondade” realizada com o dinheiro do contribuinte. Ao que o Itamarati respondeu que seria uma prática comum, uma maneira de permitir que novas vendas de produtos e serviços brasileiros pudessem ser feitas para lá alavancando o interesse das empresas nacionais exportadoras<sup>197</sup>. Outro momento inusitado da nova convergência Brasil-África foi a “escolha” da Guiné Equatorial como enredo da Beija-Flor no desfile de escola de samba do ano de 2015, especialmente ao ser apurado que a cota de “patrocínio” R\$10 milhões teria sido pago não pelo país africano, mas por empresas de engenharia brasileiras<sup>198</sup>.

Interagir com a África e em especial com alguns de seus líderes não é tarefa fácil, mas ao contrário deixar um continente inteiro no isolamento político e econômico também é algo inconcebível. No Capítulo 2 vimos como os EUA acreditam no poder do *soft power* transmitido às elites militares através de seus programas de treinamento e educação militar para compartilhar valores como democracia e subordinação dos militares ao poder civil. Pode ser assim defensável que uma opção brasileira pelo engajamento com os países africanos, procurando sempre escapar das armadilhas dos negócios eticamente questionáveis. Os franceses passaram por isso ao decidir sepultar a *Françafrique*. Esse pode ser um caminho para ajudar na rápida erradicação de políticas e práticas nocivas ainda vigentes por outras que seguem preceitos éticos mais modernos e responsáveis. Essa transformação certamente será dinamizada pelos novos vínculos pessoais que surgirem de uma ampliação dos programas de treinamento militar entre outras iniciativas bilaterais e regionais construídas no futuro.

---

<sup>195</sup> Especificamente: Cote d’Ivoire, Congo-Brazzaville, Gabão, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sudão, Tanzânia e Zâmbia

<sup>196</sup> “Governo por ladrões” - Termo pejorativo que descreve governos predatórios que atuam não em prol de seus povos, mas sim, do proveito privado de seus líderes e de sua elite políticas.

<sup>197</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/08/1324813-perdao-a-paises-africanos-impulsiona-empresas-brasileiras.shtml>

<sup>198</sup> Ou por empresas “africanas”, segundo declarou posteriormente o embaixador da Guiné Equatorial <http://oglobo.globo.com/rio/governo-da-guine-equatorial-entra-em-contradicao-sobre-origem-dos-10-milhoes-dados-beija-flor-15379298>

## APÊNDICE C - O SISTEMA DE ENSINO NAVAL (SEN) DA MB

Seguindo o padrão adotado na grande maioria dos países ocidentais, os cursos brasileiros da carreira militar são organizados como uma sequência contínua. Uma destas carreiras é dedicada aos praças, e outra, em separado, é dedicada aos oficiais. Isso ocorre por que os papéis e as funções a serem executados por cada um dos membros desses dois grupos são substancialmente diferentes daquilo que é realizado pelo outro<sup>199</sup>. Como nosso foco primário nesse trabalho é o ambiente naval é obrigatório se debruçar unicamente na forma de funcionamento do Sistema de Ensino Naval (SEM) da Marinha do Brasil.

Os oficiais da Marinha do Brasil são formados de várias formas distintas. Alguns entram via a Escola Naval, vindo direto do Colégio Naval<sup>200</sup> ou através de concurso público nacional. Outros, civis já formados no terceiro grau, tornam-se oficiais através dos cursos do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), localizado na Ilha das Enxadas na Baía da Guanabara.

O Curso de Preparação de Aspirantes do Colégio Naval (CN), localizado em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, é a escola de Ensino Médio e de ensino militar-naval da MB que visa selecionar alunos para o Curso de Graduação da Escola Naval. No ano de 2015 foram abertas 230 vagas no CN para o curso padrão de três anos.

### **1 Os Cursos do Centro Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW)**

Engenheiros, médicos, dentistas, jornalistas e pessoal civil com terceiro grau completo de outras especializações selecionados por concurso tornam-se oficiais da MB após cursar a Graduação de Oficiais no Centro Instrução Almirante Wandenkolk sem ter que passar pela Escola Naval. No CIAW também são ministrados o Curso de Aperfeiçoamento de Superfície para Oficiais do Quadro Complementar da Armada (CA) (C-Ap-Sup), os Cursos de Especialização (C-Esp), o Curso de Formação de Oficiais Voluntários e/ou Convocados RM2 (RM2), o Curso de Aperfeiçoamento de Intendência para Oficiais do CIM (CAIO) e o Curso de Formação de Oficiais (CFO). Também são ministrados ali os Cursos Especiais de

---

<sup>199</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11279.htm)

Administração para Diretores e Vice-Diretores (C-ESP-ADIR) e de Direito Internacional Humanitário (C-ESP-DIH).

O Curso de Formação de Oficiais para Marinhas Amigas (CFOMA) é realizado em apenas um ano e consiste num currículo muito mais reduzido do que o curso de formação de oficiais da Escola Naval. A maior parte dos oficiais namibianos se forma no CFOMA. Os demais cursos e estágios do SEN poderão ser frequentados por militares das nações amigas por determinação da Administração Naval.

## **2 A Escola de Guerra Naval (EGN)**

Criada na segunda década do século passado e instalada desde 1970 no bairro da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, a Escola de Guerra Naval é responsável pelos cursos de educação superior, de pós-graduação em Ciências Navais do oficialato da MB. Na EGN são cursados o Curso de Estado Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI), o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), o Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM) e o Curso Superior (C-SUP). Estes cursos são centrais para o cumprimento do plano de Carreira dos Oficiais (PCOM).

Esses cursos são realizados ao longo da carreira do oficial, concorrendo para o desempenho de suas funções nos diversos escalões, até o mais alto grau hierárquico. Esse processo se compõe de várias etapas, correspondentes a cada curso da EGN, abrangendo toda a vida profissional do oficial, a partir do posto de Capitão-Tenente. O último curso, o C-PEM, é realizado por Capitães-de-Mar-e-Guerra e constitui requisito para promoção a Oficial General. (EGN<sup>201</sup>)

A Escola de Guerra Naval recebe a cada ano Oficiais Alunos de Marinhas Amigas e das demais FFAA brasileiras para intercâmbio estrangeiros. A EGN é ainda a Organização Militar Supervisora Técnica para a área de Cursos de Altos Estudos Militares (C-AEM), sendo responsável pela seleção de pessoal para cursos no exterior, para cursos no Brasil, da Análise dos cursos ou estágios e da orientação dos oficiais tanto antes de sua partida quanto durante o período de sua realização.

## **3 O Curso de Graduação da Escola Naval**

Equivalente a um curso superior civil e com duração de cinco anos<sup>202</sup>, o Curso de Formação de oficiais é aplicado aos candidatos aprovados anualmente no Concurso Público

---

<sup>201</sup> <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cursos/OI10-06A-2007-EGN.pdf>

<sup>202</sup> O Ciclo Escolar é de quatro anos e o Ciclo Pós Escolar dura um ano adicional

de Admissão à Escola Naval (CPAEN). O grupo selecionado é composto de “aspirantes” que estudam em regime de internato com folga nos fins de semana. No último ano o ensino passa a ter um viés profissional e os alunos passam a ser chamados de Guardas-Marinha recebendo instrução prática em diversas Organizações Militares e realizando, também, a viagem de instrução a bordo do Navio Escola Brasil. A partir do início do terceiro ano os aspirantes fazem suas escolhas de Curso de Graduação e de habilitação, a primeira especialização de sua carreira militar:

O Corpo da Armada tem como especializações: Mecânica, Eletrônica e Sistemas de Armas. O Corpo de Fuzileiros Navais: Mecânica, Eletrônica e Sistemas de Armas. E o Corpo de Intendentes da Marinha, com habilitação em Administração. O curso é dividido em Ensino Básico (humanístico e científico), Ensino Profissional (variável segundo a habilitação escolhida) e Ensino Militar-Naval (navegação, operações naval, anfíbia e terrestre, etc.)

Entre os vários cursos oferecidos pela Marinha do Brasil para a Marinha Namibiana este deve ser olhado com mais atenção devido ao seu grande potencial de influencia no país receptor do treinamento. Por ser um curso que se desenrola em quatro anos (para os alunos brasileiros) ou cinco ou mais para os alunos estrangeiros seu legado junto a esses alunos é preponderante, sendo capaz de contribuir significativamente na criação do *ethos* e da cultura organizacional de uma marinha mais moderna<sup>203</sup>. O currículo que os alunos estrangeiros realizam é o mesmo que seus colegas brasileiros seguem.

O Estágio de Nivelamento ou Qualificação para Adaptação Acadêmica de Alunos Estrangeiros Estágio de Nivelamento, que dura cerca de nove meses, foi instituído pela Portaria interna no 10, de 24 de fevereiro de 2010, em virtude das repetências constatadas e do cancelamento das matrículas. (HONORATO; COSTA, 2013, p. 68)

O currículo da Escola Naval é algo que evolui continuamente com os tempos. No ano de 1983, a Marinha substituiu o currículo da EN por ele ter sido equiparado na mudança anterior de 1973, ao então curso de Engenharia de Operação, Modalidade Mecânica<sup>204</sup>. Outro modelo era necessário para que o curso voltasse a ser aceitável para o Ministério da Educação

---

<sup>203</sup> Como é precisamente o caso da Marinha Namibiana.

<sup>204</sup> Este currículo da EN seguia o modelo do curso deste mesmo nome dado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO. A engenharia operacional posicionava-se acima de um curso técnico, mas, abaixo de um curso tradicional de cinco anos de engenharia, por não ter a mesma carga de conteúdo deste.

e Cultura (MEC). A solução foi a chamada formação “Diversificada”, um *upgrade* que elevou o curso da EN ao nível de curso de engenharia pleno, mesmo que isso de pouco ajudasse os Aspirantes que haveriam de selecionar as carreiras de Fuzileiro Naval ou de Intendência. Hércules mostrou que atualmente existe um grupo de professores na EM que questiona a conveniência de se enfatizar um currículo de engenharia nos casos dos Aspirantes que não vão seguir no Corpo da Esquadra. Para eles isto seria um desperdício de tempo e de dinheiro, correndo o risco de se desperdiçar bons fuzileiros e/ou intendentes que por ventura não tenham vocação para Física e Cálculo, duas matérias que pouco agregam nessas carreiras. (HÉRCULES, 2013, p. 117-123 )

Com o advento da criação da comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a divulgação e o estímulo ao aprendizado do português ao redor do mundo passou a ser uma prioridade declarada do governo brasileiro. A conquista diplomática de colocar a língua portuguesa como mais um idioma oficial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apoia a posição da sétima língua mais usada no planeta e que, segundo a presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, na 2ª Conferência sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, entre os dias 29 e 30 de outubro de 2013 na Universidade de Lisboa: “nos próximos cinco a dez anos, mais de 300 milhões de pessoas no mundo serão falantes de português”,<sup>205</sup>.

Neste tema é importante mencionar que alguns dos países africanos da CPLP são cercados por estados nacionais que não falam o português. Em Moçambique, por exemplo, “nomeadamente no Maputo, o inglês vai se transformando em língua franca” (HONORATO, 2014 p. 92 apud VILELA, 1999, p. 177).

#### **4 A Formação de Praças**

Na Marinha do Brasil a carreira dos praças normalmente se inicia com o Concurso Público de Admissão às Escolas de Aprendizes-Marinheiros (CPAEAM). Em 2015 foram abertas 2200 vagas<sup>206207</sup> nas quatro escolas de Aprendizes-Marinheiros<sup>208</sup> (EAM) da MB.

---

<sup>205</sup> Disponível em: <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/nos-proximos-dez-anos-seremos-300-milhoes-a-falar-portugues-1610625>>. Acessado em: 23 de janeiro de 2016.

<sup>206</sup> [https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/index\\_concursos.jsp?id\\_concurso=306](https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/index_concursos.jsp?id_concurso=306)

<sup>207</sup> Para se ter uma proporção do que representa o treinamento de militares estrangeiros diante do número de treinados para a própria MB, o número de 2200 deve ser comparado com os 15 soldados treinados por ano pelo Curso de Formação de Marinheiros da Namíbia.



Outra maneira de entrada na vida militar é através do Corpo Auxiliar de Praças da Marinha. Civis com curso técnico completo em diversas especialidades (Estatística, Contabilidade, Informática, Marcenaria, Metalurgia, Mecânica, Meteorologia, etc.) podem, alternativamente, realizar o Concurso Público para Ingresso no Corpo Auxiliar de Praças que em 2015 ofertava 165 vagas. Os candidatos aprovados iniciam sua carreira militar já como cabo. Este e os demais cursos necessários para sua progressão de carreira são realizados no Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) no Rio de Janeiro.

A formação inicial dos praças namibianos não se dá nas EAM, mas no CIAA, num curso criado especificamente para eles que inclui o aprendizado do português no início do seu currículo. Quando a Marinha da Namíbia envia seus praças para os cursos de especialização e adestramento ela só manda para o CIAA aqueles que já dominam o português.

---

<sup>208</sup> EAMES-Vitória/ES, EAMCE-Ceará/CE, EAMPE-Olinda/PE e EAMSC-Florianópolis/SC

## ANEXOS

**Anexo A - As Principais Intervenções Militares Francesas na África da Descolonização até 1998 (PASCALLON, p 26-27)**

Motivações Locais	Agressão exterior	Manutenção da ordem	Derrubada passiva de regime	Derrubada ativa de regime	Pseudo humanitárias	Humanitárias
Angola						1992: "Addax"  1997 "UNAVEM III"
Benim		1991 "Verdier"	1963	1977 "Crevette"		
Burundi		1993 "Yambo"				
Cameroun	1981-94 "Balata" 1996-97 "Aramis"	1957-64				
Rep. Centro- Africana		1967-70 1996-97 "Almandin" Nº 1&2	1996	1979 "Barracuda"	1996-97 "Almandin" <sup>1</sup>	
Comores		1989 "Osider", 1995 "Azalée"		1995		
Congo Brazzaville		1987	1963		1997: "Pelican" 1&2 1998: "Malachite"	
Cote d'Ivoire		1970				
Djibuti	1977: "Saphir"	1977: "Saphir" 1991 "Godoria"				1991: "Totem" 1992-97 "Iskoutir"
Gabão		1964, 1990: "Requin"			1990: "Requin"	
Gâmbia		1981				
Libéria					1990	
Madagascar			1972			
Mauritânia	1958-63 "Ouragan", 1977- 80 "Lamantin"	1961-69		1979		

Níger		1963	1974			
Nigéria			1967-68			
Ruanda	1990-93: “Noroit”	1990-93: “Noroit”		1990-93: “Noroit”, 1994 “Amaryllis”	1994 “Turquoise”	
Saara Ocidental					Após 1991 “MINURSO”	
Senegal	1962					
Seychelles		1981				
Serra Leoa					1992: “Sibleau”, 1997: “Espadon” e “Corymbe”	
Somália					1992-93: “Oryx”, 1993: ONUSOM II”	
Chade	1978-81: “Tacaud” 1983-84: “Manta”, Após 86: “Epervier”	1968-71, 1978-81: “Tacaud” 1983-84: “Manta”, Após 86: “Epervier”				
Togo		1986	1963, 1991: “Verdier”			

## **Anexo B - As Escolas Nacionais de Vocação Regional**

### **1 Formação em Manutenção da Paz:**

#### **1.1 A Escola de Manutenção da Paz em Bamako no Mali (École de Maintien de la Paix / EMP) - Bamako (Mali)**

Objetivo: A formação de tropas de Manutenção de Paz

Contribuir ao reforço das capacidades dos Estados africanos na área de manutenção da paz e prioritariamente da Força Permanente Africana (*Force Africaine en Attente / FAA*) da CEDEAO (Duração: de uma ou mais semanas)

Estagiários: Mais de 1 000 vagas a cada ano, das quais 1/4 reservadas para militares do Mali

Participação francesa: 1 *coopérant*

### **2 Formação em Segurança Interna:**

#### **2.1 Curso de Aplicação de Oficiais de Polícia (Cours D'application des Officiers de Gendarmerie / CAOG) – Ouakam (Senegal)**

Objetivo: Responder às necessidades das forças policiais africanas na formação de oficiais em manutenção da ordem e de segurança pública em geral. (Duração: um ano)

Estagiários: Cinquenta vagas a cada ano, das quais 1/3 reservadas para o Senegal

Participação francesa: 2 *coopérants*

#### **2.2 Centro de Aperfeiçoamento da Polícia Judiciária<sup>209</sup> (Centre de Perfectionnement de la Police Judiciaire / CPPJ) – Porto Novo (Benim)**

---

<sup>209</sup> Na tradição policial francesa a “polícia judiciária” é aquela responsável pelos processos de investigação dos crimes através de métodos científicos.

Objetivo: Dispensar formação na área da Polícia Judiciária (investigativa) (Duração de 1 a 2 meses)

Estagiários: Mais de 80 vagas a cada ano, das quais 1/3 reservados para os militares do Benim

**2.3 Centro de Aperfeiçoamento em Técnicas de Manutenção da Ordem (Centre de Perfectionnement aux Techniques de Maintien De L'ordre / CPTMO) Awaé (Cameroun)**

Participação francesa: 2 *coopérants*

Objetivo: Aperfeiçoar os oficiais africanos nas técnicas de manutenção da ordem nos suas funções de comandante de esquadrão e de pelotão da polícia móvel.

(Duração de 1 a 2 meses)

Estagiários: Uma centena de vagas a cada ano, das quais 1/3 reservadas para o Cameroun

Participação francesa: 2 *coopérants*

**2.4 Centro de Aperfeiçoamento em Ações Pós-Conflito de Desminagem e de Despoluição (Centre de Perfectionnement aux Actions Postconflictuelles de Déminage et de Dépollution / CPADD) – Ouidah (Benim)**

Objetivo: Formar instrutores militares e civis sobre a desminagem humanitária e contribuir para divulgação sobre as normas internacionais da desminagem humanitária (Duração de 1 à 2 meses)

Estagiários: Sessenta vagas a cada ano, das quais 1/5 são dedicadas aos militares do Benim

Participação francesa: 3 *coopérants*

**3 Escolas de Formação Militar de Saúde:**

**3.1 Escola do Serviço de Saúde das Forças Armadas (École du Service de Santé des Armées / ESSAL) – Lomé (Togo)**

Objetivo: Formação de alunos oficiais médicos (Duração de 8 anos)

Estagiários: Mais de 100 estagiários formados a cada ano, dos quais ¼ são togoleses

Participação francesa: 1 *coopérant*

### **3.2 Escola de Pessoal Paramédico das Forças Armadas (École des Personnels Paramédicaux des Armées / EPPAN) – Niamey (Níger)**

Objetivo: Prover a formação de enfermeiros generalistas e de técnicos de laboratório que atendam às necessidades dos serviços de saúde das forças armadas (Duração de 3 anos)

Estagiários: cerca de sessenta vagas a cada ano, dos quais a metade para o Níger.

Participação francesa: 2 *coopérants*

### **3.3 Escola de Aplicação do Serviço de Saúde Militar (École D’application du Service de Santé Militaire / EAS) – Melen (Gabão)**

Objetivo: Formar médicos especializados em cirurgia visceral, ortopedia, pronto socorro, etc. rentabilizando junto com o Gabão a infraestrutura do hospital de Melen (Duração de 10 meses)

Estagiários: cerca de vinte vagas a cada ano, dos quais 1/4 para o Gabão

Participação francesa: 3 *coopérants*, dos quais 2 são médicos

## **4 Formação Militar Técnica ou Especializada**

### **4.1 Escola Militar de Administração (École Militaire D’administration / EMA) – Koulikoro (Mali)**

Objetivo: Formar oficiais e suboficiais nas técnicas administrativas, financeiras e de contabilidade (Duração: de 4 a 10 meses)

Estagiários: Cerca de uma centena de vagas a cada ano, dos quais 1/4 delas reservadas para militares do Mali

Participação francesa: 2 *coopérants*

### **4.2 Escola Militar Técnica (École Militaire Technique / EMTO) – Ouagadougou (Burkina Faso)**

Objetivo: Garantir a formação nas áreas da manutenção do material e da logística (Duração de 1 a 6 meses)

Estagiários: Mais de 150 vagas a cada ano, das quais 1/4 reservadas para militares de Burkina Faso

Participação francesa: 2 *coopérants*

#### **4.3 Escola de Engenharia Militar de Construção (École de Génie-Travaux / EGT) – Brazzaville (Congo)**

Objetivo: Formar quadros de oficiais e suboficiais nas técnicas e operações de infraestrutura adicionalmente adestrar operadores de maquinas de construção

(Duração de 1 a 9 meses)

Estagiários: Cerca de cem vagas a cada ano, das quais 1/3 reservado para militares do Congo

Participação francesa: 3 *coopérants*

#### **4.4 Polo Aeronáutico Nacional de Vocação Regional (Pôle Aéronautique National à Vocation Régionale / PANVR) – Garoua (Cameroun)**

Objetivo: Selecionar e formar pessoal navegante e não-navegante das forças aéreas africanas (Cameroun, Mali, Níger, Madagascar...); selecionar os candidatos a piloto suscetíveis de vir a ser formados na França (Duração de 1 a 4 meses)

Estagiários: Cerca de quarenta vagas a cada ano, das quais 1/3 reservadas para camaroneses

Participação francesa: 3 *coopérants*

#### **4.5 Escola Naval - Centro de Instrução Marítima (École Navale - Centre D'instruction Maritime) – Bata (Guiné Equatorial)**

Objetivo: Propor às marinhas africanas e ao conjunto de atores da segurança marítima, militares ou não, formações participantes do exercício da plena soberania dos Estados costeiros sobre as suas áreas marítimas aproximadas (Duração de 4 a 11 meses)

Estagiários: Cerca de cinquenta vagas abertas a cada ano, das quais 1/3 reservadas para militares da Guiné Equatorial

Participação francesa: 3 *coopérants*

## 5 Escolas de Formação Militar Generalista:

Objetivo: Formação de quadros

### 5.1 Escola de Estado Maior (École D'état-Major / EEML) – Libreville (Gabon)

Objetivo: Dispensar uma formação de técnicas de Estado Maior aos oficiais

(Duração do curso: 9 meses)

Estagiários: cerca de 60 a cada ano, dos quais 1/8 do Gabão

Participação francesa: 5 *coopérants*

Site Internet: <http://eeml.defense-nationale.gouv.ga/>

Situada ao sul da capital gabonesa, Libreville, a EEML ocupa desde 2002 a caserna Josephine Bongo que do início dos anos 70 até 1992 abrigava o pessoal feminino do Exército do Gabão. A partir de 1996 se iniciam ali os cursos de oficial de Estado Maior das forças armadas do Gabão. A primeira turma de 28 oficiais-alunos da EEML já como ENVR iniciou seu curso em 4 de fevereiro de 2002. A escola é fruto da cooperação militar franco-gabonesa definida por um “acordo de funcionamento”. Por ele, o Gabão fornece e mantém a infraestrutura, garante o sustento material, médico, de segurança, se responsabilizando por atender as necessidades de comunicações e de energia da escola. Por sua vez, a França assume os custos de suporte à instrução além do apoio financeiro direto dos oficiais-alunos.

### 5.2 Escola Superior Internacional de Guerra (École Supérieure Internationale de Guerre / ESIG) Ex-Curso Superior Conjunto de Defesa (Cours Supérieur Interarmées de Défense / CSID) – Yaoundé (Cameroun)<sup>210</sup>

Objetivo: Dispensar aos oficiais superiores (Terra, Ar, Mar, assim como aos da *Gendarmerie*), um ensino militar conjunto (*interarmées*) de alto nível destinado a lhes conferir um certificado (*brevet*) de curso militar superior de segundo grau (Duração de um ano)

---

210

[http://reffop.francophonie.org/sites/default/files/structures%20de%20formation/presentation\\_esig.pdf](http://reffop.francophonie.org/sites/default/files/structures%20de%20formation/presentation_esig.pdf)



Estagiários: cerca de 40 vagas a cada ano, dos quais 1/5 camaroneses. O objetivo da ESIG para 2015 é de lá cursarem 51 oficiais-alunos e em 2016 esse número alcançar 60

Participação francesa: 5 *coopérants*

Site Internet: <https://esig.cm/>

Criada em 2005 dentro de um acordo bilateral com a França, no primeiro ano cursaram apenas alunos locais, mas no ano seguinte, o então CSID se tornou internacional. Atualmente a escola fica localizada no bairro de Symbock, na capital camaronesa, Yaoundé. Segundo o site da escola, a repartição dos custos de funcionamento permite manter um custo de formação significativamente inferior ao da École de Guerra (EdG) de Paris.

### **5.3 Escola de Aplicação da Infantaria (École D'application de L'infanterie / EAI) – Thiès (Senegal)**

Objetivo: Formar os oficiais subalternos da infantaria (Duração de 6 a 10 meses)

Estagiários: Cerca de sessenta vagas a cada ano, dos quais 1/3 são senegaleses

Participação francesa: 3 *coopérants*

Site Internet: N/A

**Anexo C - Primeiro Acordo Brasil-Namíbia de Cooperação Naval (1994)**

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ENTRE

O GOVERNO DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA

E

O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA

DO BRASIL

O Governo da República da Namíbia (por intermédio do Ministério da Defesa) e o Governo da República Federativa do Brasil (por intermédio do Ministério da Marinha), doravante denominados "Partes",

DESEJOSOS de fortalecer os laços de amizade existentes entre seus dois países;

CONSCIENTES da necessidade de promover todas as formas de cooperação "sul-sul";

RECONHECENDO que seus interesses comuns no Atlântico Sul provêm uma sólida base de cooperação entre ambos;

RECONHECENDO também que o estabelecimento de um relacionamento cooperativo no campo naval promoverá tais interesses; e CONVENCIDOS que tal cooperação lhes permitirá melhor utilizar, em prol do desenvolvimento social e econômico de seus povos, os recursos dos mares e do leito marinho e alcançar os benefícios tecnológicos advindos daí.

ACORDAM O SEGUINTE:

ARTIGO I

As Partes cooperarão entre si, com o objetivo de criar e fortificar a Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia.

ARTIGO II

As Partes estabelecerão uma estrutura de cooperação para monitorar a implementação dos programas específicos acordados e para discutir e planejar etapas futuras da cooperação, conforme esta vá se desenvolvendo e progredindo.

### ARTIGO III

A estrutura de cooperação deverá ser flexível e refletirá as necessidades operacionais dos programas em andamento e os requisitos de planejamento. As alterações em tal estrutura deverão ser implementadas através de troca de correspondência entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Marinha.

### ARTIGO IV

A formação e treinamento de oficiais e praças no Brasil deverá constituir-se na etapa inicial da cooperação.

A seleção do pessoal que constituirá o primeiro grupo deverá estar concluída em seis meses após a assinatura do presente Acordo.

### ARTIGO V

O Ministro da Marinha deverá, por solicitação do Ministro da Defesa, designar um oficial para auxiliar na seleção dos candidatos aos cursos de oficiais e de treinamento de praças no Brasil, tanto para o primeiro grupo como para os grupos subsequentes.

### ARTIGO VI

O Ministério da Marinha deverá, por solicitação do Ministro da Defesa, auxiliar no fornecimento dos bens e serviços listados no Apêndice, o qual constituirá parte integral deste Acordo.

### ARTIGO VII

De modo a facilitar e acelerar o desenvolvimento da cooperação, as Partes encorajarão visitas de representantes autorizados às instalações militares e industriais.

### ARTIGO VIII

As Partes assegurarão, nos termos das legislações e práticas legais vigentes em cada país, a proteção aos direitos de propriedade industrial e ao sigilo das informações classificadas que vierem a ser intercambiadas.

#### ARTIGO IX

As responsabilidades financeiras para a etapa de formação e treinamento do pessoal serão partilhadas da seguinte forma:

(a) O Ministério da Marinha arcará com os custos totais referentes à formação dos oficiais namibianos e ao treinamento das praças no Brasil.(b) O Ministério da Defesa proverá as passagens aéreas Rio-Windhoek-Rio aos oficiais e praças namibianos, bem como lhes fornecerá o dinheiro para despesas pessoais durante sua estada no Brasil.

#### ARTIGO X

Ministério da Marinha arcará com as despesas referentes à remuneração do oficial ou oficiais de ligação e praças que permanecerão em Windhoek a fim de auxiliar e assessorar o Ministério da Defesa nas etapas inicial e subsequentes de cooperação. A determinação da necessidade de tal oficial ou oficiais e praças e as tarefas que lhe serão atribuídas serão objeto de troca de correspondência entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Marinha.

Ministério da Defesa fornecerá ao oficial ou oficiais de ligação e praças um escritório apropriado e acomodações, bem como os meios de transporte necessários ao cumprimento de suas tarefas.

#### ARTIGO XI

A partilha das despesas relativas às etapas de cooperação subsequentes serão definidas em Acordos suplementares mencionados no Artigo XII deste Acordo.

#### ARTIGO XII

Para as etapas de cooperação subsequentes, as Partes redigirão Acordos suplementares que deverão conter, caso necessário, uma completa descrição do programa ou programas a serem implementados, uma definição das responsabilidades atribuídas a cada Parte, inclusive as financeiras, e um cronograma para a execução das atividades acordadas.

#### ARTIGO XIII

Este Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes. As modificações entrarão em vigor após troca de correspondência entre as Partes que especifique a data em que deverão ocorrer.

#### ARTIGO XIV

Este Acordo permanecerá em vigor por um período de cinco (5) anos, após o qual será renovado automaticamente por períodos adicionais de dois (2) anos cada, a menos que denunciado por escrito por qualquer das Partes através de comunicado emitido seis (6) meses antes do término de um desses períodos.

#### ARTIGO XV

Cada uma das Partes se reserva o direito de denunciar, total ou parcialmente, de forma temporária ou permanente, os termos deste Acordo.

#### ARTIGO XVI

A denúncia deste Acordo deverá ser feita por escrito através dos canais diplomáticos e entrará em vigor seis (6) meses após o recebimento da respectiva notificação.

#### ARTIGO XVII

A denúncia não implicará em suspensão das obrigações mencionadas no Artigo VIII deste Acordo nem afetará os programas em execução, a menos que as Partes decidam o contrário.

EM TESTEMUNHO DO QUAL, os abaixo subscritos, estando autorizados por seus respectivos governos, assinam o presente Acordo.

de 1994, em dois exemplares originais, sendo os textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

#### APENDICE

Lista dos bens e serviços que o Ministério da Marinha está pronto a fornecer ao Ministério da Defesa, dentro do escopo deste Acordo de Cooperação Naval entre a República da Namíbia e a República Federativa do Brasil.

1. Execução de um levantamento hidrográfico completo ou atualização dos levantamentos existentes do litoral namibiano, aproveitamento econômico de seu litoral.
2. Implantação de um sistema de auxílios à navegação para prover segurança a essa atividade.
3. Delimitação dos limites do mar territorial e das águas jurisdicionais da República da Namíbia e assistência ao Governo da Namíbia durante as negociações para o estabelecimento das fronteiras laterais marítimas de seu mar territorial e águas jurisdicionais.

4. Determinação das rotas mais seguras para a navegação costeira.

5. Organização, dentro da Ala Naval do Ministério da Defesa, de um Serviço de Patrulha Marítimo, com o propósito de proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em seu mar territorial e águas jurisdicionais, especialmente no que se refere à preservação dos recursos vivos e dos recursos minerais da plataforma continental. Tal serviço deverá, também, garantir a manutenção da lei e da ordem naquelas águas.

6. Provimento de navios apropriados às necessidades da Ala Naval do Ministério da Defesa.

7. Planejamento e desenvolvimento da infraestrutura adequada para sediar e apoiar logisticamente tais navios.

**Anexo D - Segundo Acordo Brasil-Namíbia de Cooperação Naval (2001)**

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E  
O  
GOVERNO DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA SOBRE COOPERAÇÃO NAVAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Namíbia

(doravante denominados "Partes"),

Desejosos de fortalecer os laços de amizade existentes entre seus dois países;

Conscientes da necessidade de promover todas as formas de cooperação "Sul-Sul";

Reconhecendo que seus interesses comuns no Atlântico Sul provêm uma sólida base de cooperação entre ambos;

Reconhecendo também que o estabelecimento de um relacionamento cooperativo no campo naval promoverá tais interesses; e

Convencidos de que tal cooperação lhes permitirá melhor utilizar, em prol do desenvolvimento social e econômico de seus povos, os recursos dos mares e do leito marinho e alcançar os benefícios tecnológicos que daí advêm,

Acordam o seguinte:

## ARTIGO I

Os órgãos executores deste Acordo são a Marinha do Brasil, pela República Federativa do Brasil, (doravante designada como "Parte Receptora") e o Governo da República da Namíbia (doravante designado como "Parte Remetente").

## ARTIGO II

1. As Partes cooperarão entre si, com o objetivo de criar e fortalecer a Ala Naval do Governo da República da Namíbia.

2. A Parte Receptora deverá, a pedido da Parte Remetente, assistir a Parte Remetente a fornecer as mercadorias e os serviços listados no apêndice, apêndice esse que deverá constituir parte integral deste Acordo. A lista poderá ser modificada com o consentimento das Partes conforme consta do Artigo XII deste Acordo.

3. O preço e o modo de pagamento dos bens e serviços a serem fornecidos sob este Acordo deverão ser acordados entre os órgãos executores.

## ARTIGO III

1. Os órgãos executores estabelecerão uma estrutura de cooperação para monitorar a implementação dos programas específicos acordados e para discutir e planejar etapas futuras da cooperação.



2. A estrutura de cooperação deverá ser flexível e refletirá as necessidades operacionais dos programas em andamento e os requisitos de planejamento. Tal estrutura deverá ser definida ou alterada mediante troca de correspondência entre os órgãos executores.

#### ARTIGO IV

O treinamento e a avaliação do pessoal namibiano na República Federativa do Brasil, iniciado a partir de 1994, constituem a primeira etapa da cooperação, cabendo à Parte Receptora arcar com os custos dos cursos iniciados até dezembro de 1998. Para os cursos iniciados a partir de janeiro de 1999, a responsabilidade de arcar com tais custos passa a ser da Parte Remetente. Os custos deverão ser calculados com base nas despesas feitas com treinamento e avaliação, uma vez que os custos relacionados com administração não serão cobrados. Os custos deverão ser pagos anualmente, em data a ser acordada entre os órgãos executores.

#### ARTIGO V

No âmbito do Programa Anual de Intercâmbios, iniciado a partir do ano 2000, desvinculadamente do programa de formação de pessoal, as solicitações anuais e as aceitações dos oferecimentos de pessoal pela Parte Receptora deverão ser encaminhadas pela Parte Remetente à Missão Naval do Brasil na República da Namíbia até o dia 1o de setembro do ano anterior ao início do Programa. A confirmação dos eventos incluídos no Programa será informada pela Parte Receptora até 15 de novembro do ano anterior ao Programa.

#### ARTIGO VI

À Parte Remetente caberá prover passagens aéreas aos oficiais e praças namibianos escalados para cursos ou estágios, bem como soma de dinheiro adequada para o custeio das despesas pessoais durante a estada no Brasil.

## ARTIGO VII

A Parte Receptora, por solicitação da Parte Remetente, designará um oficial da Marinha do Brasil para auxiliar na seleção dos candidatos aos cursos e estágios a serem realizados no Brasil.

## ARTIGO VIII

De modo a facilitar e acelerar o desenvolvimento da cooperação, as Partes encorajarão visitas de representantes autorizados às suas instalações militares e industriais.

## ARTIGO IX

1. As Partes se comprometem a proteger informações confidenciais e os direitos de propriedade industrial, aos quais venham a ter acesso no quadro deste Acordo, em conformidade com suas leis nacionais e regulamentos.

2. Quaisquer equipamentos e/ou conhecimentos recebidos na implementação deste Acordo não poderão ser transferidos, divulgados ou distribuídos, seja direta ou indiretamente, em base temporária ou permanente, a terceiras partes ou pessoas não-autorizadas e entidades, sem o prévio consentimento por escrito da Parte de onde se originaram.

## ARTIGO X

1. A Parte Receptora designará um oficial para ser o Chefe da Missão Naval Brasileira na Namíbia, com equiparação e reconhecimento diplomático de Adido Naval, ou oficiais de ligação, como substitutos diretos, com reconhecimento diplomático equivalente ao Chefe da Missão Naval Brasileira, e praças que permanecerão em Windhoek, a fim de manter a ligação entre as Partes, com vistas à implementação e ao aprimoramento do Acordo de Cooperação Naval e dos Ajustes Complementares dele decorrentes.

2. A Parte Receptora pagará os salários do Chefe da Missão Naval, dos oficiais de ligação e praças. A determinação da necessidade do Chefe da Missão Naval, oficiais de ligação e praças, e as tarefas que lhes serão atribuídas, deverão ser objeto de troca de correspondência entre as Partes.

3. A Parte Remetente fornecerá ao Chefe da Missão Naval Brasileira ou oficiais de ligação e praças escritório apropriado e acomodações, bem como os meios de transporte para o desempenho de suas funções oficiais.

## ARTIGO XI

Para estágios subsequentes de cooperação serão celebrados Ajustes Complementares pelas Partes, os quais conterão, se necessário, descrição do programa ou programas a serem implementados, definição de responsabilidade de cada uma das Partes e um calendário para a execução das atividades acordadas.

## ARTIGO XII

Este Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes. As modificações entrarão em vigor mediante troca de notas entre as Partes especificando a data de entrada em vigor de tal modificação.

### ARTIGO XIII

1. Este Acordo entrará em vigor ao se completarem as formalidades legais internas em ambas as Partes.

2. Este Acordo terá vigência de 2 (dois) anos, podendo ser automaticamente renovado por sucessivos períodos de 2 (dois) anos, a menos que seja denunciado por uma das Partes, conforme previsto no Artigo XIV.

### ARTIGO XIV

1. Cada uma das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação à outra Parte, por via diplomática. A denúncia terá efeito 6 (seis) meses após a data da respectiva notificação.

2. A denúncia não afetará as obrigações assumidas no Artigo IX deste Acordo, nem os programas em execução, a menos que as Partes decidam em contrário.

### ARTIGO XV

1. Cada uma das Partes poderá suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo, mediante notificação à outra Parte, se as circunstâncias assim o exigirem.

2. A suspensão não afetará as obrigações assumidas no Artigo IX deste Acordo nem os programas em execução, a menos que as Partes decidam em contrário.

### ARTIGO XVI

A partir de sua entrada em vigor, o presente Acordo substituirá o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, assinado em Windhoek, em 4 de março de 1994.

Em fé do que, os subscritos, estando devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito em Windhoek, em 3 de dezembro de 2001, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL

Orlando Galvêas Oliveira

Embaixador

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA

DA NAMÍBIA

Erastus Negonga

Secretário-Permanente do Ministério da Defesa

APÊNDICE

A Marinha do Brasil se propõe a fornecer ao Governo da República da Namíbia os seguintes bens e serviços no quadro deste Acordo de Cooperação:

1. Assistir na organização, no âmbito da Ala Naval do Governo da República da Namíbia, de um Serviço de Patrulha Marítima, para proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em suas águas internas, mar territorial e zona econômica exclusiva, especialmente no que se refere à proteção dos recursos vivos e minerais da plataforma continental;

2. Embarcações capazes de satisfazer às necessidades da Ala Naval do Governo da República da Namíbia;

3. Assistir no planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações.

**Anexo E - Entrevista Cte Emilson PAIVA de Faria, CMG (RM1),**

O CMG (RM1) Paiva foi entre janeiro de 1997 a dezembro de 2000 e, novamente, de agosto de 2003 a agosto de 2011, Ajudante e Chefe da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. De janeiro 2002 a agosto de 2003 ele foi o Chefe da Divisão de Inteligência Estratégica do EMA e de agosto de 2011 até presente data, Ajudante e Chefe da Divisão de Relações Internacionais do EMA.

1) A despeito das diversas ocasiões de ocorrências de declarações públicas do Comandante da Marinha, do Ministro da Defesa e dos Presidentes da República em discursos e declarações conjuntas enfatizando a importância do treinamento de militares estrangeiros pelas FFAA brasileiras, as referências explícitas a isso na END e na PND aos programas de treinamento de militares estrangeiros são discretas e pouco detalhadas. Existe algum outro documento (seja no nível presidencial, do Ministério da Defesa ou do MRE) que normatize este tipo de atividade de forma compreensiva elencando papéis dos diversos órgãos governamentais além de metas e objetivos estratégicos a serem atingidos, orçamentos, etc.

R – Não conheço. Entendo que não há uma publicação permanente contendo orientações em qualquer nível sobre as atividades de RI das FFAA brasileiras. Existem documentos específicos, atas, relatórios, acordos bilaterais ou multilaterais de reuniões entre representações do MD do Brasil e de países amigos.

2) Já existe algum órgão no MD que coordene a formação militar dos alunos estrangeiros no Brasil?

R – Não há. A Subchefia de Assuntos Internacionais, do EMCFA, efetua a coordenação das Forças Armadas com a ABC<sup>211</sup>/MRE para que esta custeie a estadia dos militares estrangeiros que realizam cursos no Brasil.

3) A decisão das FFAA brasileiras de se engajar em treinamento de militares estrangeiros é algo definido unilateralmente pelas próprias forças singulares?

---

<sup>211</sup> Agência Brasileira de Cooperação

R – Há a orientação genérica do MD para que as FFAA priorizem e atendam dentro de suas possibilidades a formação ou adestramento de militares estrangeiros no Brasil, com prioridade para América do Sul e África Ocidental. Mas as FFAA têm autonomia para fornecer estes cursos, mesmo porque as marinhas estrangeiras pagam por estes cursos à MB.

4) Como a redução ou mitigação dos custos é uma necessidade num ambiente de recursos limitados, já existem estudos para a realização de operações triangulares com grandes empresas nacionais interessadas em negócios na África para viabilizar programas de desenvolvimento das FFAA africanas através de parcerias com as forças armadas brasileiras? (Exploração de petróleo/”conta petróleo” e minerais ou serviços de engenharia, por exemplo, uma prática comumente usada pela China naquele continente.)

R – Não há qualquer ação neste sentido e dificilmente haverá, porque as empresas brasileiras sabem que os países da África têm pequeno poder de compra e quando tem, as empresas dos países desenvolvidos oferecem melhores condições técnicas e financeiras para a efetivação do negócio.

5) Desde quando o Brasil tem um “catálogo de cursos” para oferecer às FFAA dos países amigos. Cursos das três forças compõem este catálogo ou ele ainda é algo exclusivo da MB?

R- O CENPEM existe desde o final da década de 1990, não consegui descobrir o ano da 1ª edição (o CF Esteves da Subchefia de Logística é o responsável pelo CENPEM). O CENPEM é exclusivo da MB. Acho que as demais FFAA têm algo semelhante, mas não tão completo como o da MB. Parece-me que o do EB não tem os custos.

6) Os países da costa ocidental da África são percebidos como igualmente importantes para todas as FFAA brasileiras, ou existem entendimentos divergentes quanto a isso?

R- Não posso responder pelo EB e pela FAB. A MB atribui a mesma prioridade aos países da América do Sul e da África Ocidental. Acho que as demais FFAA têm pensamento diferente. Basta ver o histórico de ações do EB e da FAB para com esses países.



7) Quais são as barreiras reais à expansão da formação de militares de países africanos pelas FFAA brasileiras?

R – São os custos envolvidos pessoais (como pagamento de remuneração no exterior, passagens aéreas, etc) e institucionais (pagamento do custo do curso – não há curso com custo zero), língua, interesse que o país amigo tenha em que seus militares sejam formados pela MB.

8) Existe nas FFAA brasileiras, no MD ou no Estado Brasileiro um entendimento formal sobre os benefícios estratégicos e geopolíticos do Brasil gastar dinheiro com este tipo de treinamento militar de alunos estrangeiros?

R – Institucionalmente, percebe-se que há este entendimento no MD e no MRE, mas que não é concretizado com ações efetivas do governo brasileiro, como por exemplo, a MB custeou a formação de militares da Marinha da Namíbia por 10 anos.

9) Existe nestas áreas entendimento comum sobre os benefícios e contrapartidas econômicas e geopolíticas que esperamos em troca destes treinamentos?

R – Sim, mas a intensidade e relevância varia de instituição para instituição e de autoridades, mesmo dentro uma FA.

10) A alavancagem da exportação de material militar é uma das áreas vistas como prioritárias para se obter retorno desse engajamento de treinamento militar nos países africanos? Os mecanismos estabelecidos pós-END para apoiar as exportações da Indústria de Material de Defesa nacional interagem de forma estruturada com os programas de treinamento militar brasileiro voltados para países africanos?

R – Não há dúvida que todos os mecanismos estabelecidos pós-END para apoiar as exportações da Indústria de Material de Defesa nacional foram benéficos. A MB identifica como prioritária essas exportações. Há interação como necessária entre as indústrias e a MB, mas são pouquíssimas as ações que se concretizaram. Este não é o problema. O principal problema é que as empresas dos países desenvolvidos oferecem melhores condições técnicas e financeiras para a efetivação do negócio do que as empresas brasileiras.

11) Quais as perspectivas de ampliação futura da parceria para treinamento de militares estrangeiros pelas FFAA brasileiras?

R – Visualizo que são piores do que há cinco anos, devido às restrições orçamentárias que as FFAA do Brasil estão passando. Mas estimo que a médio e longo prazo deva se expandir, pelos dois lados estarem interessados nesta parceria e que provavelmente superarão as restrições orçamentárias.

12) O que teria que mudar no modelo adotado atualmente para permitir o crescimento e expansão destes programas de treinamento militar.

R- No Brasil, maior conscientização das autoridades diplomáticas da relevância para os países amigos da formação de militares pelas FFAA do Brasil. Penso, particularmente, que de maneira geral, os diplomatas brasileiros percebem que a área militar não deve ser priorizada em relação às demais do setor governamental, ao contrário, justamente pela “rixa” antiga e enraizada nessas mentes de que as FFAA só atuam depois do esgotamento da diplomacia. O MRE atua mais em reação aos pedidos dos países amigos do que por iniciativa própria, em relação aos aspectos militares. Um pedido de uma Marinha estrangeira, enviado pelo MRE de seu país ao Itamaraty tem muito maior força do que uma sugestão da MB ao governo brasileiro para qualquer tipo de apoio ou cooperação. Os diplomatas brasileiros são corporativistas. Vou mais além, estão mais preocupados nos seus interesses, inclusive naqueles decorrentes da política interna, do que nos interesses do Brasil. É a minoria que penda diferente.

13) Historicamente, o Brasil tem uma longa história de receber pequenos números de oficiais estrangeiros nos cursos de estado maior da EGN e de outras escolas militares superiores. O projeto da Namíbia inovou ao levar o treinamento militar, agora em grande escala, também nas demais escolas como a Escola Naval, CIAW e CIAA. Houve alguma avaliação interna sobre os benefícios ao Brasil de se envolver no treinamento mais básico destes militares no que tange a solidificação das relações binacionais e militar-militar com estes países.

R- A MB recebe número relevante de oficiais estrangeiros para o C-EMOS, cerca de 10 a 12 por ano. Não houve uma avaliação objetiva e sistemática, mesmo porque é de difícil medição. Mas penso que houve benefício para o País, mas que talvez somente seja percebido em longo prazo.

14) O acompanhamento do progresso de carreira dos “Alumni” estrangeiros formados nas escolas brasileiras é realizado de forma consistente pelo MRE, MD ou pelas FFAA brasileiras?

R – Não é, e não há como fazer. Este é um problema exclusivo das demais Marinhas. Para executar isto, teria que se imiscuir em assuntos internos de cada Marinha. A MB nunca faria isto e provavelmente nenhuma aceitaria tal intromissão.

15) Devido ao idioma comum, o canal natural de engajamento do Brasil com a África é a CPLP, havendo inclusive o exercício Felino e os encontros regulares de comandantes das Marinhas dos países da CPLP. No entanto, o principal caso de parceria militar-militar que existe atualmente é com a Namíbia, um país que não fala português. Com a exceção de Angola, e de até certo ponto Moçambique, os demais países, africanos e asiático, da CPLP estão entre os mais carentes dos seus continentes. Este fato naturalmente reduz sua capacidade de investimento em defesa e em programas de desenvolvimento de seu pessoal militar. Sob esta ótica nossos programas de cooperação de treinamento militar não deveriam estar direcionados a Angola e a outros grandes países não-lusofônicos?

R- Primeiro, há que se saber se Angola e os outros grandes países não-lusofônicos querem, estão dispostos e têm recursos para tal. A história de Angola, apesar de ser país da CPLP, vem de outra direção. A primeira barreira é da língua. Poucos países têm a visão de longo prazo como a Namíbia teve de pedir e aceitar a cooperação de uma Marinha de língua portuguesa. Outra questão é que a MB não tem recursos para bancar uma cooperação similar a da feita para a Namíbia, na década de 90. Os tempos são outros. Não se pode esquecer que os países desenvolvidos e os colonizadores da África também tem o mesmo interesse e têm muitos mais recursos do que a MB. A luta é desbalanceada. É muito difícil, ou quase inútil, competir com as indústrias de defesa e naval dos EUA, França, Reino Unido, Itália, Espanha, etc.

**Anexo F - Entrevista Cte Robson Esteves, (CF), Subchefia de Logística do EMA**

1) Como tem evoluído ao longo dos últimos dez anos o número de países que envia estudantes militares ao Brasil. Quantos deste só enviam oficiais alunos para os cursos da EGN e quantos enviam alunos para a Escola Naval.

R) O problema que temos são números de vagas oferecidas, pois a oferta é menor que a procura; porém já disponibilizamos 29 vagas para Marinhas Amigas na EN (nos cinco anos).

2) Quantos países mandaram praças nos últimos dez anos para treinamento militar básico e/ou especialização no Brasil

R) 25 países

3) Quais são as tendências em relação à demanda de treinamento militar pelos países amigos nos últimos dez anos?

R) Aprendizagem militar e bom relacionamento com ambiente de amizade.

4) Como é o processo para a solicitação de envio de estudantes estrangeiros para as escolas militares da MB.

R) Solicitação realizada pelos Adidos das Marinhas Amigas ao Estado-Maior da Armada, e este à OM (organização militar) que aplica os cursos.

5) A receita com o treinamento de alunos militares estrangeiros é significativa atualmente? Ou se trata apenas de um mecanismo para ressarcir os custos operacionais?

R) Se pensamos em receita, nós temos prejuízo, porém o lucro com a amizade e companheirismo ao longo dos anos compensa qualquer prejuízo.

6) Qual o *opinião* que os países que enviam alunos militares ao Brasil fazem dos cursos oferecidos pela MB?

R) Agradecem pela gentileza e amizade oferecida.

7) Existe alguma política pré-estabelecida para lidar com alunos estrangeiros que se vejam em situação de ilegalidade perante as leis brasileiras? Sexo com menores de idade, brigas familiares, etc? Os alunos são considerados “corpo diplomático” (dispondo de imunidade diplomática) enquanto estudam no país?

R) Eles são levados para os seus respectivos Adidos Militares no Brasil.

8) Já se discutiu dentro da MB ou do MD (até aqui) algum tipo de contrato do tipo SOFA (*Status of Forces Agreement*) no caso dos alunos estrangeiros presentes no Brasil?

R) Não observado.

9) A MB reprova alunos estrangeiros que por acaso fracassem em matérias não técnicas, ou não operacionais como Português, cálculo, etc?

R) - SIM, porém a EN já oferece um curso preparatório de português, matemática e física para quem deseja estudar antes do início de cursos oferecidos a Marinhas Amigas.

10) Quais são as matérias normais dos cursos brasileiros que não são cursados pelos alunos estrangeiros?

R) Todos os cursos oferecidos as Marinhas Amigas encontram-se no CENPEM -2015( Catálogo de Cursos e Estágios do Ensino Naval Destinados a pessoal Extra-Marinha)

11) O programa de formação de alunos estrangeiros já foi alterado de alguma maneira por solicitação dos países que enviam alunos?

R) Não observado.

12) Qual o limite prático para a expansão do número de alunos militares estrangeiros estudando no Brasil?

R) é determinado por cada escola o limite máximo de alunos estrangeiros. Depende de cada OM e cada curso oferecido, de maneira que tenhamos disponibilidade para mais de uma Marinha Amiga.

13) É comum a montagem de cursos especialmente para educar alunos estrangeiros, sem a presença de alunos brasileiros junto?

R) Não, porém temos curso específico para os estrangeiros como é o caso do Curso de Formação de Oficiais para Marinha Amigas (CFOMA) e o Estágio de Adaptação Acadêmica de Alunos Estrangeiros (EST-AE).

**Anexo G - Entrevista Coronel de Reboul, Exército Francês. Diretor África subsaariana na DCSD/MAE (texto original em inglês)**

O Colonel Bertrand de Reboul é o atual Chef de mission Afrique subsaharienne (DGP/AFS) na Direction de la Coopération de Sécurité et de Defense (DCSD) do Ministère des Affaires Étrangères et du Développement International da França.

1) I understand France pays for the salaries of its cooperants working in the Africa-based ENVR, does the French government pay for any other costs (one-shot or recurring) in this program besides that?

R) France also pays for some equipment and infrastructure for the ENVR. However, with the years, the DCSD allows less money for infrastructure. This being taken into account by the owning country itself.

2) Does France pay for the initial construction/refurbishment of the schools or for its physical regular maintenance and upkeep in any of the countries?

R) This depends on the ENVR. A large majority of them are being hosted in existing military compounds and buildings. Usually, France would pay for some minor adaptation of the infrastructure or the equipment of some special device (computer rooms for example).

3) Since the military profession demands an immense number of knowledges and skills, do the number of courses in the ENVR grow each year?

R) No, the number of courses tend to remain the same. What tends to evolve is the number of students attending the courses. This number can grow depending on the priority given to the formation and the capacity of the ENVR to host more trainees.

4) How many years has it taken to be able to replace original French instructors on the ENVR by African military instructors?

R) The ENVR concept was born in 1997 and, from the start, African instructors have been teaching trainees, this with the help of French specialists in some specific domains (like

in operational logistics for example). Looking at numbers, the trend is to remove the French instructors and have the Africans take the lead in every domain.

5) I know you had Brazilian Army instructors in the demining ENVR some time ago. If I'm correct their goal was to teach African Portuguese-speaking students in these subjects. Doesn't that contradict the well developed concept of adding greater value to French as a global military learning language?

R) Yes, one of the goals of the DCSD is to spread the use of French and of the French expertise. But the DCSD and the ENVR also take into account the reality of the African countries, who sometimes don't speak French. This is why some courses are in other languages than French. But if the English or Portuguese-speaking trainee wants a formation of higher value or expertise, he will look towards going to France to attend more complete courses (War College for example). For this, he will have to speak French.

6) Can you give me the big numbers for the period 2011-2015 for a) French government total ENVR-related funding b) Total ENVR funding (including host nation and third party like for instance the EU countries, US, etc.), c) Total number of students graduating from the ENVRs per year? This simple table alone would allow me a perfect comparison emphasizing the superiority of the ENVR concept.

R) a) Every year, 4 million € are invested in the ENVR by the DCSD.

b) around 2200 trainees graduate from the ENVRs every year.

7) The Partenaires magazine #268 mentions a 10 million euro/ year French expenditure on ENVR, you said 4 million, which of these numbers is correct?

R) Both numbers are correct. 4 million euros [is the amount] only dedicated to formation. [It is] 10 million when taking into account formation and salaries and budget dedicated to the living of the French military serving in the ENVRs.

8) I understand the ENVRs are created through a bilateral defence agreement signed between France and host countries is signed. With this in mind: a) are all ENVR bilateral agreements similar in form and cost-division process between France and the African country hosting it? b) Is any of these ENVR set up agreement publicly available? Can I get the copy of one of them to subsidise my thesis?

R) a) Yes, the agreements are set on the same pattern. Though some are more specific. For example, the ENVR (PANVR in Cameroon), which was dedicated to light aviation, had some jurisdictional contents, regarding the flight security questions for the students.

b) I can't give you a copy of one of them.

9) I understand that the host countries pay for all the foreign students studying in its schools because their own students studying in the other ENVRs are paid for by the other African host nations. Is this correct?

R) In fact, France pays for everything for the trainees going to the ENVRs (including their transport). France also pays for the trainees of the country hosting an ENVR.

10) If so, how is the accounting (like a "military training cost clearing house") done each year to make sure every host countries expenses are equal in between them?

R) We don't proceed like this. We focus more on the need of the countries and not total equality between ENVRs.

11) How many African military/police students still go to France for courses today?

R) Between 500 and 600 per year. In 2015, 570 African students came to France.

12) ENVR partner countries must have their own internal training schools directed exclusively to local students. Is there a broad understanding to what training areas and/or topics are to be done in the local national schools and what are better done on the ENVR network?



R) Every country is independent and has its own defense and security formation policy and goals. And the ENVR global policy takes into account the national schools in the different countries and the regional needs to tailor the offer provided in the ENVRs.

13) ENVRs, specially the Bamako Peacekeeping School, have increasingly evolved into full multinational operations today. Does France have an Idea on how Brazil ideally might work together with France in Africa regarding the training of African military personnel?

R) The Bamako peacekeeping school isn't a ENVR. It's an international school. May be Brazil can create such school but on new domains.

14) You mentioned the Bamako Peacekeeping School was not an ENVR but an international school instead, the same issue of Partenaires dedicated to the ENVRs talks about the EMP Bamako as still an ENVR, although it declares that it exists "under international statute", please enlighten me on this schools specific legal status.

R) There is a mistake in the translation of the French text on the EMP. The correct sentence is "ENVR at its inception, it is henceforth under international status".

**Anexo H - Tradução do autor do inglês para o português da entrevista do Coronel de Reboul do Exército Francês - Diretor África Subsaariana na DCSD/MAE**

O Coronel Bertrand de Reboul é o atual Chef de mission Afrique subsaharienne (DGP/AFS) na Direction de la Coopération de Sécurité et de Defense (DCSD) órgão do Ministère des Affaires Étrangères et du Développement International da França.

1) Eu entendo que a França paga os salários dos seus *cooperants* que trabalham nas ENVRs baseadas na África, além disso o governo francês arca com qualquer outro custo (independente se pontual ou recorrente) neste programa?

R) A França também paga por parte do equipamento e da infraestrutura das ENVRs. No entanto, com o passar dos anos a DCSD vem orçando cada vez menos dinheiro para a infraestrutura. Isto vem [paulatinamente] sendo assumido pelo país proprietário da ENVR.

2) A França paga pelos custos de montagem inicial/reforma e de manutenção física das escolas em qualquer um dos países africanos?

R) Isso depende de cada ENVR. Em sua grande maioria, elas foram estabelecidas em quartéis e edifícios pré-existentes. Normalmente a França pagaria por adaptações menores da infraestrutura ou para a aquisição e instalação de equipamentos especiais (os laboratórios de informática, por exemplo).

3) Como a profissão militar demanda um imenso número de conhecimentos e habilidades técnicas, o número de cursos das ENVR deve se expandir ano após ano?

R) Não, o número de cursos tende a permanecer constante. O que deve evoluir é o número de alunos matriculados neles. Este número deve crescer de acordo com a prioridade dada ao processo de formação militar e da capacidade de cada ENVR para abrigar mais alunos.

4) Quantos anos foi necessário para poder substituir os instrutores franceses originais por instrutores militares africanos?

R) O conceito das ENVR nasceu em 1997 e, desde o início, instrutores africanos vem treinando os alunos, isso com o apoio de franceses especialistas em algumas áreas específicas (como, por exemplo, a logística operacional). Olhando para os números a tendência para o futuro é a saída dos franceses com a passagem para uma liderança africana em todos os setores.

5) Instrutores do Exército Brasileiro deram aulas na ENVR de desminagem há algum tempo atrás. Se entendi corretamente, o objetivo deles seria ensinar a alunos oriundos dos países africanos de língua portuguesa naquele tema. Isso não contradiz o conceito bem desenvolvido de valorizar o idioma francês como importante língua global de aprendizado militar?

R) Sim, um dos objetivos da DCSD é o de ampliar o uso do idioma francês e da experiência militar francesa. Mas a DCSD e as ENVRs também levam em conta a realidade dos países africanos, países que muitas vezes não falam francês. É por esta razão que alguns dos cursos das ENVR são realizados em línguas diferentes do francês. Mas se um aluno de fala inglesa ou portuguesa quiser uma formação de maior valor ou mais especializada, ele buscará ir à França para participar de cursos mais completos (como o da École Militaire, por exemplo). Para isso ele terá que falar francês.

6) O Sr. poderia me passar os grandes números para o período 2011-2015 para a) orçamento total do governo francês relacionado às ENVR; b) Orçamento total das ENVR (incluindo os países sede e terceiros, os países da UE, EUA, etc.), c) Número total de alunos formados pelas ENVRs por ano? Essa tabela simples bastará para que eu realize uma comparação perfeita enfatizando a superioridade do conceito das ENVR.

R) a) A cada ano, €4 milhões são investidos nas ENVR pela DCSD.

c) Cerca de 2200 alunos se formam nos cursos das ENVRs por ano.

7) A revista da DCSD, "*Partenaires*" na sua edição número 268 menciona um investimento francês de €10 milhões por ano nas ENVR, o Sr. disse na resposta acima que o número era de €4 milhões, qual destes números é o correto?

R) Ambos estes números estão corretos, €4 milhões [é o valor] dedicado unicamente à formação dos alunos. [Isso vira] 10 milhões quando levamos em conta [não somente] a formação [mas] também os salários e os gastos de custo de vida dos militares franceses que servem nas ENVRs.

8) Entendo que as ENVRs são criadas através da assinatura de acordos bilaterais de defesa entre a França e os países onde as escolas serão abrigadas. Com isso em mente: a) todos os acordos bilaterais apresentam forma e termos de divisão de custos entre a França e o país africano que a abriga? b) Algum dos acordos de estruturação estaria publicamente disponível? Neste caso eu poderia receber uma cópia dele para subsidiar minha dissertação?

R) a) Sim os acordos são montados neste mesmo padrão. Mas existem alguns que são ainda mais específicos. Por exemplo, a ENVR (PANVR in Cameroon), que é dedicada à aviação leva tem algum conteúdo “jurisdicional”, como o que é ligado à segurança de voo para os alunos.

b) Não é possível ceder uma cópia de um desses documento.

9) Os países anfitriões (onde ficam localizadas as escolas ENVRs) pagam os gastos dos alunos estrangeiros que estudam nas suas escolas porque seus próprios estudantes tem seus gastos pagos pelas outras ENVRs nos demais países. Isso é correto?

R) Na realidade, a França paga todos os gastos para os alunos que cursam as ENVRs (incluindo seu transporte). A França também paga pelos alunos do próprio país que abriga a ENVR.

10) Existe algum sistema de contabilidade criado para equalizar os gastos dos diversos países da rede ENVR (como uma “caixa de compensação de custos de treinamento militar” realizada anualmente para garantir que os gastos dos diversos sejam iguais entre os países?

R) Nós não trabalhamos assim, nós focamos mais nas necessidades dos países do que na igualdade total entre as ENVRs.

11) Quantos alunos militares e policiais africanos ainda vão à França para estudar nas suas escolas?

R) Entre 500 e 600 alunos por ano. Em 2015, 570 estudantes africanos estudaram na França.

12) Os países que abrigam as ENVR devem ter suas próprias escolas de treinamento interno direcionadas exclusivamente aos estudantes locais. Existe algum entendimento amplo sobre que áreas ou tópicos do treinamento militar são mais bem realizadas nas escolas locais e quais devem ser realizadas nas escolas locais do que na rede ENVR?

R) Cada país é independente e tem sua própria política e objetivos de treinamento de defesa e segurança. A política global das ENVR leva em conta as escolas nacionais dos diversos países e as necessidades regionais para customizar a oferta de currículo incluída em cada ENVRs.

13) As ENVRs, em especial a Escola de Manutenção da Paz (EMP) de Bamako, têm crescentemente evoluído na direção de se tornarem operações plenamente multinacionais. A França tem alguma visão de como o Brasil poderia hipoteticamente trabalhar junto com ela na África no que tange o treinamento de pessoal militar?

R) A Escola de Manutenção não é uma ENVR. É uma escola internacional. Talvez o Brasil possa criar uma escola assim, mas focada em novas áreas e especialidades.

14) Dizer que a Escola de Manutenção da Paz de Bamako não é uma ENVR, mas sim uma “escola internacional” não conflita com o conteúdo da revista *Partenaires* dedicado às ENVRs? Lá o artigo trata dessa escola como se ainda fosse uma ENVR, ainda que seja ressaltado que ela se encontra “sob um estatuto internacional”. Qual o status legal particular da EMP Bamako?

R) Existe um pequeno erro na tradução do francês para o inglês no texto referente à EMP na revista. EMP. A frase correta deveria sido: “ENVR no seu início, ela se encontra desde então sob um status internacional”.

## **Anexo I - Entrevista VA Rodrigo de Honkis, Diretor Técnico Comercial da EMGEPRON**

1) Porque a EMGEPRON se envolve apenas com um grupo limitados de cursos dirigidos a alunos estrangeiros do Sistema de Educação Naval (SEM) e não com sua totalidade?

R) Atualmente a EMGEPRON se envolve primariamente com o Curso de Formação de Oficiais de Marinha Amigas (C-FOMA) que é ministrado no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW). Este é um curso novo com 18 meses de duração cuja segunda turma acaba de se formar no dia 16 de fevereiro de 2016. A EMGEPRON tem uma ligação muito estreita com a Marinha de Angola e em função disso negociou o envio de oficiais angolanos para serem formados no Brasil, antes mesmo do C-FOMA ser incluído e precificado no Catálogo de Cursos e Estágios do Ensino Naval para Pessoal Extra Marinha (CENPEM).

Outro fator importante, é que normalmente os cursos prestados a pessoal extra-Marinha são pagos através de boleto bancário gerando depósito na conta do Fundo Naval. Este fundo, até o governo Fernando Henrique gerava um montante de dinheiro extra-orçamentário sobre qual a Marinha tinha poder discricionário, e o usava para custear uma série de atividades e programas. Daquele ponto em diante o Fundo Naval passou a ser tratado como fundo orçamentário e se perdeu a flexibilidade de emprego do dinheiro. Adicionalmente o valor acumulado no Fundo Naval não mais será abatido do orçamento anual da Marinha do Brasil. Ao passar um curso do SEM a ser gerenciado através da EMGEPRON recupera-se este aspecto extra-orçamentário que existia anteriormente. Nesse momento existe um grupo de trabalho estudando as oportunidades e consequências da migração de todos os cursos extra-Marinha remunerados do Fundo Naval para a EMGEPRON.

2) Qual o perfil do C-FOMA atual

R) Este curso foi desenhado para atender às necessidades da Marinha de Guerra de Angola. Na primeira turma havia 12 angolanos e 19 namibianos, já a segunda era composta por três oficiais saotomeanos e 15 angolanos. Os saotomeanos vieram ao Brasil com bolsa oferecida pela MB enquanto Angola e a Namíbia pagaram pelos cursos dados aos seus militares. Os alunos do C-FOMA ficam hospedados e se alimentam no rancho do próprio CIAW.

3) Além do C-FOMA, existe algum outro curso da MB sendo gerido pela EMGEPRON?

R) Estamos começando ainda nessa atividade nessa área, mas nós coordenamos também os alunos angolanos que vêm ao Brasil para cursar a pós graduação em ciências marítima (PPGEM) da Escola de Guerra Naval (EGN).

**Anexo J - Entrevista Cte Sergio Cysne (CF), Subchefia de Assuntos Internacionais do EMCFA no MD**

1) Os cursos abertos para as nações amigas são atualmente pagos por estas marinhas. Isso indicaria que não existe restrição orçamentária brasileira para a expansão do número de alunos militares estrangeiros?

R) Não há correlação entre essas situações. Existem restrições para cursos custeados pela parte brasileira, conforme comentei em nossa primeira conversa. O pagamento pelas nações amigas é decisão destas, em cotejamento com suas capacidades financeiras e, no caso da MB, com os valores dos custos apresentados.

Em tese, não haveria restrição orçamentária para cursos custeados por nações amigas, mas, poderia haver restrição Física /Logística para a quantidade de vagas, independente de quem paga a conta....

2) Apesar das diversas ocasiões de ocorrências de declarações públicas do Comandante da Marinha, do Ministro da Defesa e dos Presidentes da República em discursos e declarações conjuntas enfatizando a importância do treinamento de militares estrangeiros pelas FFAA brasileiras, as referências explícitas a isso na END e na PND aos programas de treinamento de militares estrangeiros são discretas e pouco detalhadas. Existe algum outro documento (seja no nível presidencial, do Ministério da Defesa ou do MRE) que normatize este tipo de atividade de forma compreensiva elencando papéis dos diversos órgãos governamentais além de metas e objetivos estratégicos a serem atingidos, orçamentos, etc.

R) A Base das ações de Cooperação são os Acordos-Quadros de Cooperação em matéria de Defesa, sejam esses assinados pelo Presidente da República, MD ou MRE e Ratificados pelo Congresso Nacional..

No âmbito interno do MD, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 8º do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, O Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, expediu a Instrução Normativa Nr 1/SCO/SCAI/CAE/EMCFA-MD, de 9 de fevereiro de 2012, que estabelece os procedimentos a serem cumpridos por ocasião das Reuniões de Cooperação Internacional, no âmbito do Ministério da Defesa (MD). Lá encontram-se os conceitos e procedimentos para execução....



3) Além de treinamento para alunos de forças armadas de países amigos, quais as demais atividades que fazem parte da sua área no MD?

R) Cooperação Militar Internacional com outros países, entendida como o Mecanismo pelo qual um país ou uma Instituição promove o Intercâmbio de Experiências bem sucedidas e de Conhecimento Técnico, Científico, Tecnológico e cultural, e de recursos físicos/financeiros, mediante a implementação de programas e projetos com outros países ou organismos internacionais.

A cooperação desenvolve-se sob as seguintes formas gerais:

Técnico-Militar- Melhorar a capacitação técnico-profissional do MD e das Forças Armadas de países em desenvolvimento.

Prioridades: América do Sul e África (especialmente CPLP)

Principais Atividades: Doações de materiais militares; Capacitação de recursos humanos; Assistência técnica em Defesa; Outros temas de interesse da Defesa

Bilateral - Formar parcerias para desenvolvimento conjunto em temas de interesse da Defesa e das Forças Armadas.

Prioridades: 1. Desenvolvimento em C&T de Defesa; 2 Projetos conjuntos; 3. Fomento à Indústria de Defesa; 4. Trocas de experiências.

Principais Atividades: Reuniões Bilaterais e Conversações entre Estados-Maiores

4) A decisão das FFAA brasileiras de se engajar com o treinamento de militares estrangeiros é algo definido unilateralmente pelas próprias forças singulares?

R) As atividades de cooperação militar internacional podem ser iniciadas por determinação presidencial, por iniciativa do MD, mediante consulta das Forças Singulares ou por meio de propostas de cooperação encaminhada pelo Estado interessado pela via diplomática, por intermédio dos Adidos Militares Estrangeiros no Brasil ou Brasileiros no Exterior. De forma geral, não há restrições para as iniciativas propostas em relações bilaterais diretas entre as Forças singulares dos países parceiros (Exército X com Exército Brasileiro)

5) Os parceiros estrangeiros podem optar por pagar os custos do treinamento militar de seu pessoal usando ativos não-monetários? Já estudamos a realização de operações triangulares com grandes empresas nacionais interessadas em negócios na África para viabilizar programas de desenvolvimento das FFAA africanas com uma parceria tocando as forças armadas brasileiras? (Exploração de petróleo/"conta petróleo" e minerais ou serviços de engenharia, por exemplo, uma prática comumente usada pela China naquele continente.)

R) Não existe esse Modelo de financiamento/pagamento de cursos. Não existe esse "escambo" no Brasil

6) A Marinha tem seu "Catálogo de cursos" para oferecer às FFAA dos países amigos. As demais forças também têm seus próprios catálogos de cursos? Existem planos para criar um catálogo único reunindo todos os cursos das FFAA do Brasil?

R) O EB - Plano de Cursos e Estágios para Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB)

A MB - Catálogo de Cursos e Estágios do Ensino Naval Destinado ao Pessoal Extra-Marinha CENPEM-2015

A FAB - Instrução do Comando da Aeronáutica -ICA Nº 37-21.

7) Os países da costa ocidental da África são percebidos como igualmente importantes/estratégicos para todas as FFAA brasileiras, ou existem entendimentos divergentes quanto a isso?

R) Existem iniciativas que priorizaram a participação mais efetiva de uma determinada Força em certos países, como no caso da Namíbia, cuja missão naval de treinamento existe há aproximadamente 20 anos (1994), em 2008-2010 por demanda da Namíbia, a MB criou os Grupos de Assessoria em *Walvis Bay* (Missão de Assessoria Naval-MAN e Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros navais – GAT-FN). Nesse caso, por exemplo, o engajamento do

Exército Brasileiro tornou-se mais visível com a participação de cinco Cadetes na AMAN e 14 militares em escolas de sargentos em 2015.

De forma geral, a situação desenvolve-se caso a caso, Embora, possamos identificar maior incidência de ações para países da CPLP, África, em consonância com a END... hierarquia definida.

8) Quais são as barreiras reais à expansão da formação de militares de países africanos pelas FFAA brasileiras (em número de cursos e de alunos)?

R) No momento, encontramos restrições de ordem orçamentária que atuam sobre todos os órgãos do governo que, potencialmente, inibem evoluções... Outro fator restritivo seria a língua

11) A alavancagem da exportação de material militar é uma das áreas vistas como prioritárias para se obter retorno desse engajamento de treinamento militar nos países africanos? Os mecanismos estabelecidos pós-END para apoiar as exportações da Indústria de Material de Defesa nacional interagem de alguma forma estruturada com os programas de treinamento militar brasileiro voltado para países africanos?

R) Não existe essa interação com Programas de Treinamento. Os eventuais interesses em aquisição de material bélico produzido no Brasil, podem ser negociados pela SEPROD/MD, que certamente trabalhará com um Contrato “OFF SET”, prevendo Aquisição, Manutenção , Sobressalentes e Treinamento para uso das equipes militares. locais ....Pode-se constatar que países que adquirem produtos de defesa brasileiros, utilizados por nossas FFAA aumentam as demandas complementares por Cooperação em treinamento , sob forma de atualizações fora do treinamento básico acordado pelo “OFF SET”

12) Quais as perspectivas de ampliação futura da parceria para treinamento de militares estrangeiros pelas FFAA brasileiras?

R) No momento, encontramos restrições de ordem orçamentária que atuam sobre todos os órgãos do governo que, potencialmente, inibem evoluções.

14) Historicamente, o Brasil tem uma longa história de receber pequenos números de oficiais estrangeiros nos cursos de estado maior das escolas militares superiores. O projeto da Namíbia inovou ao levar o treinamento militar, agora em grande escala, também nas demais escolas como a Escola Naval, CIAW e CIAA. Houve alguma avaliação interna sobre os benefícios ao Brasil de nos envolvermos no treinamento mais básico destes militares no que tange a solidificação das relações binacionais e militar-militar com estes países.

R) A Namíbia é considerada um parceiro estável e a permanência e duração das missões militares brasileiras e o aumento do fluxo de intercâmbios em escolas militares brasileiras revelam a avaliação positiva dessa cooperação, tudo já confirmado por diversos relatórios...

15) O acompanhamento do progresso de carreira dos “Alumni” estrangeiros formados nas escolas brasileiras é realizado de forma consistente pelo MRE, MD ou pelas FFAA brasileiras? Caso não, isso é visto como uma prioridade pelo MD?

R) Não existe um acompanhamento “em tempo real” das carreiras dos militares estrangeiros. Existe o registro dos alunos estrangeiros com suas notas durante o curso realizado.

Como regra geral, um país indica um oficial com potencial de bom progresso no Futuro, seja essa avaliação por seu méritos acadêmicos ou por “indicação política”.

Em Potencialidade, esses Militares “Quando chegarem ao Topo”, teriam uma afinidade desenvolvida e predisposições às causas brasileiras...

16) Já foram recebidas, do exterior, militares femininas?

R) SIM. Em diversas ocasiões... Atualmente, na Escola de Especialistas da Aeronáutica, Curso de Formação de Sargentos Especialistas encontram-se duas militares do Paraguai.

17) A desvalorização súbita do real contra o dólar americano fez nossos cursos de treinamento militar ficarem mais baratos? Ou os preços são cotados em dólares?

R) Essa variação não é significativa a ponto de alterar o volume de cooperação...além do que, outras moedas também desvalorizaram , em relação ao dólar... Alguns custos que envolvem utilização de aeronaves foram impactados...

18) Quantos países mandaram praças nos últimos dez anos para treinamento militar básico e/ou especialização no Brasil

R) Não foi delimitada a área geográfica de interesse. Verificar junto a ABC no relatório de Projetos... Existem dados de números e cursos específicos sobre África e América do Sul... E número de militares cursados. Os dados fornecidos pelo Sr PAULO LIMA evidenciam isso.

19) Como é o processo para a solicitação de envio de estudantes estrangeiros para as escolas militares da MB?

R) Veja a resposta ao item 4)

20) Cabe aos adidos militares brasileiros na África desenvolver o interesse estrangeiro pelos serviços de treinamento militar brasileiros?

R) Dentre as diversas funções e atividades dos Adidos Militares no exterior , encontra-se a promoção da indústria bélica do Brasil e a divulgação dos três documentos , mencionados no item 6).

Também são realizadas visitas profissionais á Base Industrial de Defesa do Brasil promovidas pelo MD, através da Seção de Adidos e da SEPROD, onde os Adidos Militares Estrangeiros acreditados no Brasil têm a oportunidade de visitar as fábricas como a EMBRAER, TAURUS, AVIBRÁS, IMBEL e outras.

21) Existe algum tipo de ciclo de treinamento composto pelo MD ou pelas FFAA para embaixadores do MRE conhecerem os serviços de treinamento militar e os produtos da nossa Base Industrial de Defesa ?

R) A interação entre o MD e o MRE se aperfeiçoa através de palestras apresentadas pelo MD, durante o Curso de Formação de Diplomatas no IRB e, por demandas específicas do MRE, que são encaminhadas pela Coordenadoria de Defesa do MRE para missões que o MRE solicitar.

Dessa forma, se desenvolve a sinergia necessária entre os Ministérios e promover o conhecimento comum de assuntos de Defesa, sem prejuízo das competências a serem ressaltadas e atividades próprias dos adidos Militares, que tem essa atribuição como uma de suas funções...

22) A receita com o treinamento de alunos militares estrangeiros é significativa atualmente? Ou se trata apenas de um mecanismo para tentar ressarcir em todo ou em parte os custos operacionais efetivos gastos no treinamento?

R) Não se considera a significância financeira das receitas obtidas. De modo geral, os custos se prestam aos eventuais gastos operacionais, quando for o caso.

23) Qual o feedback que os países que enviam alunos militares ao Brasil fazem dos cursos oferecidos pela MB?

R) De modo geral, são todos muito positivos e os militares demonstram muita afinidade

e orgulho de terem cursado no Brasil.... Não é raro, alguns militares regressam ao Brasil como Adidos estrangeiros e há casos de laços de matrimônio com brasileiras

24) Existe alguma política pré-estabelecida para lidar com alunos estrangeiros que se vejam em situação de ilegalidade perante as leis brasileiras? Sexo com menores de idade, brigas familiares, etc? Os alunos são considerados “corpo diplomático” (dispondo de imunidade diplomática) enquanto estudam no país?

R) Não possuem Status Diplomático, estando sujeitos às leis brasileiras .

25) Já se discutiu dentro da MB ou do MD (até aqui) a necessidade e/ou conveniência de exigirmos algum tipo de contrato do tipo SOFA (“Status of Forces Agreement”) no caso dos alunos estrangeiros presentes no Brasil?

R) Não se aplica. SOFA Não é uma forma de “contrato” e sim um Acordo de caráter diplomático, onde são asseguradas imunidades e privilégios para tropas ou militares estrangeiros em atividades relacionadas diretamente com as missões que devem desempenharem território estrangeiro...No Caso, são Estudantes

Antes de efetivar os cursos, define-se, caso a caso, as responsabilidades: Custos, saúde, alimentação, alojamento...

26) A MB reprova alunos estrangeiros que por acaso fracassem em matérias não técnicas, ou não operacionais como Português, cálculo, etc?

R) A MARINHA DO BRASIL percebeu as deficiências nas matérias como Português, matemática e física e estabeleceu que seria necessário um ano de reforço antes do início da formação regular na Escola Naval , ou seja, o Aspirante estrangeiro faz sua formação em 6 anos (um ano preparatório, quatro anos de atividades acadêmicas e o um ano de estágio de aplicação no navio Escola Brasil). Essas dificuldades também foram equacionadas, anteriormente, por aulas de reforço em horários extraordinários... As dificuldades em cálculo também foram percebidas nos candidatos a curso no Instituto militar de Engenharia (IME), onde os candidatos são submetidos a um exame prévio de admissão, sem aprovação o candidato não cursará.

Se houver insuficiência nas matérias curriculares, os militares serão reprovados , eventualmente desligados dos cursos... De outra sorte, não recebem, como nas Escolas Militares para Formação de Oficiais , o Diploma de Bacharel em Ciências Militares, Ciências Aeronáutica ou Ciências navais com suas habilitações em especialidades ... O EB, no caso da AMAN, pode fornecer um Certificado de Participação...

Nos Cursos operacionais em Voo, operações especiais, mergulho e outros, o Aluno é desligado sem nada....

27) Quais são as matérias normais dos cursos brasileiros que não são cursados pelos alunos estrangeiros? O programa de formação de alunos estrangeiros já foi alterado de alguma maneira por solicitação dos países que enviam alunos?

R) Não existe uma política de "Customização de Cursos", em geral, os militares estrangeiros cursam a carga acadêmica normal, com realização de reforços em áreas de seus eventuais pontos fracos

31) É comum a montagem de cursos especialmente para educar alunos estrangeiros, sem a presença de alunos brasileiros junto? Como isso ocorre?

R) Existe a possibilidade de Cursos de Língua portuguesa para estrangeiros, como os realizados no Centro de Estudos do Pessoal do Exército Brasileiro ... Mesmo no Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE), oferecido pelo EB para militares estrangeiros, no nível de Altos Estudos, para antiguidade de Coronéis/ Capitães de Mar e Guerra, existem militares brasileiros cursando juntos.

32) O Brasil já deu cursos de treinamento militar em outro idioma que não o português? Isso nos seria igualmente conveniente? O idioma português é um elemento não negociável no treinamento militar do Brasil?

R) O Brasil por meio do CCOPAB ministra cursos de preparação de Peacekeepers, Oficiais de Estado Maior para Missões da ONU em Inglês e Desminagem Humanitária em Espanhol.... O corpo docente do CCOPAB também possui instrutores estrangeiros de países como Argentina, França e Chile... O CCOPAB dispõe de Equipe Móveis de Treinamento capacitados a ministrar instruções nos padrões estabelecidos pela ONU, em Inglês, Francês e Espanhol e Português para países Lusófonos.

Estas equipes podem e já foram desdobradas no exterior por solicitação das nações amigas.



**Anexo K - Entrevista Cte Luiz Angelo de Carvalho Filippo CMG(RM1-IM),  
Coordenador da Unidade Operacional de Apoio Logístico da EMGEPRON**

1) Há quantos anos a EMGEPRON atua na área de treinamento de militares estrangeiros nos cursos da MB?

R) A mais de 10 anos

2) Quantos cursos foram gerenciados pela até hoje? Quantos alunos?

R) Mais de 200 cursos e treinamentos com 20.000 treinados

3) Os parceiros pagam pelos cursos prestados? Ou a cobrança disso é uma questão, um problema?

R) A cobrança não é problema

4) Em termos reais, a experiência histórica até aqui garante que o não pagamento dos cursos impede que seus alunos curse os cursos da MB? Ou isso pode ser cobrado *a posteriore*?

R) Não impede

**Anexo L - Entrevista CA (NN) Peter Hafeni Vilho, então comandante da *Namibian Navy*, em 10 de julho de 2012 por CMG Claudio Henrique Mello de Almeida, *A Presença da China na Costa Ocidental da África – O Caso da Namíbia: Implicações para o poder naval brasileiro*, C-PEM. EGN. Rio de Janeiro: 2012**

1) Qual o significado do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia para as relações entre os dois países em outros níveis, como o político, econômico e diplomático? (*What is the significance of the Namibia-Brazil Naval Cooperation Agreement for the relations between the two countries in other levels, such as political, economic and diplomatic?*)

R) A ciência ou arte de empregar os recursos políticos, econômicos e diplomáticos da nação é um processo de contínua adaptação a condições e circunstâncias mutáveis, em um mundo dominado pelo acaso, incerteza e ambiguidade. Acordos de cooperação têm passado por diversos estágios de evolução ao longo do tempo e sempre tiveram significados diferentes para diferentes pessoas. As sociedades humanas têm continuamente adquirido mais complexidade, fatores militares têm se tornado cada vez mais inseparáveis de fatores não-militares na condução da guerra e em programas destinados a assegurar a paz. Nações aprenderam como se integrar política, econômica e diplomaticamente, junto com os aspectos militares na implementação de suas políticas nacionais. As relações entre estados se caracterizam pela competição e rivalidade por poder e influência, na medida em que o poder provê uma posição vantajosa nas negociações. Portanto, países adestram suas forças de defesa para adquirir técnicas e habilidades que possam incrementar a sua economia nacional, considerando que o papel primordial da defesa nas relações internacionais é ser um meio para a projeção de poder, ela provê segurança e sem segurança nunca poderá haver desenvolvimento.

Na África, os acordos de defesa podem assumir a forma de acordos de assistência militar; acordos de cooperação na área de defesa; e acordos para o estabelecimento de bases militares. As razões para os acordos de defesa são principalmente de natureza política e econômica, transformando-se em arranjos bilaterais ou multilaterais de modo a contribuir para a sobrevivência de um estado mais fraco. O acordo de cooperação naval entre Namíbia e Brasil se revela como um acordo de cooperação na área de defesa, cujas outras formas incluem prover assistência à parte em necessidade, alianças militares, cooperações de assistência mútua e acordos bilaterais.

A rota do Cabo, à qual a Namíbia é vizinha imediata, é uma das linhas de tráfego marítimo mais movimentadas no mundo, especialmente quando conflitos no Oriente Médio resultam no fechamento do Canal de Suez. Essa rota também liga os oceanos Atlântico e Índico. A Política de Defesa Nacional brasileira prevê uma série de medidas com foco no emprego das forças militares para defender o país de ameaças externas ou de fronteira, o que difere do modo como a Namíbia estabelece a sua política, em especial no ambiente marítimo. Daí o acordo de cooperação naval para aprender com o Brasil, já que nenhum país no mundo é tecnologicamente independente, o compartilhamento de tecnologias só pode ocorrer se os países são aliados e têm similaridades ideológicas. Ter um aliado mais forte contribui para a segurança da fronteira atlântica namibiana em todos os níveis.

2) Em sua avaliação, quais são os principais resultados obtidos até o momento pelo Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia? (In your assessment, what are the most important results achieved by the Naval Cooperation Agreement between Namibia and Brazil?)

R) O Acordo de Cooperação Naval entre Namíbia-Brasil foi assinado em 1994. Este acordo incluiu o treinamento de oficiais e praças namibianos pela Marinha do Brasil, o levantamento hidrográfico da costa namibiana, o fornecimento de meios navais para a Namíbia, assim como o planejamento e desenvolvimento da infraestrutura naval namibiana por especialistas brasileiros.

O estágio inicial foi estabelecido quando o primeiro presidente e patriarca da nação namibiana, Dr. Sam Nujoma [Nujoma] esteve no Brasil em 1996 e assinou o acordo para a construção e fornecimento à Namíbia de quatro navios-patrolha classe “Grajaú”. Este acordo, no entanto, não foi plenamente implementado, devido às condições de mar adversas em que os meios namibianos têm que operar, em comparação ao [pequeno] porte dos navios da classe “Grajaú”. O exitoso levantamento hidrográfico da costa namibiana pelo navio hidrográfico brasileiro “Sírius” fortaleceu a cooperação entre nossas duas nações, quando o navio efetuou as pesquisas em águas namibianas, em 1997. O Acordo de Cooperação entre as duas nações levou ao estabelecimento da Ala Naval namibiana, em 11 de setembro de 1998; a revitalização e doação da antiga corveta classe “Purus” NS [Namibian Ship] “Lt. Gen. Dimo Hamaambo”, que efetuou, com êxito, a travessia entre o Brasil e a Namíbia, chegando em 24 de agosto de 2004; a criação da Marinha da Namíbia em 07 de outubro de 2004; o treinamento bem-sucedido de 429 oficiais e praças namibianos, até o momento, em

estabelecimentos de formação e adestramento brasileiros; a aquisição de um navio da classe “Grajaú”, o NS Brendan Simbwaye, bem como a entrega à Namíbia, com segurança, de duas lanchas-patrolha de porto, da classe “Marlin”, em 2011.

Os primeiros componentes do atual Batalhão de Fuzileiros Navais da Namíbia foram treinados no Brasil, desde 2005, e instrutores brasileiros ainda estão em atividade na Namíbia, sob a forma de uma Missão de Assessoria Militar [Naval] para os meios navais e fuzileiros. Estes são, todos, pontos de destaque creditados ao Acordo de Cooperação Naval Namíbia-Brasil.

### 3) [OMITIDA]

4) Há alguma área prevista no Acordo de Cooperação Naval que necessite ser aprimorada? Que sugestões teria para esse aprimoramento? (*Is there any area covered by the Naval Cooperation Agreement that requires improvement? What kind of improvement would you suggest?*)

R) O Acordo de Cooperação Naval está atualmente atingindo o limite de sua duração. Algumas áreas cobertas pelo acordo têm, desde seu início, sido contornadas e/ou modificadas. Este é o caso do treinamento de oficiais e praças no Brasil. Inicialmente, o treinamento do pessoal namibiano era oferecido a custos reduzidos, na condição de que a Namíbia viesse a adquirir navios do Brasil. A Namíbia começou, a partir de 2006, a comprar as vagas e a pagar um preço elevado pela formação de seus oficiais na Escola Naval. Conforme o recente ofício no 87/2010 – AdDefNavExAer, o custo do curso de formação é US\$ 83.141,00, enquanto o período de adaptação para estrangeiros é de US\$ 18.940,00. O total chega, portanto, a US\$ 102.081,00 por estudante, a cada ano. Estes valores correspondem apenas à Escola Naval, sendo mais altos se computados os custos do treinamento dos fuzileiros navais, incluindo a especialização e formação de sargentos.

O preço de qualquer navio que a Namíbia pretenda adquirir do Brasil é informado à Namíbia antes do início da construção. A partir de então, a Namíbia parte para os procedimentos financeiros visando à obtenção de recursos. Esta operação tem se demonstrado arriscada e de difícil contabilidade para os padrões namibianos, uma vez que o Brasil repassa à Namíbia todos os custos associados e os ajustes de inflação, tanto dos itens novos como de produtos acabados, aumentando, ao mesmo tempo, os preços dos insumos sem informação

prévia ao consumidor (Namíbia). Ao se verificar, em mais detalhe, o preço inicial de venda do NS “Brendan Simbwaye” e o preço que a Namíbia efetivamente pagou pelo navio, a diferença é exorbitante! Esta tendência se repetiu na compra das embarcações da classe “Marlin”, cujos preços anunciado e efetivo apresentaram uma diferença fora de proporção.

Um aprimoramento viável, que incrementaria e reforçaria nosso comércio, seria o compartilhamento de custos, bem como a redução do atual repasse de 100% da taxa de inflação e dos custos de insumos para o consumidor final, como tem sido a prática até aqui. Uma vez definido o preço para qualquer navio, o fornecedor deve se empenhar em entregar o dito navio pelo preço acordado. Legalmente, uma das partes tem constantemente se responsabilizado pela alteração do acordo.

5) Em sua opinião, o Acordo de Cooperação poderia ser expandido para incluir atividades marítimas levadas a cabo por outras agências governamentais namibianas que não a Marinha, como o Ministério da Pesca e Recursos Marinhos, por exemplo? Que tipos de atividade? (*In your opinion, could the Naval Cooperation Agreement be expanded to include maritime activities carried out by Namibian Government agencies other than the Navy, such as the Ministry of Fisheries and Marine Resources, for instance? What kinds of activities would those be?*)

R) Os assuntos relacionados ao ambiente marítimo estão sendo amplificados pela redundância de tarefas e superposição de responsabilidades, distribuídas entre cerca de dez ministérios e agências governamentais diretamente envolvidos na gestão do ambiente marítimo. Esta questão ainda é agravada pela proliferação de agências e organizações não-governamentais, cujas agendas são pouco claras.

Diferentemente do Brasil, onde a Marinha é a instituição responsável, de acordo com a Constituição, pela defesa e proteção das águas brasileiras, este não é o caso na Namíbia. O poder de a Marinha namibiana atuar no mar não deriva da Constituição namibiana, mas por uma lei que não encontra pleno respaldo no supremo diploma da Lei namibiana. Uma tentativa de unificar as diversas partes interessadas, que atuam no ambiente marítimo namibiano, mostrou-se sem resultados efetivos até o momento. Subjacentes a essas medidas ad hoc estão os receios de vários servidores de perderem suas posições.

Se há uma área em que pode haver alguma assistência, a Namíbia necessitaria de um Grupo de Trabalho de Direito Internacional Marítimo, que buscaria identificar medidas a serem implementadas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma clara distinção entre os papéis e

atribuições relacionados à segurança da navegação (*maritime safety*), segurança marítima (*maritime security*) e defesa marítima. A diferenciação legal dessas atividades permitiria que as responsabilidades fossem claramente definidas e, em última instância, identificadas as atribuições de cada Ministério ou Força Armada.

A Namíbia se valeria, então, do apoio dos especialistas em direito brasileiros para definir os papéis e tarefas da Marinha, distinguindo-os das concorrentes responsabilidades de suas contrapartes civis. Uma vez nivelados os campos de atuação, muito poderá ser feito para fomentar a segurança no ambiente marítimo namibiano.

6) Com base na experiência adquirida nos levantamentos hidrográficos do porto de Walvis Bay e da plataforma continental namibiana, conduzidos pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), com apoio de especialistas da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), a Marinha da Namíbia teria interesse em expandir o Acordo de Cooperação Naval para incluir o apoio no estabelecimento de seu próprio Serviço Hidrográfico, à semelhança da DHN brasileira? (*Based on the experience acquired with the hydrographic surveys of Walvis Bay and the Namibian continental shelf, carried out by Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), with assistance from the Brazilian Navy Directorate of Hydrography and Navigation (DHN), would the Namibian Navy be interested in expanding the Naval Cooperation Agreement in order to include assistance in establishing its own Hydrographic Service, in a similar model to the Brazilian DHN?*)

R) Conforme descrito acima, a Marinha da Namíbia tampouco é responsável pelos serviços de hidrografia e de navegação no país. Estes são de competência do Ministério de Obras e de Transportes, sob cuja responsabilidade estão os portos e o registro de navios na Namíbia. As zonas marítimas da Namíbia, no que se refere à salvaguarda da vida no mar ainda estão sob os auspícios do controle marítimo da África do Sul. Esta era a situação antes da independência e continua a ser assim até que a Namíbia tenha condições de assumir ou renunciar ao envolvimento sul-africano.

Por agora, seria um gesto bem-vindo a transferência de conhecimento nessa área, de modo a permitir que nosso pessoal disponha das técnicas requeridas para quando estas se fizerem necessárias, no futuro. A Marinha da Namíbia partiu para estudar o modelo do Serviço Hidrográfico da África do Sul, mas o Brasil, como um vizinho próximo, poderá contribuir largamente para incrementar a capacidade da Namíbia nessa atividade, em razão do conhecimento de que já dispõe em seus arquivos sobre a costa namibiana, bem como devido

ao atual pleito submetido à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, conduzido pelo Brasil (EMGEPRON).

7) Qual a contribuição do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia para a segurança cooperativa no Atlântico Sul? (What is the contribution of the Namibia-Brazil Naval Cooperation Agreement to cooperative security in the South Atlantic?)

R) O Acordo de Cooperação Naval entre Namíbia e Brasil tem contribuído enormemente, continua a contribuir e, por um longo tempo, ainda contribuirá para a segurança cooperativa no Atlântico Sul. O ponto fundamental é que, graças ao ativo envolvimento brasileiro, a Namíbia é considerada um local seguro para os navegantes. Além da Namíbia, esta cooperação tem se manifestado sob a forma de laços mais estreitos entre os países participantes dos exercícios ATLASUR. No âmbito do Acordo de Cooperação Naval Namíbia-Brasil, as raízes estão se estendendo para fomentar relações de trabalho mais próximas com nossos vizinhos africanos, em especial Angola e África do Sul, enquanto a posição da Namíbia na Força de Emprego Conjunto (*Standby Force*) da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*SADC – Southern Africa Development Community*) vem sendo reforçada a cada dia.

8) Em sua avaliação, quais os atuais desafios à segurança cooperativa do Atlântico Sul e da costa ocidental da África? Como o Brasil e países atlânticos da América do Sul podem contribuir na busca de soluções para esses desafios? (*In your assessment, what are the current challenges to cooperative security in the South Atlantic and the West Coast of Africa? How can Brazil and other Atlantic countries of South America help in the search for solutions to those challenges?*)

R) A Namíbia é responsável por uma área marítima de 169.600 milhas náuticas (MN) quadradas de extensão, composta por uma costa de 848 MN, que inclui o mar territorial de 12 MN, uma zona contígua de 24 MN e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 200 MN. Se as tratativas para a extensão da ZEE tiverem êxito, o domínio marítimo total da Namíbia passará a medir impressionantes 682.019 MN quadradas, uma área correspondente a quase o dobro do território terrestre do país. O Atlântico Sul, atualmente, não se constitui em motivo de atenção especial, mas já a costa ocidental da África é uma grande causa de preocupação.

Os desafios, na costa ocidental da África, que têm possibilidade de escalar para envolver o Atlântico Sul podem ser classificados em reais e potenciais. Os potenciais são aqueles que têm probabilidade de se manifestar, mesmo que não haja registro de sua

ocorrência anterior no ambiente marítimo namibiano. Os reais são aqueles que ocorrem regularmente e se constituem no principal foco do emprego operacional da Marinha em tempo de paz. Estes incluem a pirataria e ações armadas de roubo no mar; contrabando; pesca ilegal; pesquisa científica marinha não autorizada; poluição e despejo de resíduos tóxicos; terrorismo marítimo; e ameaças externas sob a forma de organizações não-governamentais sem agendas claras.

Os desafios ou ameaças listados acima têm potencial de se alastrar em ritmo acelerado e podem se manifestar, a qualquer momento, em um ou mais países simultaneamente. Portanto, o combate a essas ameaças é um esforço que envolve conjuntamente todos os países limítrofes ao Atlântico Sul. O Brasil convidou a Namíbia a tomar parte no seu sistema de vigilância costeira [Centro de Dados Regional do LRIT], uma medida destinada a combater as atividades ilegais e intensificar a segurança nas águas namibianas. Este é um passo na direção certa e que deve ser ampliado a outros países do Atlântico Sul que disponham da capacidade de detectar, interceptar e deter um potencial agressor, antes que este possa executar as suas pretendidas atividades clandestinas em qualquer porto do Atlântico Sul.



## BIBLIOGRAFIA

**ALMEIDA, Cláudio Henrique Mello de.** *A Presença da China na Costa Ocidental da África – O Caso da Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro.* Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-MOS). 2012. EGN

**ARON, Raymond.** *Paz e Guerra entre as nações.* Brasília: UNB/IPRI, 2002.

**ADELMAN, Ken.** *Not-So-Smart Power.* Foreign Policy, 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/04/18/not-so-smart-power/>> Acessado em: 12/02/2016

**BETTS, Raymond F.** *France and Decolonization, (1900-1960),* New York: Macmillan, 1991

**BORGIS, Alm. Claude.** De nouvelles modalités d'aide militaire français indirecte: vers une "africanisation" de la sécurité. In Dir. **Pascallon, P.** *La politique de sécurité de la France en Afrique,* Paris: Ed. l'Harmatan, 2004

**BRASIL.** *Marinha do Brasil cria núcleo de missão naval em São Tomé e Príncipe.* 2014 Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/marinha-do-brasil-cria-nucleo-de-missao-naval-em-sao-tome-e-principe/>> Acessado em:

\_\_\_\_\_. *Brasil inaugura Missão Naval em parceria com Cabo Verde.* 2013 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/11/brasil-inaugura-missao-naval-em-parceria-com-cabo-verde>> Acessado em: 21/01/2016

\_\_\_\_\_. *Comunidade de Países de Língua Portuguesa institui protocolo de cooperação na área de defesa.* 2015 Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/16252-comunidade-de-paises-de-lingua-portuguesa-institui-protocolo-de-cooperacao-na-area-de-defesa>> Acessado em: 21/01/2016

\_\_\_\_\_. *Comunicado conjunto da República da Namíbia e República Federativa do Brasil, de 13 set. 1991.* Windhoek, 1991. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1991/b\\_66\\_2011-10-17-10-45-11/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1991/b_66_2011-10-17-10-45-11/)> Acessado em: 17/10/2015

\_\_\_\_\_. Decreto no 1.125, de 2 de maio de 1994. Cria a Missão Naval Brasileira na Namíbia e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D1125.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1125.htm)> . Acessado em: 17/10/2015.

\_\_\_\_\_. Decreto no 4.778, de 11 de julho de 2003. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval, de 3 de dezembro de 2001. Brasília, DF, 2003c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4778.htm)> . Acesso em: 17/10/2015

**BRÍGIDO, Eveline.** *O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: Estratégias da Diplomacia Brasileira para a Obtenção de um Assento Permanente.* Tese de Doutorado UFRGS, Porto Alegre: 2010

**BULL, Hedley.** *A sociedade anárquica*. Brasília: UNB/IPRI, 2002.

**BUZAN, Barry; WAEVER, Ole.** *Regions and Powers: The Structure of International Security*. New York: Cambridge University Press, 2003

**CALDAS, Aderson de Oliveira.** *Comunidade de segurança no entorno estratégico do Brasil: desafios para concretização e uma visão de solução*. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-EMOS). 2012 EGN

**CLARKE, Duncan.** *Crude Continent: The struggle for Africa's Oil Prize*. London: Profile Books, 2008

**COOPER, Frederick.** *Africa since 1940: The past of the present*. Cambridge University Press. 2009

**COPE, John A.** *International Military Education and Training: An Assessment*. Institute for National Strategic Studies. National Defense University. 1995

**CPLP, Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa**, 2015 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8488.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8488.htm)> Acessado em: 16/10/2015

**DE CASTRO, Therezinha.** *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1981

**DEFESA.** *Exposição de motivos do Ministro Celso Lafer submetendo ao Presidente da República o "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval"*. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decleg/2003/decretolegislativo-153-30-abril-2003-496595-exposicaodemotivos-142692-pl.html>> Acessado em: 26/01/2016

**DIOP, Doudou.** *La nouvelle coopération France-Afrique em matière de sécurité*. In Dir. **Pascallon, P.** *La politique de sécurité de la France en Afrique*, Paris: l'Harmatan, 2004

**FAO.** Report on the Conference of FAO: Thirty-seventh session: C2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/meeting/023/mb767e.pdf>> Acessado em: 09/11/2015

**FERRY, Jules.** Discurso realizado diante da Câmara dos Deputados francesa em 28 de julho de 1885. *Jornal Le Monde* online. Disponível em: <<http://scientia.blog.lemonde.fr/2009/12/12/le-discours-de-jules-ferry-du-28-juillet-1885-i/>> Acesso em: 08/01/2016

**FRANÇA.** Discurso de Nicolas Sarkozy na Cidade do Cabo, 2008 Disponível em: <[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/PARLEMENT\\_AS.pdf](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/PARLEMENT_AS.pdf)> Acessado em 03/11/2015

\_\_\_\_\_, *Livre Blanc sur la Defense*. 1994 Disponível em: <<http://www.livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr/pdf/le-livre-blanc-sur-la-defense-1994.pdf>> Acessado em: 06/10/2015

\_\_\_\_\_, *Livre Blanc sur la Defense*. 2013 <<http://fr.calameo.com/read/000331627d6f04ea4fe0e>> Acessado em: 06/10/2015

\_\_\_\_\_. *DIA-3.4.7(B) Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix (RECAMP)* Disponível em: <[http://www.cicde.defense.gouv.fr/IMG/pdf/20110922\\_np\\_cicde\\_dia-3-4-7-recamp.pdf](http://www.cicde.defense.gouv.fr/IMG/pdf/20110922_np_cicde_dia-3-4-7-recamp.pdf)> 2011. Acessado em: 03/11/2015

**GALSKY, Nélio.** *Mercenários ou libertários: as motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas de independência do Brasil.* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2006.

**GLOSSÁRIO das Forças Armadas.** Ministério da Defesa. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>, Acessado em: 2/05/2016

**HOUELOKOU, Midédji Didier;** *L'initiative ENVR (Ecole Nationale à Vocation Régionale) ou une approche de la prévention des conflits au sein de la CEDEAO par la formation,* 2013, trabalho de conclusão de curso na École Spéciale Militaire de Saint-Cyr.

**JUNG, Carlos F.** *Metodologia Científica e Tecnológica.* 2009 Disponível em: <<http://www.dsce.fee.unicamp.br/~antenor/mod3.pdf>> Acessado em: 25/02/2016

**KAPLAN, Robert D.** *The Revenge of Geography: What the map tells us about coming conflicts and the battle against fate.* New York: Random House, 2012

**KEOHANE** (ed.), *Neorealism and its Critics.* New York: Columbia University Press. 1986

**LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A.** *Metodologia Científica: Ciência e conhecimento científico/Métodos científicos/Teoria, hipóteses e variáveis/Metodologia jurídica.* São Paulo: Atlas, 2011

**LEVINE, Victor T.** *Political-Cultural Schizophrenia in Francophone Africa,* In: **MOWOE, Isaac James; BJORNSON, Richard** (Ed.), *Africa and the West. The Legacies of Empire,* New York: Greenwood Press. 1986

**LEYMARIE, Philippe.** *L'évolution de la politique militaire française suite au traumatisme de l'après-Rwanda.* In Dir. **Pascallon, P.** *La politique de sécurité de la France en Afrique,* Paris: l'Harmattan, 2004

**MACNAMARA, Francis T.** *France in Black Africa.* Washington D.C.: National Defense University Press, 1989

**MALAN, Gen. Alfredo Souto.** *A Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro.* Rio de Janeiro: Ed. Bibliex 1988

**MATHIAS, Gregor.** *Les Guerres Africaines de François Hollande.* La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube. 2014

**MELLO e SOUZA, André de.** *Brazil's development cooperation in Africa: a new model?* In Papers of the fifth BRICS Academic Forum Partnership for Development, Integration & Industrialization in BRICS and Africa; DIRCO; Pretoria, 2014 Disponível em: <[http://www.dfa.gov.za/departament/bricks\\_fifth\\_book2014.pdf](http://www.dfa.gov.za/departament/bricks_fifth_book2014.pdf)> Acessado em: 21/01/2016.

**MELLY, Paul and DARRACQ, Vincent.** *A New Way to Engage?: French Policy in Africa from Sarkozy to Hollande.* London: Chatham House. 2013 <[http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/0513pp\\_franceafrica.pdf](http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/0513pp_franceafrica.pdf)>

**MEREDITH, Martin.** *The State of Africa: History of the continent since Independence.* London: Simon & Schuster UK, 2011

**MITTERRAND, François.** *Présence française et abandon,* Paris: Plon, 1957

**MORAN, Daniel** in John Baylis, James Wirtz, Eliot Cohen & Colin Gray (org). *Strategy in the contemporary world: an introduction to strategic studies.* New York: Oxford University Press, 2002.

**NYE Jr., Joseph S.** *Soft Power: The Means to Success in World Politics.* Ed Public Affairs

\_\_\_\_\_. *Soft Power, Foreign Policy, No. 80, 1990 p.153-171.* Disponível em: <http://faculty.maxwell.syr.edu/rdenever/PPA-730-27/Nye%201990.pdf> Acessado em: 21/01/2016

\_\_\_\_\_. *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone.* 2002. New York: Oxford University Press

\_\_\_\_\_. *Understanding International Conflicts.* 2003, New York: Longman

\_\_\_\_\_. *Soft Power: The Means to Success in World Politics.* 2004a New York: Public Affairs

\_\_\_\_\_. *'When Hard Power Undermines Soft Power',* 2004b *New Perspectives Quarterly,* p.13-15.

\_\_\_\_\_. *On the Rise and Fall of American Soft Power,* *New Perspectives Quarterly,* 2005.

\_\_\_\_\_. *Public diplomacy and soft power,* *Annals of the American Academy of Political and Social Science,* Vol. 616. 2008a.

\_\_\_\_\_. *Recovering American Leadership,* *Survival.* 2008b

\_\_\_\_\_. *Obama's Smart Power,* *New Perspectives Quarterly.* 2009

\_\_\_\_\_. *The Future of Power.* New York: Public Affairs. 2011a.

\_\_\_\_\_. *The War on Soft Power,* 2011b. *Foreign Policy.* Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/04/12/the-war-on-soft-power/> Acessado em: 21/02/2016

**PARTENAIRE No. 274.** Paris: DCSD, Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/defense-et-securite/cooperation-de-securite-et-de-defense/revue-partenaires-securite-defense/psd-no266-dcsd-mise-en-place-de-la/> Acessado em 21/01/2016

**PASCALLON, P.** (Coord.) *La politique de sécurité de la France en Afrique.* Paris: l'Harmattan, 2004

**PENHA, Eli Alves.** *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.* Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2011

**POSSIO, Tibault-Stephene.** *Les évolutions récentes de la coopération militaire française en Afrique.* Paris: Ed. Publibook. 2007

**SCOFIELD, Jefferson.** *Poder Naval e diplomacia: A presença da Marinha do Brasil na Namíbia Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).* 2011. EGN

**SOUTHCOM.** *Unitas Gold: Uma história de cooperação Naval. Comando Sul dos Estados Unidos.* 2009. Disponível em: <<http://www.southcom.mil/aboutus/Documents/UNITAS%20GOLD%20booklet.pdf>> Acessado em: 02/06/2014

**VIDIGAL, Armando A. F.** *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1982.

**VILLEPIN, D.** De nouvelles modalités d'aide militaire français indirecte: vers une "africanisation" de la sécurité. In Dir. **Pascallon, P.** *La politique de sécurité de la France en Afrique,* Paris: l'Harmatan, 2004

**VISENTINI, P. F.** *Guiana e Suriname: Uma Outra América do Sul* In II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI Brasília: FUNAG, 2008 Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0440.pdf>> Acessado em: 21/01/2016

**WODKA-GALLIEN, Philippe.** *Essai nucléaire La force de frappe française au XXI siècle: défis, ambitions et stratégie.* Lavauzelle Graphic, Le Prouet, 2014